

Revista do IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Nº 49 | Aracaju-SE | 2019



ISSN: Edição eletrônica 2446-4856

ISSN: Edição impressa 1981-7347

VOLUME 1:
Dossiê Manoel Bomfim

VOLUME 2:
**Dossiê Escravidão e Abolição no
Brasil**

© 2019 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Editores

Joaquim Tavares da Conceição (UFS/IHGSE)
João Paulo Gama Oliveira (UFS/IHGSE)

Conselho Editorial

Amâncio Cardoso dos Santos Neto (IHGSE e IFS)
Antônio Fernando de Araújo Sá (IHGSE e PROHIS-UFS)
Beatriz Góis Dantas (IHGSE e UFS)
Giliard da Silva Prado (IHGSE e UFU)
Joaquim Tavares da Conceição (IHGSE e PPGED-UFS)
José Vieira da Cruz (IHGSE e PPGH-UFAL)
Josefa Eliana Souza (IHGSE e PPGED-UFS)
Lourival Santana Santos (IHGSE e PROHIS-UFS)
Samuel Albuquerque (IHGSE e PROHIS-UFS)
Terezinha Alves Oliva (IHGSE e UFS)
Vera Lúcia Alves França (IHGSE e NPGEU-UFS)

Conselho Consultivo

Angela de Castro Gomes (UNIRIO)
Carla Mary S. Oliveira (UFPB)
Cristiano de Jesus Ferronato (Unit)
Diogo da Silva Roiz (UEMS)
Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)
Eliana Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)
Jaime de Almeida (UnB)
João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO)
José Ibarê Costa Dantas (UFS/IHGSE)
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)
Lília Moritz Schwarcz (USP)
Lisiane Sias Manke (UFPel)
Luis Alberto Romero (Universidad San Martín, Argentina)
Luísa Tombini Wittmann (UDESC)
Mara Regina do Nascimento (UFU)
Maria Emília Porto (UFRN)
Mary Del Priore (UNIVERSO/IHGB)
Martha Campos Abreu (UFF)
Mauro Passos (PUC-MG)
Olga Rosa Cabrera García (UFG)
Peter Burke (Cambridge University)
Regina Célia Gonçalves (UFPB)
Roger Chartier (Collège de France)
Roselusia Teresa de Moraes Oliveira (UFS)
Solyane Silveira Lima (UFRB)

**Projeto Gráfico | Capa |
Página 5 Serviços Editoriais
www.pagina5editorial.com
Débora Santos Santana
Jeane de Santana**

**Ilustração de Capa e Miolo
Heli Natá Alcântara Silva**

**Supervisão
Saulo Almeida Cabral**

**Brasão da capa
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**

**Diagramação
Adilma Menezes**

APOIO



Revista do IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual no 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução no 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História, ocorrido em Buenos Aires, em 1916, reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal no 14.074, de 19 de fevereiro de 1920, reconhecido de utilidade pública pelo Governo do Estado de Sergipe, pela Lei 5.464 de 11 de novembro de 2004, e reconhecido de utilidade pública pela Prefeitura Municipal de Aracaju, pela Lei 3.203 de 06 de outubro de 2004.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

NÚMERO 49

VOLUME 1:
Dossiê Manoel Bomfim

VOLUME 2:
Dossiê Escravidão e Abolição no Brasil

ISSN: Edição eletrônica 2446-4856
ISSN: Edição impressa 1981-7347

EDITORA
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Aracaju-SE | 2019

Ficha catalográfica elaborada por Rosângela Soares de Jesus – CRB5/1701

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGSE
R454 N. 49. VOLUME 1: Dossiê Manoel Bomfim
VOLUME 2: Dossiê Escravidão e Abolição no Brasil. - Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2019.
322p.

ISSN: Edição eletrônica 2446-4856
ISSN: Edição impressa 1981-7347

1. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. 2. História 3. Memória
I. Título II. Assunto III. IHGS

CDU 94(813.7)

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe está indexada em: Sumários de Revistas Brasileiras - <http://www.sumarios.org/revistas/revista-do-instituto-hist%C3%B3rico-e-geogr%C3%A1fico-de-sergipe>



Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

*Rua Itabaianinha, nº 41,
Aracaju - Sergipe, 49010-190.*

Fundado em 6 de agosto de 1912

PRESIDENTES HONORÁRIOS

Governador do Estado de Sergipe
Belivaldo Chagas Silva

Presidente da Assembleia do Estado de Sergipe
Deputado Luciano Bispo de Lima

Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe
Desembargador Cezário Siqueira Neto

DIRETORIA

Presidente
Agláé D'Ávila Fontes

Primeira Vice- Presidente
Tereza Cristina Cerqueira de Graça

Segundo Vice-Presidente
Igor Leonardo Moraes Albuquerque

Secretário- Geral
José Rivadálvio Lima

Primeiro Secretário
Paulo Amado Oliveira

Segundo Secretário
Luiz Fernando Ribeiro Soutelo

Orador
Terezinha Alves de Oliva

Primeiro Tesoureiro
Saumíneo da Silva Nascimento

Segundo Tesoureiro
Lourival Santana Santos

Diretora do Arquivo e da Biblioteca
Rosângela Soares de Jesus

Diretora do Museu e da Pinacoteca
Verônica Maria Meneses Nunes

QUADRO SOCIAL

Sócios Honorários
Jackson da Silva Lima
Josué Modesto dos Passos Sobrinho

Sócios Beneméritos
Antonio Carlos Valadares
Edvaldo Nogueira Filho
João Alves Filho
João Gomes Cardoso Barreto
José Carlos Mesquita Teixeira
Luiz Eduardo de Magalhães
Maria do Carmo Nascimento Alves
Itamar Freitas de Oliveira
Verônica Maria Meneses Nunes
Gilton Feitosa Conceição
José de Oliveira Junior
Francisco Guimarães Rollemberg

Sócios Efetivos
Agláé D' Ávila Fontes
Adailton dos Santos Andrade
Afonso Barbosa de Souza
Albano do Prado Pimentel Franco
Amâncio Cardoso dos Santos Neto
Ana Conceição Sobral de Carvalho
Ana Maria do Nascimento Fonseca Medina
Anita Rocha Paixão Soutelo
Anselmo de Oliveira
Antônio Carlos dos Santos
Antônio Porfirio de Matos Neto
Antônio Carlos Sobral de Souza
Antônio Francisco de Jesus Saracura
Antônio Lindvaldo Souza
Antônio Samarone de Santana
Arionaldo Moura Santos
Beatriz Góis Dantas
Bruno Gonçalves Álvaro
Carlos Pinna de Assis
Cesar Augustus Santos Barbieri
Claudefranklin Monteiro Santos

Clea Maria Brandão de Santana
Cleiber Vieira Silva
Clóvis Barbosa de Melo
Cristina de Almeida Valença
Darcilo Melo Costa
Djaldino Mota Moreno
Edson Ulisses de Melo
Edmilson Menezes Santos
Ednalva Freire Caetano
Eduardo Antônio Seabra
Estácio Bahia Guimarães
Eugênia Andrade Vieira da Silva
Evande dos Santos
Fábio Costa Figueroa
Fabrícia Oliveira Santos
Fernando José Ferreira Aguiar
Fernanda cordeiro de Almeida
Francisco Joseh Alves dos Santos
Gerson Vilas Boas
Gilberto Francisco Santos
Gilvan Rodrigues dos Santos
Hélio José Porto
Igor Leonardo Moraes Albuquerque
Ilma Mendes Fontes
Irineu Silva Fontes Junior
Jane Alves Nascimento Moreira de Oliveira
Jane Guimarães Vasconcelos Santos
Jean Marcel d'Ávila Fontes de Alencar
Janaina cardoso de Mello
João Francisco dos Santos
Joao Helio de Almeida
João Paulo Gama Oliveira
Joaquim Tavares da Conceição
José Alberto Pereira Barreto
José Anderson Nascimento
José Antônio Santos
José de Oliveira Brito Filho
José Francisco da Rocha
José Hamilton Maciel Filho
José Hamilton Maciel Silva Filho
José Ibarê Costa Dantas
José Lima Santana
José Rivaldávio Lima
José Vieira da Cruz
José Wilson Moura Santos
Josefa Eliane Souza
Kleber Luiz Gavião Machado de Souza
Lauro cruz dos Santos
Lenalda Andrade Santos
Lilian de Lins Wanderlei
Lorena de Oliveira Souza Campello
Lourival Santana Santos
Lucio Antônio Prado Dias
Luiz Fernando Ribeiro Soutelo
Luiz Vieira Lima
Luiz Alberto dos Santos
Luzia Maria da Costa Nascimento
Manoel Alves de Souza
Magno Francisco de Jesus Santos
Marcelo da Silva Ribeiro
Marcia carvalho da Silva

Maria Ligia Madureira Pina
Marcos Antônio de Melo
Marcos Antônio Almeida Santos
Marcos Antônio de Melo
Maria da Glória Santana de Almeida
Maria Neide Sobral da Silva
Mário Luiz Britto Aragão
Marlene Alves Calumbly
Mary Nadja Freire de Almeida Seabra
Murilo Mellins
Neuza Maria Góis Ribeiro
Nilton Pedro da Silva
Patrícia Veronica Nunes Carvalho Sobral de Souza
Paulo Amado Oliveira
Petrônio Andrade Gomes
Rafael Santana Rosa cerqueira
Ricardo de Oliveira Lacerda
Rômulo de Oliveira Silva
Rosângela Soares de Jesus
Rusel Marcos Batista Barroso
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque
Saumineo da Silva Nascimento
Sayonara Rodrigues do Nascimento
Suely Cristina Silva Souza
Sura Souza Carmo
Tadeu Cunha Rebouças
Tereza Cristina Cerqueira da Graça
Terezinha Alves de Oliva
Vera Lúcia Alves França
Vilder Santos
Wagner Gonzaga Lemos
Wanderlei de Oliveira Menezes
Wanderfranklin Rolim de Almeida Santos

QUADRO DE FUNCIONÁRIO

José Carlos de Jesus (Serviços Gerais)

ESTAGIÁRIOS BOLSISTAS

Alex Santos Almeida
Milena Rocha Conceição
Rodrigo Juscelino Nascimento dos Santos
Tatiana de Brito Felisberto
Wesley Michael Santos de Oliveira

ESTÁGIO CURRICULAR MUSEOLOGIA

Maria de Lourdes Carvalho
Eronilton Oliveira Lima
João Bosco Silva Fontes

ESTÁGIO CURRICULAR BIBLIOTECONOMIA

Fernanda Vanucci
Marcos Aurélio Oliveira Santos

MUSEÓLOGA VOLUNTÁRIA

Lais Daiane Santos

VOLUNTÁRIOS

Catarina Augusta Cavalcante Costa
Izabel Carregosa
Telma Santos

Sumário

Editorial

Volume 1

Dossiê Manoel Bomfim

APRESENTAÇÃO
*Manoel Bomfim: a título de
apresentação*

17 *Maria Neide Sobral
Marizete Lucini
Fátima Bezerra Negromonte*

DOSSIÊ

Uma breve arqueologia sobre o
sergipano Manoel Bomfim

23 *Fátima Bezerra Negromonte
Maria Neide Sobral*

Manoel Bomfim: crítica
historiográfica e orientação
política em *O Brasil na História*

41 *Luiz Carlos Bento*

Manoel Bomfim e os Livros
Escolares: Um Projeto de Nação
através do Brasil

59 *Claudefranklin Monteiro Santos*

“Parasitismo e degeneração” na
América Latina: os conceitos
biologizantes de Manoel Bomfim

73 *Ivan Paulo Silveira Santos*

Brasil mestiço: o cruzamento
entre as “raças” na perspectiva de
Manoel Bomfim

85 *Ruth Cavalcante*

A hereditariedade para Manoel
Bomfim

97 *Stéfany Sidô Ventura*

Pedagogia e Psicologia no
pensamento de Manoel Bomfim

111 *Wojciech Andrzej Kulesza*

Manoel Bomfim e o esquecimento:
Memória de Manoel Bomfim
na Escola Municipal de Ensino
Fundamental Manoel Bomfim

129 *Monaquelly Carmo de Jesus*

ARTIGOS

A natureza da inteligência
no tomismo e no empirismo
humeano, segundo Luciano
Duarte

139 *Edmilson Meneses*

“Dois mais dois, quatro! três veis
seis, dezoito!”: Representações
da escola em História da minha
infância

153 *Luiz Eduardo Oliveira
Kate Constantino Oliveira*

Volume 2

Dossiê Escravidão e Abolição no Brasil

APRESENTAÇÃO
Escravidão e Abolição no Brasil

169 *Sharyse Amaral*

DOSSIÊ

A vida nas roças: a mulher cativa e os caminhos para a liberdade

173 *Virgínia Queiroz Barreto*

Os escravos engajados nos serviços domésticos pelas famílias do Recife oitocentista: o aprofundamento da exploração da mão de obra escrava

191 *Tatiana Silva Lima*

Os “vultos e feitos” de “Alagoinhas e seu município”: uma memória do pós-abolição no interior da Bahia

207 *Aline Najara da Silva Gonçalves*

O papel da religião na consciência antiescravista e sua relação com o debate historiográfico internacional

223 *Cristiano Buoniconti Camargo*
Jaqueline Martinho dos Santo

ARTIGOS

Faculdade de Farmácia e Odontologia “Annibal Freire”: uma instituição constituída por médicos.

241 *Danilo Mota de Jesus*
Ane Rose de Jesus Santos Maciel
Patrícia de Sousa Nunes Silva

A escrita dos imortais da Academia Sergipana de Letras na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1913-2017)

253 *José Genivaldo Martires*
Marluce de Souza Lopes

SEÇÃO COMEMORATIVA

APRESENTAÇÃO
Felisbello Freire e a Casa de
Sergipe *269 Samuel Albuquerque*

Escrita de si na História de
Sergipe de Felisbello Freire *273 Samuel Albuquerque*

Um ponto fora da curva: Felisbello
Freire e sua história da cidade do
Rio de Janeiro *291 Paulo Knauss*

Velhos problemas da nova
Federação: territórios, hierarquia
e poder no Brasil República *307 Adriana Pereira Campos*

Editorial

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, lança o número 49º, composto por dois volumes nas versões impressa e digital. Evidencia-se nesse número o compromisso editorial na divulgação de pesquisas que apresentam compreensões da história e da cultura sergipana e o interesse na consolidação de interlocuções com pesquisadores de outras regiões do país.

Como inovação, temos a satisfação de informar aos autores, leitores e colaboradores, que a revista digital passará a ser hospedada no Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Tal sistema é recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e possibilita uma melhoria na avaliação da qualidade dos periódicos, assim como uma maior rapidez no fluxo das informações.

Vale salientar que o SEER “[...] permite que a disseminação, divulgação e preservação dos conteúdos das revistas brasileiras apresentem uma melhoria na adoção dos padrões editoriais internacionais para periódicos on-line 100% eletrônicos”¹. A publicação da revista nesse portal institucional, além de reafirmar as parcerias históricas entre o IHGSE e a UFS, é uma ação que visa facilitar e ampliar os acessos e consultas pelos usuários; a padronização do periódico dentro de critérios de editoração das revistas científicas eletrônicas; e, tendo igualmente como meta a elevação dos estratos de avaliação do periódico.

O volume 1 apresenta o dossiê Manoel Bonfim (1868-1932), organizado por Maria Neide Sobral, Marizete Lucini e Fátima Bezerra Negromonte, docentes da UFS. Composto por oito artigos que enfocam o intelectual brasileiro, nascido em Sergipe, em diferentes compreensões historiográficas. Trata-se também de uma justa homenagem do Instituto, ao referido

1 <http://www.ibict.br/pesquisa-desenvolvimento-tecnologico-e-inovacao/sistema-eletronico-de-editoracao-de-revistas-seer> Acesso em 18/11/2018.

intelectual, como ressaltam as organizadoras do dossiê, que “[...] fez diferença na constituição de um pensamento genuinamente brasileiro, contrapondo-se ao ‘racismo científico’, com uma análise ancorada em uma perspectiva realista e crítica sobre a realidade latino-americana, entre o final do século XIX e o século XX”.

Ainda no volume 1, a revista publica artigos de fluxo contínuo. O artigo de Edmilson Meneses, “A natureza da inteligência no tomismo e no empirismo humeano, segundo Luciano Duarte”, nas palavras do autor “[...] a pesquisa de Duarte representa uma nova etapa para os estudos em filosofia nas terras sergipanas, quer dizer, ela representa e traduz uma forma técnica de fazer filosofia”. Além disso, Luiz Eduardo Oliveira e Kate Constantino Oliveira, apresentam o artigo “Dois mais dois, quatro! três veis seis, dezoito!': representações da escola em História da minha infância”, em que destacam elementos característicos da escola e da escolarização em Sergipe, através de representações contidas na escrita autobiográfica de Gilberto Amado (1887-1969), no livro *História da minha infância* (1954).

O volume 2, é inaugurado com o dossiê “Escravidão e abolição no Brasil” organizado por Sharyse Amaral, docente da Universidade do Estado da Bahia, composto por quatro artigos que abordam a escravidão e a abolição na história do Brasil. Segundo a organizadora: “Por entender que a escravidão é um passado que se faz presente em nossa sociedade, esse Dossiê não estabeleceu limites temporais, temáticos ou geográficos, permitindo ao leitor acessar o passado por meio dos olhares dos pesquisadores autores, a partir de diferentes abordagens e perspectivas analíticas.”

Esse número da revista também publica dois artigos de fluxo contínuo: a pesquisa de autoria de Danilo Mota de Jesus, Ane Rose de Jesus Santos Maciel e Patrícia de Sousa Nunes Silva, intitulado “Faculdade de Farmácia e Odontologia ‘Annibal Freire’: uma instituição constituída por médicos”, apresenta um exame de trajetórias de professores que fizeram parte do corpo docente da Faculdade “Annibal Freire”, no ano de 1926 e o estudo de José Genivaldo Martires e Marluce de Souza Lopes, “A escrita dos imortais da Academia Sergipana de Letras na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1913-2017)”, vislumbra os artigos publicados pelos acadêmicos/as da Academia Sergipana de Letras (ASL), na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no período de 1913 a 2017, apresentando relação de acadêmicos que publicaram no periódico, as temáticas abordadas por eles, com destaque para o protagonismo das mulheres acadêmicas.

Finalizando esse número, a Revista apresenta a sessão comemorativa Felisbelo Freire. Trabalho organizado por Samuel Albuquerque (UFS), que também escreve um dos artigos, além dos textos de Paulo Knauss (UFF)



e de Adriana Pereira Campos (UFES). Assim, a Revista do IHGSE faz uma justa homenagem ao ilustre sergipano que ainda carece de estudos sobre sua vida e obra.

Desejamos a todos(as) uma excelente leitura!

Joaquim Tavares da Conceição

João Paulo Gama Oliveira

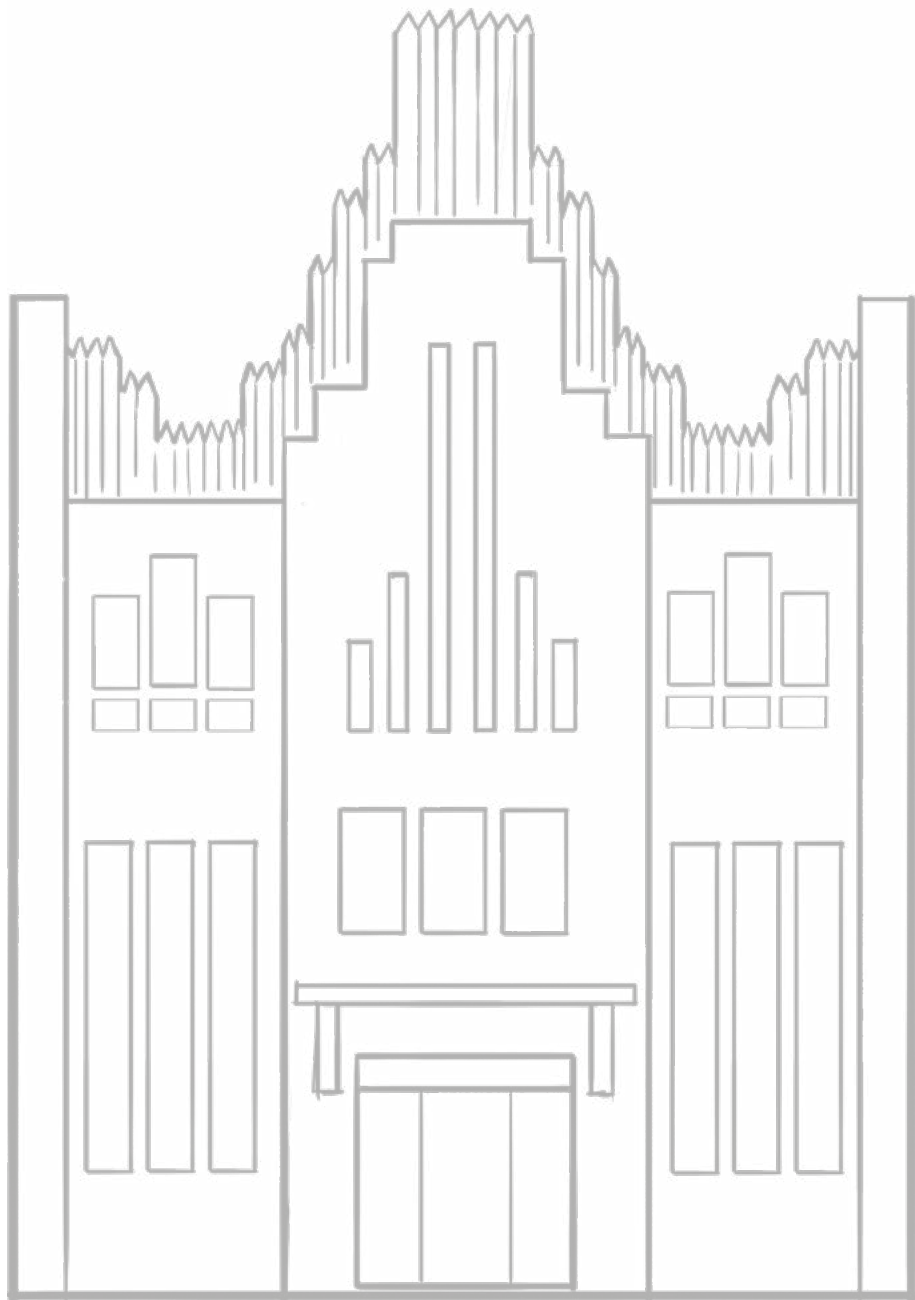
Editores da Revista do IHGSE

maio de 2019



Volume 1

Dossiê Manoel Bomfim



Manoel Bomfim: a título de apresentação

*Maria Neide Sobral
Marizete Lucini
Fátima Bezerra Negromonte*

Lembrar, preservar, (re)memorar e (re)visitar a vida e obra do intelectual sergipano Manoel Bomfim (1868-1932), implica evidenciar ações singulares e assertivas sobre o acontecido-vivido desse homem que se fez grande na história, embora, nem sempre de forma contínua, tenha obtido o merecido reconhecimento. O intelectual sergipano fez diferença na constituição de um pensamento genuinamente brasileiro, contrapondo-se ao “racismo científico”, com uma análise ancorada em uma perspectiva realista e crítica sobre a realidade latino-americana, entre o final do século XIX e o século XX.

Como todo intelectual do referido período, há, em sua obra, um sentido missionário transformador das condições de atraso do país, destacando-se os “males de origem”¹ de nossa formação e a imperiosa necessidade de se construir uma nação em que a educação fosse, de fato, o eixo principal desse projeto. Manoel Bomfim e sua obra têm gestado possibilidades singulares para se pensar o Brasil de ontem e de hoje, e isso demonstra a proficuidade de suas ideias e, em muitos aspectos, sua atualidade. Tem merecido que o mundo acadêmico retire-o do esquecimento – se é que tenha sido esquecido – para estabelecer debates, embates e produção de novos vieses investigativos no campo das ciências humanas.

O Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), reconhecendo a importância desse intelectual, solicitou e obteve a aprovação da organização e publicação de um dossiê que (re)memorasse a vida e a obra desse autor sergipano na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS). Coube, então, à chamada “Casa de Sergipe”², baluarte da preservação da memória histórica e geográfica do estado, promover a realização que, embora tenha feito seu “voo de arribação” para outros estados brasileiros, singulariza e personaliza o campo da intelectualidade local (e nacional) pelo muito que promoveu através de seus discursos e das ações realizadas em diferentes instituições.

Os artigos que compõem este dossiê trazem, ainda que de forma pálida e por vezes pontual, elementos de seu pensar e de seu fazer, demonstrando a riqueza de seu pen-

1 Cf.: BOMFIM, M. A América Latina: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

2 Sobre o IHGS, consulte DANTAS, I. *História da Casa de Sergipe, 1912/2012*. São Cristóvão: EDUFS, 2012.



samento. Embora haja sempre o discurso sobre seu esquecimento³, seu apagamento e sua subsunção, há de se pensar que a História também se faz neste lastro, como nos lembra Michel Pollak⁴: “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento”, torna-se resistência e fortalecimento de determinadas memórias que, incorporadas pela história, reconstróem o vivido-acontecido, de forma problemática e incompleta, com base naquilo que chamamos de passado. As contingências locais e interesses diferenciados fazem com que, em determinados tempos e espaços, alguns sejam os escolhidos como “iluminados”, aos quais se dá visibilidade e divulgação e outros sejam “esquecidos” em arquivos e lugares de memória, como assinala Pierre Nora.⁵

Esta interface memorialística de Manoel Bomfim foi arquitetada na escrita de Fátima Bezerra Negromonte e Maria Neide Sobral: **Uma breve arqueologia de Manoel Bomfim**. Na égide de um de seus conceitos básicos – arqueologia de Michel Foucault⁶ –, as autoras evidenciaram os lugares institucionais que ocupou e os solavancos que sofreu ao longo do último século. Ao refletir sobre quem era e é o autor Manoel Bomfim, as proposituras de Michel Foucault⁷ instiga-nos a pensar sobre a constituição de sua obra e do quanto foi capaz de construir uma certa discursividade que se preservou ao longo do tempo histórico e é (re)visitado com maior e ou menor intensidade, dando margens a discussões acirradas e polêmicas (re)atualizadas, entre críticos e comentadores.

A historiografia de Manoel Bomfim foi objeto do texto de Luiz Carlos Bento intitulado **Manoel Bomfim: crítica historiográfica e orientação política em O Brasil na História**. O autor analisou os usos políticos da História, debulhando as páginas do livro *O Brasil na História*, de Bomfim, demonstrando as críticas que este fez a diferentes correntes historiográficas – da francesa à norte-americana –, e a compreensão que Bomfim tinha de que a história fosse comprometida com o “agir humano” e com as “qualidades” e “com a voz do povo brasileiro”. Evidenciou Bento que Manoel Bomfim construiu seu discurso historiográfico de natureza ensaística, pautado no entendimento de que a História tivesse um papel formativo e interventivo na realidade, na construção de um projeto de nação.

- 3 Especialmente em AGUIAR, R. *O rebelde esquecido*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- 4 POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, V01. 2. n. 1, p. 1-15, 1989, Disponível em: <file:///C:/Users/Neide/Desktop/DOSSI%3%8A%20MANOEL%20BOMFIM/2278-3757-1-PB.pdf>. Acesso em 23 mar. 2019.
- 5 NORA, P. Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares. In: *Pesquisa Histórica*, São Paulo, 10 ed., p. 7-28, 1993. Disponível em: <file:///C:/Users/Neide/Desktop/DOSSI%3%8A%20MANOEL%20BOMFIM/12101-29004-1-SM%20(1).PDF>. Acesso em: 22 abr. 2019.
- 6 FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. Tradução: Miguel Serras Pereira. Coimbra, Portugal: Edições Almedina, 2005.
- 7 FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Tradução: António Fernando Cascai. 9 ed. Lisboa, Portugal: Passagens, 2015.



É essa possibilidade interventiva que fez Bomfim elaborar o livro escolar *Através do Brasil* (1910), em parceria com o poeta Olavo Bilac, propondo-se, assim, a consubstanciar o projeto de nação com a difusão, circulação e adoção do referido livro nas escolas nacionais.

O artigo de Claudefranklin Monteiro Santos, sob a égide titular de **Manoel Bomfim e os livros escolares: um projeto de nação Através do Brasil**, notabiliza a preocupação sempre presente nos escritos do intelectual sergipano sobre as condições de atraso da educação brasileira, as diferenças sociais e a premente necessidade de buscar alternativas para que o país se tornasse efetivamente uma nação, tendo como eixo principal a educação.

O autor Ivan Paulo Silveira Santos trouxe no texto “**Parasitismo e degeneração**” na **América Latina: os conceitos biologizantes de Manoel Bomfim**, um arcabouço teórico do pensamento deste intelectual, o qual considerava que as razões do atraso da região tinham como fonte o próprio processo de colonização europeia⁸, determinando, assim, os males de origem dos problemas nacionais. Ao chegar a este cerne da questão, Bomfim se singulariza em relação à grande parte dos seus contemporâneos, especialmente por apontar soluções para se construir uma identidade verdadeiramente latino-americana.

Raça foi, sobretudo, uma das principais temáticas abordadas por Bomfim para se compreender, no finalizar do século XIX e início do século XX, o contexto cultural fortemente marcado pelo “racismo científico”, ao qual se contrapõe. Essa direção do pensamento de Bomfim contribuiu, efetivamente, para o desmonte desse modelo analítico no país. Em **Brasil mestiço: o cruzamento entre as “raças” na perspectiva de Manoel Bomfim**, Ruth Cavalcante desvela o quanto seu enfrentamento na questão da raça, possibilitou avançar a historiografia brasileira e, especialmente, para a constituição de uma identidade nacional.

Sobre a perspectiva da hereditariedade de Manoel Bomfim, Stéfany Sidô Ventura opera e articula teorias discutidas por Manoel Bomfim, como condição necessária à compreensão da nação. Este conceito, tratado na perspectiva social, traz características próprias, as quais podem ser modificadas pelo processo educacional, como assinala Ventura, para quem, no entendimento do pensamento de Bomfim, a educação seria essencial para formar o povo brasileiro, permitindo-lhe evoluir e progredir socialmente. O paradoxo apontado por Ventura, a respeito deste conceito de Bomfim,

8 Uma perspectiva intrigante de entender o processo colonizador, especialmente o travado pelos ibéricos é o texto de GRUZINSCK, S. *A Águia e o Dragão: portugueses e espanhóis na globalização do século XVI*. Tradução: Pedro Elói Duarte; Revisão: Pedro Bernardo. Lisboa-PT: Edições 70, 2015. Embora não trate da colonização brasileira, desvela o (des)encontro destes povos com culturas tão diferentes como a chinesa (pelos portugueses) e a mexicana (pelos espanhóis). O impacto deste processo é minuciosamente analisado pelo autor.



revela-se na tênue relação entre permanência e continuidade (hereditário), movimento e mudança (educação), portanto, entre atraso e progresso.

No campo da pedagogia e da psicologia, há o texto de Wojciech Andrzej Kulesza, **Pedagogia e Psicologia no pensamento de Manoel Bomfim**, que visibiliza uma aproximação, de natureza didática, entre os livros *Lições de Pedagogia* (1915) e *Noções de Psicologia* (1916), dois estudos de Bomfim, os quais evidenciam a importância que este teve na “produção discursiva sobre a Psicologia no Brasil”. Esse tema, tão caro na atualidade, constituiu também objeto de estudo de Negromonte (2019).⁹

Por fim, a autora Monaquelly Carmo de Jesus trouxe o **Manoel Bomfim e o esquecimento: Memória de Manoel Bomfim na Escola Municipal**, encerrando este dossiê, com um trabalho de natureza memorialista, a respeito deste intelectual em um “lugar de memória”, como nos indica Pierre Nora¹⁰. Nada como a nomeação de uma unidade escolar, com o nome de alguém que foi importante no cenário cultural, político e econômico do estado e do país. O artigo de Jesus indica o quanto da memória coletiva, entendida essa em Halbwachs,¹¹ tem sido capaz de focalizar na imagem e na história do personagem, elementos que o caracterizam e precisam ser rememorados para preservar-se como monumento na história. Ao tecer uma análise sobre isso, o lembrar e o esquecer de gerações presentes e futuras sobre o passado de homens e acontecidos, são sempre processos seletivos. Isto foi demonstrado pela autora ao escutar os alunos da escola que levam o nome de Manoel Bomfim.

Assim, esperamos que os leitores da Revista do IHGS possam debulhar os artigos e acompanhar suas (re)memorações a respeito de Manoel Bomfim, produzindo novos sentidos sobre sua obra. A memória vivifica o personagem, a história pode dar continuidade a essa vida, embora sempre de forma incompleta e inconclusa, porém problematizadora e emblemática deste homem multifacetado que trouxe, de fato, uma contribuição relevante para o pensamento e a investigação em diferentes campos do conhecimento humano.

Cabe-nos convidá-los para esta leitura!

Organizadoras:

Maria Neide Sobral

Marizete Lucini

Fátima Bezerra Negromonte

9 Cf.: NEGROMONTE, F. B. *Manoel Bomfim e a Educação: interfaces discursivas entre a pedagogia e a psicologia*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, 2019.

10 Op.cit.

11 HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. Tradução: Laurence Leon Shaffer. SP: Vertice: Editora Revista dos Tribunais, 1990.





DOSSIÊ

Uma breve arqueologia sobre o sergipano Manoel Bomfim

Fátima Bezerra Negromonte*
Maria Neide Sobral**

A brief archeology about Manoel Bomfim

Resumo

Nosso objetivo neste texto foi evidenciar, através da literatura, explicações dadas por comentadores e biógrafos sobre os períodos de esquecimentos e (re)descobertas do intelectual sergipano Manoel Bomfim (1868-1932), e sua obra. Embora silêncio e voz, esquecimento e lembrança sejam interfaces da memória histórica, procuramos demarcar o lugar que a obra de Manoel Bomfim foi ocupando nos últimos cem anos. Evidenciamos que, nas últimas décadas, tem se multiplicado o interesse de investigadores de várias áreas de conhecimento por Manoel Bomfim, cujo pensamento multifacetado persiste e permanece como uma possibilidade singular de interpretação da realidade brasileira.

Palavras-chave: Esquecimento; Manoel Bomfim; (Re)descoberta.

Abstract

This paper had as its objective to show, through the literature, explanations about Manoel Bomfim's (1868-1932) commentators and biographers regarding the period in which this Brazilian intellectual was forgotten from the national scene and rediscovered later. Although silence and voice, forgetfulness and remembrance are interfaces of historical memory, we tried to demarcate the place his work has been occupied through the past hundred years. It is a matter of fact, that in the last decades there has been an increasing number of researches about this author whose multifaceted thinking persists and remains as a singular possibility of interpretation of the Brazilian reality.

Keywords: Forgetfulness; Manoel Bomfim; (Re)discovery.



* Professora do Departamento de Letras-Inglês, da Universidade Federal de Sergipe. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe.

** Professora titular aposentada do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe.

Quando, em que lugar, por quem e por quais razões, determinadas obras são referenciadas e mereceram o reconhecimento e a escrita da História? Quem tem sido celebrado, analisado e mantém-se visível no passar do tempo? De qual lugar do passado, o sujeito do discurso foi autorizado a dizer seu dito, sendo celebrado ou silenciado conforme interesses seletivos daquele momento? Esses questionamentos pontuais permitiram-nos marcar a distinção do intelectual Manoel Bomfim, cuja obra mereceu momentos singulares de exaltação e outros tantos de silenciamento.

(Re)visitar parte da literatura sobre o intelectual sergipano no cerne do pensamento brasileiro foi o objetivo deste texto, evidenciando sua presença e/ou ausência nos centros da (não) circulação de ideias. Reverenciado ou esquecido nas prateleiras dos arquivos, em períodos históricos alternados, Manoel Bomfim tem propiciado em seus escritos instrumentos sociais, políticos, econômicos importantes para a análise da realidade nacional e latino-americana, sobretudo, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

A escritura deste texto se deu nos moldes de uma arqueologia sobre a sua obra, entendida essa no sentido de Foucault¹, acompanhando o movimento de publicações, comentadores, no profícuo deslocamento entre discursos e práticas, saberes e enunciados discursivos. Manoel Bomfim construiu um discurso, cuja interrogação e interpretação é uma constituição histórica. História essa, em sua natureza seletiva, de apagamentos, esquecimentos, (re)visões e (re)atualizações. Apagar ideias e silenciar sobre a existência de discursos e práticas demonstram a seletividade que marca profundamente o fazer histórico e a preservação da memória. Como assinala Le Goff²: “cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazerem da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica”. Neste esteio, buscamos acompanhar a produção de uma memória acerca de Bomfim e sua obra, já que esta alimenta e preserva o passado para se manter “viva” no futuro.

Ao nos debruçarmos sobre a obra de Manoel Bomfim, estamos traçando também a memória coletiva, pensada essa nos termos de Halbwachs³, de sua época, para acompanhar a tessitura da sociedade brasileira. Da produção história individual de Bomfim, enfrentamos uma constelação de tantas outras memórias que não são exclusivamente dele, mas da pertença a grupos e redes de sociabilidade que construiu ao longo da vida.

1 FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Tradução: Miguel Serras Pereira. Coimbra, Portugal: Edições Almedina, 2005.

2 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução: Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 5ª ed. Campinas: Campinas Editora da UNICAMP, 2003. p. 471.

3 HALBWACHS, Maurice. *A Memória coletiva*. Tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.



Com Halbwachs, consideramos que a memória individual da personagem, é de fato, um ponto de convergência de diferentes e múltiplas influências culturais e sociais articuladas. Já a memória coletiva evidencia o escopo de um trabalho de determinado grupo, cujas lembranças compartilhadas formam um acervo conteudístico dessa memória.

Indispensável também entender Bomfim na rede de sociabilidade, entendida esta nos termos de Sirinelli⁴, como sendo: “relações estruturadas em rede que falam de lugares mais ou menos formais de aprendizagem e de troca, de laços que se atam, de contatos e articulações fundamentais [...]” a que o autor pertenceu, seja no Brasil, seja no exterior. Nas leituras que Bomfim fez de outros pensadores e no seu olhar crítico dos problemas nacionais, compôs uma história social da realidade brasileira alicerçada, principalmente, nas paradoxais desigualdades do país em sua época.

Fazer uma leitura no presente sobre uma produção de memória que foi se formando a respeito de Manoel Bomfim e sua obra, simbolizam aqui a busca de articulação entre um fazer histórico sobre uma personagem que esteve esquecida, como salientou Aguiar⁵, mas retorna ao epicentro discursivo pela qualidade de seus textos.

Assim, debruçamo-nos em escritos de comentadores, críticos e historiadores que presentificaram ideias, atuações e fatos produzidos por Manoel Bomfim, com o objetivo de o (re)colocar no cenário atual como um intérprete importante do país, cujas análises revelam-se perspicazes e atualíssimas para desnudar “os males de origem” do Brasil, ao se fixar sobre o processo civilizador da América Latina.⁶

Segundo Bomfim, no Brasil, a herança cultural e institucional promovida pelos portugueses teria sido mais intensa devido à escravatura e à monarquia bragantina, que estabeleceu e legalizou as relações políticas e os processos de dominação social no século XIX. E o remédio para combater os males causados pelos portugueses no Brasil, seria uma reforma educacional que deveria ter prioridade, assim na visão do autor, aquela prescindia às questões políticas e econômicas. Nessa direção, Ribeiro⁷ o considerou como o fundador da antropologia do Brasil.

4 Rede essa entendia como sendo “microcosmo particular de um grupo, no qual se estabelece vínculos afetivos e se produz uma sensibilidade que se constitui marca desse grupo”. SIRINELLI, François. Os intelectuais. In: REMOND, René (Org.). *Por uma nova história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003. p.38.

5 AGUIAR, Ronaldo. *O rebelde esquecido*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

6 BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

7 RIBEIRO, Darcy. Manuel Bonfim, antropólogo. *Revista do Brasil*, n. 2, p. 8- 59, 1984.



O autor, Manoel Bomfim: instauração discursiva

Para acompanhar a obra de Manoel Bomfim, matizamos o conceito de “autor de uma obra” trazida por Foucault⁸: “individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filosofia também, e nas ciências” e do “parentesco da escrita com a morte”. Em um e outro aspecto, indicar a obra como uma unidade, a autoria como individualidade do autor, nem sempre é pacífico de se realizar, como assinala o autor referido, mas sim a emergência de um texto, no espaço que emerge e se dispersa no tempo que se desenrola.

O sujeito do discurso – o autor, permite caracterizá-lo e fazê-lo prevalecer, precisa se tratar de “um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura receber um certo estatuto”.⁹ Nessa direção, compreendemos que Bomfim instaurou um conjunto de enunciados discursivos que merece a prevalência pela sua contínua (re)visitação e apropriação em análise de diferentes áreas de conhecimento. Ele é um autor do seu tempo, que respondeu problemáticas de sua realidade social, cultural e política, cujos enunciados permanecem perenes na compreensão de determinado período da história.

Biógrafos de Bomfim têm tracejado linhas sobre sua origem, sua família, formação escolar e acadêmica, bem como profissionais, a exemplos de Aguiar¹⁰, Nunes¹¹, em narrativas que vinculam o autor a seu tempo, cujo legado bibliográfico que deixou tem permitido incursões sobre o seu modo de pensar, especialmente as reflexões que construiu para interpretar o país e o continente. Manoel Bomfim e sua obra, entendida tal expressão em Foucault¹²:

de que o nome do autor não transita, como o nome próprio, do interior de um discurso para o indivíduo real e exterior que o produziu, mas que, de algum modo, bordejando os textos, recortando-os, delimitando-os, tornando-lhes manifesto o seu modo de ser ou, pelo menos, caracterizando-lho. Ele manifesta a instauração de um certo conjunto de discursos no interior de uma sociedade e de uma cultura.

8 FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* 9 ed. Lisboa: Passagens, 2015. p. 33-34.

9 *Id.*, *Ibid.*, p. 45.

10 AGUIAR, Ronaldo. *O rebelde esquecido*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

11 NUNES, Maria Thétis. Manoel Bomfim: Pioneiro de uma ideologia nacional. In: Bomfim, Manoel. *O Brasil na América: Caracterização da Formação Brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 13-25

12 FOUCAULT, *Op.*, *cit.* p. 44-45.



Esse sergipano, no nosso entendimento, assumiu um pouco mais do que autoria de seus textos, ele foi um “fundador” de discursividade¹³, especialmente em relação ao racismo científico. Bomfim¹⁴ rejeitou a concepção hegemonicamente aceita pelos sociólogos sobre a relação determinante entre as características étnicas do indivíduo e a sua posição na sociedade. E, por conseguinte, empenhava-se, por meio de suas escrituras, em desmistificar as argumentações deterministas, raciais que intencionavam manter a exclusão dos indivíduos pertencentes às raças tidas como inferiores e buscava propagar a sua concepção de educação como agente de transformação do indivíduo.

Manoel Bomfim viveu intensamente o seu tempo, ultrapassando barreiras intelectuais e ensaiando um *modus* de pensar que operava na interpretação de seu país e sua soberania no seio da América Latina. Desvelou “os males de origem” do processo de colonização desse continente em análise multifacetada e alinhada à quebra de posições cristalizadas em seu tempo, como o chamado “racismo científico”.

Sergipano, nasceu em 8 de agosto de 1868, em Aracaju e faleceu em 21 de abril de 1932, no Rio de Janeiro. Os pais de Manoel Bomfim eram de classes sociais distintas. Paulino José, seu pai, era um vaqueiro sertanejo, mameluco, analfabeto, natural de Bom Fim do Carira, na época um pequeno povoado, hoje município de Carira, localizado no sertão sergipano, a 113 Km de Aracaju¹⁵. Com pais abastados, Manoel Bomfim obteve escolaridade em nível superior em outros estados, sendo uma das aves de “arribação” como expressou Oliveira¹⁶, por ter se estabelecido fora de Sergipe, depois de galgar sua formação acadêmica. Médico, jornalista, educador, político, escritor, Bomfim assumia as características de um intelectual polígrafo, no dizer de Miceli¹⁷, atrevendo-se a percorrer diversos campos de conhecimento.

No final do século XIX, conforme Lima¹⁸, a intelectualidade sergipana estava circunscrita a um pensamento, de um lado, espiritualista, que se limitava a uma orientação filosófico-religiosa do pensamento católico reinante (catolicismo ortodoxo, ultramontano); de outro, cientificista, era atrelada ao desenvolvimento das ciências físicas e naturais, modificando

13 *ib.*, *ibid.*

14 BOMFIM, *Op.*, *cit.*

15 AGUIAR, Ronaldo. *O rebelde esquecido*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

16 OLIVEIRA, Francisco. Aves de Arribação: a migração de intelectuais. *Lua Nova: Revista da Cultura e Política*, v. 2, n. 3. São Paulo, dez. 1985. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451985000400004. Acesso em: 22 jan. 2019.

17 MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

18 LIMA, Jackson da Silva. *Os estudos filosóficos em Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995. p. 65.



“a maneira de ver e compreender os problemas do homem e do universo, sem a ingerência do dom carismático da fé católica”, que muitas vezes geravam disputas acirradas na imprensa local e nacional. Bomfim abraçou o cientificismo como orientação filosófica em muitos de seus textos.

Oitenta e sete anos se passaram desde o seu falecimento, em que a memória desse intelectual foi visibilizada, esquecida, subsumida, celebrada. É desse movimento que trata este texto, de tentar ressignificar Manoel Bomfim e sua obra, que perdura, preserva-se e contém em si os “segredos” do modo de seu tempo, mas também se abre para possibilidades efetivas de interpretações atemporais, reatualizadas de nossa realidade, ultrapassando os limites geopolíticos do país, abrangendo o continente sul-americano, pensado na formação do povo e nos processos de colonização e de dominação dos europeus.

28



Garimpagem de biógrafos e comentadores de Manoel Bomfim

Aguiar¹⁹ destacou que, ao verificar a dificuldade de catalogar autores brasileiros, cujas obras ele acredita constituírem “a base, o corpo e a alma do pensamento social brasileiro”, concluiu que essa omissão tem sido sistemática e independe da qualidade das obras escritas ou do que fizeram seus autores em vida e o quanto contribuíram para ampliar a compreensão de diferentes aspectos da vida social, econômica, política e educacional do país. De fato, Manoel Bomfim escreveu muitos artigos em jornais sobre os problemas gerados pela falta de instrução da maioria da população brasileira, no entanto, muitos desapareceram dos arquivos ou estão inaproveitáveis para consulta e leitura.

A falta de conservação dos arquivos brasileiros, a ausência de uma política arquivística de preservação de fontes, tem sido problemática. Isso é algo complexo, pois envolve decisões de diferentes atores, o que é particularmente verificável em relação aos escritos de Manoel Bomfim, como corrobora Gontijo²⁰, ao acentuar que alguns de seus textos “estão dispersos em periódicos de difícil acesso”. Este fato ilustra bem que a preservação dos documentos como fonte histórica está associada a processos de relações de poder de uma determinada sociedade que descarta ou perpetua a sua memória coletiva, como salientou Sobral²¹.

19 AGUIAR, Ronaldo. *O rebelde esquecido*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

20 GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim*. Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. p. 39.

21 SOBRAL, Maria Neide. *Vitrine das Letras: o discurso jornalístico e a modernidade pedagógica em Sergipe/Brasil e Portugal*. São Cristóvão: EDUFS, 2012.

O que é preservado pela memória e materializa-se em documento-monumento, como ressalta Le Goff²², esta memória, evidentemente seletiva, por vezes circunscrita a seu lugar e seu tempo, deixa-se ficar em arquivos e outros guardiões de documentos e obra, que é descoberto e revivido, quase como um processo de nascimento do morto, para dar testemunhos, ser analisado, apreciado, criticado e referenciado em diferentes outras produções intelectuais. Assim, ocorreu com Manoel Bomfim!!! Silenciado, esquecido, apagado, subsumido, esses adjetivos indicam intencionalidades e prescrições de todo processo histórico que, na contrapartida, legítima, revitaliza, atualiza, vulgariza, referencia, até enaltece e celebra determinados intelectuais e suas obras em diferentes momentos históricos. Nesse pêndulo, cada comentador/biógrafo faz sua apreciação, esqueteja sua obra e a põe em determinado enquadramento para assinalar hipóteses, explicitar justificativas e apanhar uma linha de pensamento, uma autoria.

Isso se torna evidente quando, décadas depois do falecimento de Manoel Bomfim, Chacon (1965), ao apresentar suas análises sobre autores associados às ideias socialistas, fez a seguinte indagação: “Por que não se fala *neste* Manuel Bonfim???” (sic). Com efeito, naquele momento, trinta e três anos após a morte de Manoel Bomfim, sua produção intelectual estava completamente ausente do cenário nacional brasileiro. Como resposta à sua indagação, Chacon²³ colocou que Bomfim teria sido silenciado devido à ameaça que suas ideias representavam às classes dominantes do país:

O filisteísmo reacionário, e seu irmão, o filisteísmo pseudo-revolucionário, fazem questão em escondê-lo; até o negam, em público, por medo que ele seja assim descoberto. Muito mais eficiente é o silêncio, que caiu sobre sua pessoa e sua mensagem, desde quando notaram ser ela perigosa para os bem-pensantes.

Seriam as ideias bomfimnianas uma ameaça ao seu tempo? Seriam tão avançadas, em sua época, que mereceu o silêncio, como destacou Nunes?²⁴:

Pouco conhecido é esse escritor sergipano. Todavia, raras obras foram escritas, no Brasil, que apresentassem tão nítido conhecimento de nossa realidade e um nacionalismo mais acentuado quanto a sua. Não sabemos o porquê do silêncio

22 LE GOFF, *Op., cit.* p. p. 471.

23 CHACON, Yamireh. *Histórias das ideias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965. p. 359.

24 NUNES, Maria Thétis. *Silvio Romero e Manoel Bomfim: Pioneiros de uma ideologia nacional*. Aracaju: Editora UFS, 1976. p. 23.

que a envolveu. Talvez o justifiquem o estilo um tanto cansativo pela prolixidade dos seus escritos, ou mesmo porque não fosse conveniente a divulgação de idéias tão avançadas para a época.

Na visão de Reis:²⁵ “Bomfim é um intérprete excepcional do Brasil, mas prolixo, repetitivo, redundante; suas obras são enormes, desanimadoras para o grande público”. Seria essa a razão que desestimulou a leitura, cujo “pecado” encontra-se na construção textual de sua obra, mesmo reconhecendo sua excepcionalidade na interpretação de seu país, de seu continente?

Segundo Alves Filho²⁶, o “ostracismo” do autor teria sido em razão de suas críticas à colonização portuguesa no Brasil, ao seu antilusitanismo.

Souto Maior²⁷ também questionou e apresentou a sua percepção sobre o esquecimento de Bomfim:

Indagaríamos como foi possível surgir um pensador do quilate e expressão de Manoel Bomfim num tempo em que ainda não existiam movimentos culturais ou partidos revolucionários que defendessem, em nosso país, posições ideológicas tão avançadas. E o mais intrigante e misterioso: por que a nação desconhece sua contribuição pioneira ao estudo e discussão das soluções dos problemas nacionais? É fácil explicar: numa sociedade de classe e racista como a existente no Brasil, a ideologia dominante não tem interesse em divulgar ou memorizar ações políticas, fatos históricos ou obras culturais que se contrapõem aos objetos hegemônicos.

Sussekind e Ventura²⁸ registraram como estranha a pouca relevância de um autor tão enigmático quanto Manoel Bomfim.

Personagem enigmático, Bomfim era capaz de provocar querelas com Sílvio Romero e Rui Barbosa e de recusar uma possível indicação para a Academia Brasileira de Letras,

25 REIS, José Carlos. *Civilização brasileira e otimismo revolucionário (ingênuo): Manoel Bomfim e o sonho da República soberana e democrática*. In: REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: FGV, 2015. p.185.

26 ALVES FILHO, Aluizio. *Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia racial*. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

27 SOUTO, Maior. *Introdução ao pensamento de Manoel Bomfim: o discurso da modernidade no alvorecer do século XX*. São Paulo: Centro de Publicações do Instituto Mário Alves de estudos Políticos, 1993. p. 18.

28 SUSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984. p. 3.

tão cobiçada naquele tempo. Chega a ser estranho que um intelectual tão polêmico à sua época fosse relegado a uma posição de pouco destaque nos anos que se seguiram à sua morte.

Manoel Bomfim se contrapôs a intelectuais já qualificados no cenário cultural brasileiro, recusando, inclusive o fardalhão da academia como estandarte de seu valor e do seu reconhecimento, o que certamente, provoca estranhamento aqueles que, entre outras atribuições, também dão vez e voz aos seus pares.

Precisamente treze anos depois, em 1997, na apresentação do livro *O Brasil na América*, de Manoel Bomfim, Nunes²⁹ citando o trecho de Sussekind e Ventura supracitado, reiterou a sua posição quanto à questão:

Realmente, poucos hoje conhecem este escritor sergipano. Mas, no Brasil, poucas obras foram escritas apresentando tão lúcidas compreensão e interpretação da realidade nacional e impregnadas de autêntico nacionalismo quanto a sua. Não sabemos explicar o porquê do silêncio que a envolveu. Talvez não fosse conveniente às elites dirigentes a divulgação de idéias tão avançadas para a época.

Levando em consideração a frequência que seu nome apareceu na imprensa da época, pode-se inferir que ele foi um intelectual que obteve muita visibilidade durante o tempo em que viveu. Seu nome, na maioria das vezes, destacado como diretor do *Pedagogium*, estava, constantemente, nas páginas dos jornais do Rio de Janeiro daquele período histórico, que noticiavam suas participações como palestrante em eventos culturais, em jantares, em inaugurações, em formaturas, em cerimônias fúnebres, em anúncios de formaturas, em casamentos, festas de clubes, eventos educativos e em reuniões políticas com o prefeito do Distrito Federal, com deputados, senadores e, até mesmo, com o presidente da república, além de anúncios publicitários dos lançamentos dos seus livros.

Também encontramos, em diversas edições de diferentes jornais, referências ao seu nome em listas de passageiros dos “paquetes” que estavam viajando a outros estados brasileiros, ora indo, ora retornando da Europa. Segue um recorte do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro do dia 10 de julho de 1909, anunciando uma dessas viagens.

29 NUNES, Maria Thétis. Manoel Bomfim: Pioneiro de uma ideologia nacional. In: Bomfim, Manoel. *O Brasil na América: Caracterização da Formação Brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 13.

Em companhia de sua esposa, partiu ontem para a Europa, a bordo do *Atlantique*, o Sr. Dr. (sic) Manoel Bomfim, Diretor do *Pedagogium*. O seu embarque, que se realizou às 3 horas da tarde, no cais *Phareux*, foi muito concorrido.³⁰

A morte de sua mãe foi divulgada na edição do *Jornal O Paiz*³¹, do dia 7 de abril de 1911, período em que ele estava na Europa, a serviço da prefeitura do Rio de Janeiro.

Em avançada idade e após cruéis padecimentos, faleceu em Aracajú, a 20 do mez findo, a virtuosa matrona D. Maria Joaquina do Bomfim, mãe do Dr. Manoel Bomfim, ex-director da instrução pública, e actualmente na Europa, em comissão do governo municipal.



Estas publicações indicam o quanto Manoel Bomfim era conhecido e prestigiado no país durante a época em que viveu, principalmente no Rio de Janeiro, onde residia e exercia suas atividades profissionais. Porém, equivocadamente, Skidmore³² analisando as posições de rejeição do determinismo racial de Manoel Bomfim e Alberto Torres, afirmou que estes “não tiveram grande sucesso na sua época, o que é prova de que a elite não estava preparada para romper com as premissas estabelecidas”.

No caso do autor Manoel Bomfim, suas ideias antirracistas eram divulgadas na imprensa, vale salientar que os lançamentos dos seus livros eram bastante anunciados nos jornais e recebiam muitos elogios e críticas dos leitores, sobretudo dos intelectuais. Nesse sentido, compreendemos “sucesso” como ampla propagação das concepções do autor em nível nacional, e as repercussões que suscitaram.

Contudo, apesar da visibilidade que teve durante o tempo em que desempenhou sua vida profissional, houve um hiato temporal durante o qual a obra de Manoel Bomfim ficou subsumida do cenário nacional, desde o período compreendido entre os anos seguintes após a sua morte e o final dos anos noventa do século passado; seu nome sequer foi citado em duas antologias concernentes aos pensadores brasileiros de relevo, por

30 *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 4. 10/07/1909.

31 *Jornal O Paiz*. Rio de Janeiro. p. 3, 07/04/1911. Fundado, no Rio de Janeiro, em 1º de outubro de 1884, este jornal foi dirigido nos seus primeiros anos por Quintino Bocaiúva, funcionou até 1930, quando um incêndio destruiu a sua sede. Como se tratava de um noticiário que fazia oposição ao golpe de estado de Getúlio Vargas, há suspeitas de que este tenha sido criminal.

32 SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976. p.131.

Menezes³³ e Vita³⁴. Em Sergipe, verificamos que algumas obras que tratavam de intelectuais sergipanos, como a de Telles³⁵, a exaltação ficava nos chamados bacharéis da Escola de Recife – Tobias Barreto, e, em especial, Silvio Romero.

De modo consequente, essa (des)memória coletiva em relação ao autor, tem sido recorrentemente questionada. Nessa perspectiva, focalizamos as principais hipóteses apresentadas pelos estudiosos da obra bomfimiana acerca dessa questão e também algumas considerações sobre a sua “redescoberta”.

Ele ficou subsumido e, por vezes, mencionado por alguns autores e jornalistas, ora asseverando a importância de sua obra e questionando a ausência do seu nome nas discussões do pensamento intelectual brasileiro da sua contemporaneidade, ora citando-o de forma negativa, principalmente, como exemplo de nacionalista exacerbado e lusofóbico.

Foi Carlos Maul (1887-1974)³⁶, contemporâneo de Manoel Bomfim, o pioneiro a empenhar-se a divulgar os escritos do escritor sergipano, em um momento em que a sua obra já estava sendo ofuscada. Maul³⁷ selecionou textos do autor sergipano e publicou o livro *O Brasil*³⁸, no qual escreveu uma introdução, “nota explicativa”, apresentando Manoel Bomfim, ao qual ele se referiu como “o mestre”, acentuando as suas características nacionalistas e a sua erudição.

A obra de Manuel Bomfim é uma obra profundamente brasileira. Nella o mestre, fazendo um trabalho minucioso de revisão da nossa historia desde a formação colonial até aos dias presentes, procura estabelecer as bases do estudo para o conhecimento da nossa constituição em nacionalidade. E da sua leitura se conclue que, para atingirmos ao gráo da civilização em que nos encontramos foi a atividade da nossa gente a que mais contribuiu através quatrocentos anos de vicissitudes em permanente conflito com a natureza e com

- 33 MENEZES, Djacir. *O Brasil no pensamento brasileiro*. 2º ed. São Paulo: Editora: INEP/ MEC, 1957.
- 34 VITA, Luís. *Antologia no pensamento social e político no Brasil*. São Paulo: Editora: Grijabo, 1968.
- 35 Publicada pela primeira vez em 1900. TELLES, Manoel P. Oliveira. *Sergipenses*. São Cristóvão: EDUFS, 2013.
- 36 Carlos Maul, descendente de alemães, nasceu em Petrópolis em 1887 e faleceu no Rio de Janeiro em 1974, aos 84 anos. Foi jornalista, escritor e poeta; atuou como relator dos jornais “A Imprensa”, “Gazeta de notícias” e “Correio da Manhã”. Foi deputado estadual no Rio de Janeiro de 1928 a 1930 e membro da Academia Carioca de Letras.
- 37 MAUL, Carlos. Nota Explicativa. In: BOMFIM, Manoel. *O Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 7-8.
- 38 BOMFIM, Manoel. *O Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

o europeu. [...] Em “Brasil na América”, “Brasil na História” e “Brasil Nação”, Bomfim, em copiosa documentação de idoneidade insuspeitável, põe em relevo as virtudes do indígena e do preto, as vantagens do cruzamento que com eles fez o lusitano, para a definição das nossas características. Essa obra porém de historiador e de sociólogo, focalizando os vários aspectos da nossa vida da colônia á independência, não é para ser lida e compreendida facilmente sinão por aquelles que se habituaram á pesquisa e á especulação dos phenomenos humanos. É obra de erudito. A sua essência, entretanto, precisa ser conhecida pelo maior numero, pelo que nella se contem de sentimento de brasilidade, de valor educativo, de informação preciosa sobre o Brasil e o brasileiro desde as suas origens.



Apesar do intento de Maul em divulgar a obra de Bomfim, *O Brasil* suscitou polêmicas, e inclusive foi apontada, por alguns autores, como um dos elementos que contribuíram para a subvalorização da obra de Manoel Bomfim.

Aguiar³⁹ avaliou o livro como “uma coletânea mal organizada de textos de Manoel Bomfim. *O Brasil* tornou-se uma referência negativa na obra do sergipano”. Nessa mesma linha de pensamento, Sussekind e Ventura⁴⁰ ressaltaram que a seleção dos textos feita por Maul apregoava um Bomfim extremamente nacionalista:

A “Nota explicativa” redigida por Maul, já indica o critério por ele adotado na seleção e justaposição de trechos (!) de *O Brasil na América*, *O Brasil na História* e *O Brasil Nação*. Aponta a necessidade da leitura da obra de Manoel Bomfim por ser esta “profundamente brasileira” e “pelo que nela se contém de sentimentos de brasilidade, de valor educativo, de informação preciosa sobre o Brasil e o brasileiro, desde as suas origens”. É, contudo, a própria coletânea que se tornará obstáculo a esta leitura. Organizada, como salienta Maul na “Nota explicativa”, a partir destas três obras, não há, porém, no interior de *O Brasil*, qualquer referência à fonte dos trechos selecionados. O organizador impõe uma montagem retalhada de um Bomfim excessivamente nacionalista e patriota. Um Bomfim aparato de possíveis arestas, capazes de emaranhar uma perspectiva estritamente nacionalista.

39 AGUIAR, *Op., cit.* p. 514.

40 SUSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984. p. 50-51.

Ainda, segundo Sussekind e Ventura, *O Brasil* foi provavelmente o livro de Manoel Bomfim mais difundido pelo fato de fazer parte da Coleção Brasileira, e, portanto, serviu como obra de referência negativa sobre o autor. Como exemplo, os dois autores citam a comparação que Alfredo Bosi fez entre Alberto Torres, Manoel Bomfim e Oliveira Viana: “Há uma conexão mais ou menos estreita entre os seus modos de abordar o Brasil e o nacionalismo sistemático do ‘verde-amarelismo’, da ‘Anta’, do ‘integralismo’ e do próprio Estado Novo”⁴¹. De fato, fica nítida na citação de Bosi que a sua leitura de Manoel Bomfim se restringiu à coletânea organizada por Maul, que suprimiu as contundentes críticas de Manoel Bomfim à Revolução de 1930 e a sua repulsa à implementação de um sistema de governo direcionado a favorecer as classes dominantes.

Em contrapartida, Reis⁴² contestou expressamente a posição de Aguiar, de Sussekind e de Ventura, em relação à coletânea em pauta.

Discordo dessa avaliação e considero essa resistência à coletânea de Maul um “pedantismo acadêmico”, um “eruditíssimo bacharelesco”. Para mim, o fato de essa coletânea ter aproximado o pensamento de Bomfim da sociedade brasileira, permitindo-lhe a sua recepção, é muito importante. Maul popularizou Bomfim, servindo ao seu projeto pedagógico revolucionário. Há centenas de publicações do mesmo tipo com as obras de Marx. Sussekind e Ventura, e eu mesmo agora, também, estamos divulgando Bomfim.

Em relação a essa discussão, acreditamos que há coerência nos dois pontos de vista. Por um lado, de fato, ao lançar *O Brasil*, em um período no qual já não havia novas reedições dos livros de Manoel Bomfim no mercado, Maul, certamente, contribuiu para propagar a obra deste intelectual. E por se tratar de uma edição concisa dos três livros supracitados, atraiu o interesse daqueles que desejavam ter uma visão geral do pensamento de Manoel Bomfim. Entretanto, ao fazer recortes de partes isoladas dos livros de Bomfim, de forma descontextualizada, selecionando apenas aspectos se que compatibilizavam com suas próprias convicções e interesses, apresentando imprecisões conceituais referentes ao pensamento do autor Manoel Bomfim, Maul levou a uma deturpação as ideias bomfimianas. Ou seja, ele escamoteou o pensamento do intelectual sergipano, encobrendo o seu lado racional, questionador, e revolucionário, que pode ser identificado desde o seu primeiro ensaio, *A América Latina*, e, de forma mais incisiva, em *O Brasil Nação*.

41 BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 2º ed. São Paulo, Cultrix, 1978. p. 351.

42 REIS, op., cit., p. 185.

O Brasil, em 1935, era governado por Getúlio Vargas, que havia assumido o poder em 1930, como líder da revolução que derrubou o presidente Washington Luís. Como era o Brasil naquele momento histórico? Sumariamente, poderíamos afirmar que era um país controlado por um governo com poderes ditatoriais, que se fortaleceu com o apoio de uma população, majoritariamente iletrada, e, por conseguinte, manteve-se no poder por meio de mecanismos de caráter nacionalista e populista.

Estando posicionado no campo da direita, Maul não selecionou nenhum trecho de *América Latina: males de origem* porque este apresenta um ideal de sociedade brasileira multicultural e igualitária; contém duras críticas às oligarquias agrárias, aos sociólogos, políticos, religiosos, e aos responsáveis pelo passado colonial do país. Logo, os conceitos de parasitas e parasitados, essenciais na obra bomfimniana, foram suprimidos. Em outras palavras, este ensaio foi excluído porque proporcionava dados históricos sobre as origens da opressão e exploração da América Latina, e, já naquele momento histórico, apontava a corrupção, que se estabelecia no Brasil através do processo do parasitismo social, direcionando o leitor a uma reflexão crítica da realidade do país.

Também não foram selecionados os textos de *O Brasil Nação* que criticam a forma como Vargas assumira o poder; e incentiva uma revolução das massas como forma de libertação do jugo de um sistema de governo corrupto, que não privilegiava o bem comum da maioria da população brasileira, ao contrário, só foram contemplados os textos mais nacionalistas e patriotas do escritor sergipano.

Até antes do final dos anos noventa, do século passado, geralmente, os leitores só liam Bomfim por meio de outros autores, sobretudo, na coletânea organizada por Maul⁴³ e na de Sussekind e Ventura. A revisita da obra bomfimniana só foi possível, quando a Editora Topbooks reeditou *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (1997); *América Latina: males de origem* (2005), que já havia sido reeditado, em 2002, no primeiro volume da Coleção *Intérpretes do Brasil*, com um texto introdutório de Flora Sussekind, pela Editora Nova Aguilar; e *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* (2013).

O que faz um autor esquecido nas prateleiras de livrarias, bibliotecas e arquivos voltar a ser lido, pesquisado pelos estudiosos e investigadores? Destacamos aqui o artigo de Oliveira⁴⁴, *Manuel Bomfim: autor esquecido ou fora do tempo?* Neste, a autora cita o seguinte texto de José Mário

43 MAUL, Carlos. Nota Explicativa. In: BOMFIM, Manoel. *O Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 7-8.

44 OLIVEIRA, Lucia Lippi. Manoel Bomfim um autor esquecido ou fora do seu tempo? *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v.5, n.3, dezembro, 2015. p. 771 - 797. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sant/v5n3/2236-7527-sant-05-03-0771.pdf> Acesso em: 20 janeiro de 2019.

Pereira, editor da Topbooks, que lhe foi enviado por e-mail, em 10 de julho de 2013, no qual ele explica porque resolveu reeditar os livros de Bomfim.

A curiosidade despertada pela obra do Manoel Bomfim primeiro por um livrinho editado pela Achiamé Pensamento político no Brasil: Manoel Bomfim, um ensaísta esquecido, de Aluizio Alves Filho, e depois, trabalhando com Darcy Ribeiro, ele voltou a me falar desse com entusiasmo, sugerindo que lesse *A América Latina, males de origem*. Quando comecei a editora tratei logo de editá-lo, com prefácio do Darcy (na verdade um ensaio que ele antes publicara na *Revista do Brasil*), e orelhas assinadas pelo dr. Evaristo de Moraes Filho. Essa minha edição provocou muito interesse, dado que significou a volta do Bomfim às livrarias e ao sistema intelectual. A seguir publiquei *O Brasil nação*, e *O Brasil na América*. Agora está saindo aqui *O Brasil na história*, esgotado há mais de 70 anos. Também publiquei a biografia de Bomfim, *Manoel Bomfim, o rebelde esquecido*, de Ronaldo Conde Aguiar.

Quem e de que forma, em algum momento de seu tempo, revisitam determinada obra e determinado autor, e passa a divulgá-los? Quais os sentidos que essa obra produz para aquele(s) que se voltam para suas páginas e delas depreende apreciações, críticas, controvérsias, sentidos reatualizados?

A reedição do livro *Através do Brasil*, pela Editora Companhia das Letras, com prefácio de Lajolo⁴⁵ (2000), que foi o primeiro paradigmático brasileiro, uma inovação para a época, escrito em parceria com Olavo Bilac, editado pela primeira vez em 1910, em Paris, e que teve sessenta e seis edições, foi publicado até 1960. Desde a primeira edição deste livro, Bomfim e Bilac já ocupavam lugares importantes no cenário educacional do Rio de Janeiro e, como a maioria dos intelectuais da época, eram bastante otimistas em relação à força transformadora da educação. Como Bomfim era um estudioso da psicologia infantil, ele sabia da importância de se incentivar o sentimento cívico e o amor ao país no período da infância. Assim, a memória coletiva seria preservada.

Também vale salientarmos que uma das principais publicações de Manoel Bomfim, no campo da Psicologia, *Pensar e Dizer: Estudo do Símbolo no Pensamento e na Linguagem* foi reeditada pela Editora Casa do Psicólogo, em 2006. Esta obra faz parte da *Coleção Clássicos da Psicologia Brasileira*, que por sua vez integra o projeto *Memória da*

45 LAJOLO, Marisa. Cronologia de Manoel Bomfim. In: BILAC, Olavo; BONFIM, Manuel. *Através do Brasil: prática da língua portuguesa: narrativa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 37-40.

Psicologia Brasileira, que tem como meta recuperar e divulgar saberes históricos da Psicologia no Brasil. Antunes⁴⁶, na sua apresentação da obra, destacou a atualidade e a importância da reedição deste livro para o campo da Psicologia, ressaltando a originalidade das ideias do autor e a irrefutável diferença em relação ao que era hegemônico naquele período histórico.

Em nível de Sergipe, ressaltamos o seminário comemorativo aos cem anos do livro *A América Latina: males de origem*, em 2005, promovido pela Universidade Tiradentes (UNIT), que culminou com a publicação do livro *Manoel Bomfim e a América Latina: a dialética entre o passado e o presente*, publicado pela Editora Diário Oficial de Sergipe, em 2010. Neste, encontram-se textos de vários pesquisadores da obra bomfimniana, como Maria Thétis Nunes, Ronaldo Conde Aguiar, José Carlos Reis, Ricardo Sequeira Bechelli e José Maria de Oliveira Silva. Além de uma entrevista com Maria Thétis Nunes, na qual ela recordou suas experiências de infância como leitora da *Revista Tico-Tico*.

Estas publicações representaram uma resposta à negligência da historiografia oficial, e têm possibilitado recuperar a memória daquele que foi um dos principais defensores da educação popular, dos direitos da criança e da igualdade racial no país, e, assim, vem instigando pesquisadores a produzir novas pesquisas que, por meio da tecnologia digital contemporânea, estão sendo armazenadas e disponibilizadas aos estudiosos e à sociedade em geral. Assim, observa-se que vem crescendo, cada vez mais, o interesse pela obra de Manoel Bomfim em todo o país.

A “redescoberta” de Manoel Bomfim no cenário do pensamento social brasileiro deu-se, principalmente, devido às pesquisas acadêmicas realizadas, sobretudo, nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras. Possivelmente, a necessidade de se compreender os atuais fenômenos sociais da sociedade contemporânea, à luz de ressignificações de conceitos de termos, tais como, “cultura”, “identidade”, “multiculturalismo”, “nacionalismo”, “xenofobia”, “cidadania” “preconceito”, “raça”, “nacionalismo”, “globalização”, entre outros, tenha criado espaços para se visitar os intelectuais brasileiros da primeira metade do século XX.

Além disso, questões como, por exemplo, as cicatrizes psicológicas deixadas pela escravidão na sociedade brasileira, o silenciamento acerca das teorias raciais que foram propagadas e, de certa forma, até legitimadas pelos intelectuais e políticos brasileiros no início do século passado, levaram os pesquisadores a aprofundarem suas leituras dos autores considerados “in-

46 ANTUNES, Mitsuko Aparecida. A contemporaneidade da Obra de Manoel Bomfim (1868-1932). In: BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer: Estudo do Símbolo no Pensamento e na Linguagem*, São Paulo: Cada do Psicólogo. Conselho Federal de Psicologia, 2006. p. 171.

térpretes do Brasil”. E nessas revisitações, inevitavelmente, a obra de Manoel Bomfim ressurgiu, e surpreendeu ao trazer à tona um olhar crítico da realidade brasileira, singular, dissonante da maioria dos seus contemporâneos.

Considerações finais

Compreendemos que a obra de Manoel Bomfim foi marcada por longos silêncios, intercalados por (re)visitas ou (re)descobertas, na medida em que suas interpretações e significados tanto respondem como desvelam muitos aspectos culturais, políticos, econômicos e educacionais do Brasil de seu tempo. Dos lugares que ocupou em diferentes instituições, Manoel Bomfim construiu um discurso estruturado sobre os pilares da ciência de sua época, fazendo uma leitura particular e excepcional sobre o país e o continente, sem deixar de apostar no poder da educação para a transformação e o avanço da sociedade.

Não basta ter o que dizer, nem mesmo basta o conteúdo do dito, mas certamente, Manoel Bomfim assumiu uma voz autorizada para fazer seus enunciados e marcar sua presença na História. Esquecido, apagado, subsumido, cada sentido dado a essas palavras só reforça o poder do seu dito, e sua perpetuação tem demonstrado sua vitalidade e firmeza no cenário intelectual brasileiro.

Talvez possamos recuperar aqui a noção de história de Veyne (1992), que consiste essencialmente na compreensão de que os fatos não existem isoladamente, mas, sim, como tecidos da História, de um (re) corte que o historiador tomou para si como objeto, mas cuja tessitura dada, convenientemente é feita pelo autor, que decide o que escrever, como escrever, para quem escrever, o que revelar e como revelar de cada fato. Nesse sentido, acreditamos que Manoel Bomfim tem passado ao longo desses 100 anos por vários crivos, cujas tramas enunciadoras de exaltação ou de esquecimento sempre aludem a ele como um autor peculiar, com uma discursividade própria, conforme compreende Foucault (2013).

Longos silêncios estão presentes ainda na biografia e na depuração das obras de Manoel Bomfim, da mesma forma que vários dos nossos questionamentos ao longo do texto não têm respostas, mas traduzem os anseios de entender essa personagem multifacetada e, de fato, singular no seu dito, cuja longevidade perdura e tem sido (re)apropriada por outros pesquisadores em diferentes campos do conhecimento.



Manoel Bomfim: crítica historiográfica e orientação política em *o Brasil na História*

Luiz Carlos Bento*

Manoel Bomfim historiographic criticism and political guidance in the Brazil in History

Resumo

Esse artigo busca refletir sobre a obra *o Brasil na História*, pensando os usos políticos da história denunciados por Bomfim em sua crítica a historiografia brasileira. Ao longo do texto demonstramos que em seus ensaios históricos, sobretudo em *o Brasil na História*, pensou-se um projeto de escrita da história nacional que busca colocar sob outras bases a compreensão sobre a formação nacional. Dessa forma, analisamos que seu pensamento histórico nas primeiras décadas do século XX surge como um contra discurso ao discurso histórico dominante produzido e divulgado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Neste sentido, seus textos, sobretudo, seus ensaios históricos da década de vinte dialogam criticamente com o projeto de escrita da história do Brasil produzido pelos institutos, colocando-se como uma antítese dessa cultura historiográfica.

Palavras Chaves: Cultura Histórica, crítica historiográfica, *Brasil na História*, Manoel Bomfim.

Abstract

This article reflects on the work *Brazil in History*, thinking the political uses of the story reported by Bomfim in your criticism of brazilian historiography. In the text we demonstrated that in their historic trials, especially in the *Brazil in history*, it was thought a national history writing project that seeks to put under other bases the understanding of national training. In this way, we analyze that your historical thinking in the early decades of the 20th century is a historical speech against dominant produced and disseminated by the IHGB. In this sense, his writings, especially his essays of the twenty dialogue critically with the project of writing the history of Brazil produced by institutes, placing itself as an antithesis of this historiographical culture.

Key-Words: Historical Culture, historiographical criticism, *Brazil in History*, Manoel Bomfim.

* Professor adjunto de Teoria da História, Prática de Ensino e Pesquisa em História e Historiografia Brasileira na UFMS. Coordenador do grupo de pesquisas: Teoria da História e História da Historiografia no Brasil.



Manoel Bomfim, foi um intelectual sergipano que assim como outros de seu tempo, ingressou na Faculdade de Medicina na Bahia em 1886, mas finalizou seus estudos na capital do Império, Rio de Janeiro, em 1888. Nasceu em 1868, gozou de uma oportunidade rara e acessível a poucos homens: com certa maturidade, acompanhou os principais acontecimentos sociais e políticos que marcaram o processo de transição da Monarquia à República no Brasil. Dessa forma, o projeto nacional presente em sua obra não pode ser apartado de um amplo quadro temático que se situa entre a crítica à Monarquia, às teses raciais e o desejo de reformas modernizadoras capazes de redefinir o sentido dos projetos de identidade nacional no século XIX.

Em seus ensaios históricos a história é vista como fundamental para fazer o indivíduo conhecer o mundo moral e político em que vive. Nessa perspectiva a compreensão do presente não se produz sem uma contemplação do passado, porque o mundo moral e tudo o que o condiciona, tal como instituições, ideias e sentimentos, são resultantes de fatos e condições anteriores. Diante disso, Bomfim chega a uma reflexão que o aproxima da perspectiva de Johann Gustav Droysen (1808-1884) em relação à história, pois, para ele, assim como para o teórico alemão, os acontecimentos humanos só podem ser conhecidos quando os apreciamos em seu desenvolvimento através do tempo. É a reflexão produzida historicamente sobre os desdobramentos temporais que nos faz compreender o meio social de que fazemos parte.

O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política foi finalizado em setembro de 1929, mas apenas chega às livrarias, publicado pela Francisco Alves, em fevereiro de 1931. A obra compreende um total de 559 páginas e foi estruturada com algumas características bastante similares a outras obras de Bomfim. Constituído por um prefácio nominado de *Orientação* e por duas partes compostas de seis capítulos, seguidas de um apêndice voltado para o aprofundamento da temática da história da independência, essa obra dialoga claramente com a *História da Independência*, de Varnhagen, que foi terminada em 1875, mas publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1916 em meio às comemorações do Centenário da Independência.

Bomfim tem como objetivo principal nesse ensaio produzir uma criteriosa e detalhada crítica historiográfica, visando demonstrar que, entre os males que afligiam a nação brasileira, também deveria ser inserida a forma como a história estava sendo escrita, contada e ensinada. Bomfim dará continuidade a sua reflexão desenvolvida em obras anteriores, que apresentavam a existência de duas tradições em conflito ao longo do processo histórico de formação da sociedade brasileira. Essas duas tradições em conflito representavam, na leitura histórica do sergipano, o visceral antagonismo entre os anseios e interesses do povo brasileiro e as



elites dirigentes, que, segundo Bomfim, eram os legítimos representantes de uma tradição bragantina externa e alheia ao Brasil.

Nessa obra, Bomfim se propõe analisar a história entendendo-a como um discurso que se coloca como meio para se legitimar ou deturpar tradições. A análise que ele faz sobre a maneira como se escrevia a história do Brasil, tanto entre os historiadores brasileiros quanto entre os autores europeus, objetivava denunciar os usos políticos da história. Citando Karl Kautsky (1854-1938), Bomfim (1930) demonstra que a história, como registro de uma tradição, apresenta um sentido orientador, visto que reforça um sentimento de reconhecimento em relação ao passado de um povo, que serve como meio para o reconhecimento de um patrimônio histórico comum, o qual é fundamental para o fortalecimento de uma tradição nacional.

A referida frase de Karl Kautsky citada por Bomfim, sem referências específicas em relação à obra, foi extraída do livro *Terrorismo e comunismo*: “A importância prática da história está, sobretudo, em multiplicar as forças dos que sabem utilizar as experiências do passado”. Fazer citação de autores sem referências detalhadas das obras é uma característica presente na escrita de outros textos de Bomfim, mas, no caso específico dos dois últimos livros de sua trilogia historiográfica, ela pode ser atribuída às condições penosas de saúde em que o sergipano se encontrava quando as obras foram concluídas e corrigidas, pois entre 1928 e 1931, Bomfim foi submetido a quatorze cirurgias para tratamento de um câncer que o levou a óbito em abril de 1932.

Partindo do pressuposto anteriormente descrito, o intelectual sergipano vislumbra um problema, pois, em sua perspectiva, a história do Brasil escrita até aquele momento – com exceção de alguns poucos autores que o discurso histórico oficial conseguiu encobrir¹ – não fazia jus ao papel do povo brasileiro, tanto no passado quanto no presente. A história do Brasil encontrava-se deturpada, era uma história que servia aos interesses das grandes nações capitalistas e que encobria, com um nevoeiro de aparências, o que ele entendia como sendo as legítimas tradições nacionais, garantindo dessa forma o poder de uma classe dirigente interna que, desde o período colonial, havia conseguido perpetuar sua dominação.

Para Bomfim, a história de um povo deveria ser “sincera, purificada, vivaz, exata... capaz de orientar, estimular e defender o desenvolvimento nacional de que participamos, e que se torna cada vez mais consciente

1 Segundo Bomfim, os primeiros e legítimos historiadores do Brasil foram: Frei Vicente de Salvador (1567-1636) – autor de *História da América Portuguesa*, considerada por ele como a primeira e genuína história do Brasil, mas que o grande crime cometido contra a nação brasileira pelas elites portuguesas foi mantê-la desconhecida do público nacional; e o inglês Robert Southey (1774-1845), autor de *The History of Brazil*, obra traduzida para o português e publicada em seis volumes em 1862.

nas aspirações comuns”². Nesse sentido, a história tem uma função importantíssima no desenvolvimento de um povo soberano, pois, mais que qualquer instituição concreta, ela é criadora de um mundo, onde os desejos e realizações de um povo se encontram e são dados ao reconhecimento comum pela via de construções narrativas que orientam e fortalecem os sentimentos socializadores indispensáveis para a manutenção de uma nacionalidade.

Bomfim entende a tradição como uma identidade em desenvolvimento progressivo, que representa e reflete tanto o passado quanto revela o futuro. Por isso, exige-se da história conformidade em relação à tradição que descreve, para que ela não perca a sua função orientadora e torne-se apenas um “amontoado de peripécias, enfiadas em erudição caliginosa”³, tornando-se uma sombra projetada nas demais alteridades pelos enunciadores desse discurso histórico, tanto no plano nacional como internacional.

Analisando as causas que levam à deturpação das tradições nacionais, Bomfim define a história de um povo como a expressão exagerada de suas ações. Nessa perspectiva, a expansão econômica e a prosperidade política das nações europeias levaram-nas a expandir seu poder, ampliando o sentido valorativo dos seus feitos e dando-lhes uma significação e um valor muito além da realidade. Dessa forma, a glória e o prestígio histórico dos países europeus tornaram-se uma sombra para outros povos, sobretudo, para as nações neoibéricas como o Brasil.

Em sua crítica historiográfica, Bomfim percebe o sentido etnocêntrico do ideal de história universal iluminista e contesta qualquer sentido de objetividade dessa forma de pensamento, entendido por ele apenas como um sofisma, que encobre o fato de que “a história fica a serviço de quatro ou cinco civilizações especiais, que apresentam, no momento, um maior ativo de contribuições na obra da civilização geral”⁴. Nesse sentido, a hierarquização da história universal que divide o mundo em nações grandes e pequenas em relação ao progresso humano não tem nenhum sentido objetivo do ponto de vista histórico; trata-se de uma questão de ordem econômica e política, tal como podemos notar na seguinte passagem do sergipano:

Na realidade das cousas, fora impossível achar o limite justo entre os povos grandes e os pequenos, fortes e fracos. Contudo, os mais poderosos, abusando da superioridade relativa,

2 BOMFIM, M. *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930 p. 38.

3 BOMFIM, *O Brasil na História.... op.cit.*, p. 38.

4 *Idem*, p. 40



desnaturam a situação, atribuem a si mesmo toda a força, e dividem as nações em grandes e pequenas⁵

Bomfim rejeita o objetivismo, pois, para ele, o ideal de neutralidade é inatingível, tendo em vista que o historiador, ao definir e analisar valores, não consegue escapar da sua condição humana, uma vez que pensa e produz com base na tradição à qual ele pertence. Dessa forma, pretender o objetivismo é, para Bomfim, pretender que o indivíduo saia de si mesmo, dispensando todo critério de julgamento, estando fora de qualquer horizonte de análise. Ao negar o objetivismo, o intelectual sergipano demonstrou ter consciência de que toda escrita é, antes de tudo, uma opção política, e quem escreve não o faz com neutralidade e isenção, mas de um lugar de fala que ele tem de reconhecer e explicitar.

Bomfim não entendia que a objetividade de suas afirmações fosse decorrente de uma posição de imparcialidade perante os fatos sociais; para ele, tal prerrogativa era impossível. Dessa forma, ele busca romper com o paradigma do discurso cientificista, assumindo que suas vontades e interesses pessoais eram o motor de suas análises. Pensando o saber histórico com base nessa perspectiva, ele entendia que a objetividade do cientista estaria ligada aos interesses sociais que direcionavam sua pesquisa. Nesse sentido, a identificação de tais interesses era fundamental para que fosse possível situar o pesquisador em relação a seu objeto de pesquisa e, a partir dessa identificação, tornar-se-ia possível compreendermos as verdades ditas ou omitidas.

Bomfim acreditava que toda nação tem a sua identidade definida pela tradição da qual se originou e, por isso, caberia ao historiador cultivar e defender a história nacional, entendida como um arquivo de experiências com base no qual a confiança no desenvolvimento nacional se afirma por meio da consciência legada por essa mesma tradição. Dessa forma, o passado é apropriado como fonte de orientação, subsistindo “como influxo em cada um de nós, multiplica[ndo]-se em efeitos que premem o presente em vez de retê-lo, e o conduzem tanto mais eficazmente quanto melhor compreendemos o seu lineamento e o traduzimos em orientação”⁶.

Pesquisas que se dedicaram à obra *O Brasil na história* como objeto central de suas análises, como as produzidas por Rebeca Gontijo (2001)⁷

5 *Idem*, p. 40

6 *Idem*, p. 43.

7 GONTIJO, R. *Manoel Bomfim (1868-1952) e o “Brasil na História”*. 2001. 207p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, em 2001.

e Marina Rodrigues Tonon (2014)⁸, já chamavam a atenção para o fato de que as reflexões de Bomfim sobre a história produzida no final da década de 1920 evidenciam sua forte preocupação com a escrita da história e sua consequência para a construção da identidade brasileira. Dessa forma, sua reflexão historiográfica transita entre os limites temporais de domínio de dois modelos de escrita da história comumente identificadas como *clássica* e *moderna*, igualmente presentes na historiografia do período. Esse olhar para o texto de Bomfim, como um registro histórico da tensão entre dois modelos de escrita da história, permite-nos problematizar a complexidade do processo de constituição do campo das ciências humanas no Brasil em um momento em que a busca pela construção de um discurso científico objetivo convivia diretamente com as demandas por uma atuação política e social por parte dos intelectuais que não podiam se esquivar em discutir a questão nacional.

Em suas reflexões historiográficas, Bomfim toca em questões pontuais para a escrita da história no período (objetividade/subjetividade), sem ter de se sujeitar a cumprir as regras impostas pelos lugares tradicionais de legitimação das práticas associadas à produção histórica; antes, buscava valorizar e desenvolver uma reflexão que assumisse o seu nacionalismo e que fosse capaz de dar visibilidade aqueles que ele entendia como sendo os verdadeiros protagonistas da formação nacional. Por isso, em sua perspectiva analítica, deixar para trás a quimera do objetivismo e assumir os interesses morais era fundamental para que a historiografia brasileira pudesse cumprir o seu papel como instância fundamental para constituição de uma legítima consciência histórica nacional.

Como é perceptível na reflexão anterior, o sergipano não entendia a paixão como um entrave para a verdade, muito pelo contrário; ele enxergava nela uma força propulsora da vontade que controlava e guiava os interesses. Em *O Brasil na história*, Bomfim cita Theodor Mommsen (1817-1903) para enfatizar que “não é a razão; é a paixão que faz a história, porque é a paixão que trabalha pelo futuro”⁹. Com isso, fica explicitado seu interesse em estudar as implicações positivas ou negativas para a escrita da história com base na dupla exigência de neutralidade científica e comprometimento intelectual, tendo como foco de seu estudo a produção de uma reflexão geral sobre o lugar dos interesses e das paixões no discurso científico de sua época, pois, segundo sua interpretação histórica, a busca de uma pretensa objetividade que levava à negação ou, ainda pior, à ocultação dos interesses seriam os responsáveis pela deturpação da história brasileira.

8 TONON, M. R. *Reinventando o Brasil: Manoel Bomfim e a crítica historiográfica brasileira*. 2014. 169f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Mestrado em História e Sociedade, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Assis, 2014.

9 *Idem*, p. 56.

O conhecimento do homem é visto em sua obra como um elemento fundamental para o êxito dos indivíduos e também da sociedade. Tal necessidade impeliria, segundo o intelectual sergipano, os indivíduos a buscarem na história o indicativo dos valores humanos de cada sociedade. Nesse mesmo sentido, ele chamava a atenção, porém, para o egocentrismo registrado na história, atitude que, segundo ele, faz com que cada grupo humano que tenha alcançado grande êxito econômico e político, compreenda a civilização como atributo de suas próprias ações. Bomfim, numa clara crítica à visão de história universal de Hegel, pondera que os discursos históricos, ao hierarquizar as contribuições dos indivíduos e dos grupos nacionais, encobrem ou ignoram a alteridade de outros povos. Na interpretação historiográfica do intelectual sergipano, a “deturpação se faz para proveito dos que já têm grandeza histórica, em detrimento dos menores, para maior afronta dos vencidos e dominados”¹⁰.

Ao constatar que a história é um discurso que atende aos interesses daqueles que a escrevem, Bomfim afirma que cada povo deve produzir e defender sua própria história, num esforço que seja equivalente ao do discurso histórico europeu. Citando representantes dessa historiografia, como Thomas Carlyle (1795-1881) e Karl Kaustky (1854-1938), Bomfim afirma que, no fundo, não há história verdadeira e que a falsidade da história é tão velha quanto a própria história.

No quinto tópico do primeiro capítulo de sua obra *o Brasil na história*, intitulado *Valores esquecidos para serem sonogados*, Bomfim busca demonstrar que os historiadores da França e da Inglaterra não deram o devido valor histórico para a atividade comercial das cidades italianas e hanseáticas ao longo do período do Renascimento, embora tenha sido em torno da expansão dessas atividades comerciais, a partir do contato com o mundo árabe, que se constituíra o núcleo social que impulsionou a atividade econômica das nações modernas. Bomfim conclui, assim, que a história universal nega o protagonismo histórico a seus verdadeiros atores em detrimento da tradição inglesa e francesa, que assumem o protagonismo político e econômico no presente transportando essa hegemonia anacronicamente para o passado.

Rejeitando a visão europeia da história, Bomfim se propõe a negar esse discurso visto de fora, a fim de construir uma leitura da história nacional capaz de dar visibilidade ao povo brasileiro, por meio da apresentação de seus feitos ao longo do processo de ocupação do território, argumentando que, “na verificação das falsidades e distorções históricas, adquire-se a liberdade de espírito, como é preciso, para elevar o julgamento por sobre preconceitos, e estimar das histórias contadas, o que merece estima e

apreço”¹¹. Nessa perspectiva, caberia ao historiador brasileiro, em caráter de urgência, desprezar os critérios claramente ideológicos das grandes tradições, aceitos no Brasil como critérios universais e objetivos, e afirmar o valor de sua própria tradição nacional.

Analisando o que ele intitulou de “deturpações e insuficiências da história do Brasil”¹², identificou duas influências que considera preponderante para o processo de deturpação da historiografia brasileira: a influência do positivismo comtiano, e a ação pretensamente imparcial de historiadores brasileiros, classificados como “antinacionalistas” ou simplesmente *historiadores para o trono*. Em 1905, no primeiro capítulo de *América Latina: males de origem*, ao analisar a imagem corrente na Europa em relação aos países latino-americanos, Bomfim critica diretamente a *História da civilização*, de Charles Signobos (1854-1942), que, segundo ele, apresenta tudo o que se tem a dizer sobre a história do Brasil em pouco mais de trinta linhas. Ao se referir a essa obra, Bomfim não contém sua ironia, ao apontar que, se já não bastasse a quase ausência de referências ao Brasil, em poucas linhas, era possível notar erros históricos gritantes. Vejamos o que diz, com suas próprias palavras, o sergipano a esse respeito:

Um exemplo típico é o dessas trinta e poucas linhas, que se leem na *História da civilização* de Signobos, e que representam tudo que ele julgou necessário dizer sobre o Brasil. Elas são feitas de afirmações como esta: “os paulistas formavam no século XVIII um povo independente... O Brasil tornou-se um estado independente, mas sem perturbações. O regente irmão do rei de Portugal tomou o título de imperador do Brasil em 1826”. É completo, não é?... Note-se que este Signobos é figura proeminente no ensino superior em Paris, professor entre professores, consultor universal sobre história contemporânea e civilizações modernas, distribuindo diariamente lições à direita e à esquerda¹³.

Bomfim tornou-se um crítico voraz da historiografia francesa de sua época. Em *O Brasil na história*, o autor irá ampliar e radicalizar essa crítica em torno do que ele entendia como a *deficiência de critério histórico* e a *falta de plasticidade* da historiografia francesa, considerando-a pela ausência de rigor científico, uma vez que apresentavam um reduzido critério de observação e desenvolviam, em decorrência disso, pouca noção da realidade histórica, sobretudo, em relação aos países da América Lati-

11 *Idem*, p. 50.

12 *Idem*, p. 50.

13 BOMFIM, M. *A América Latina: males de origem*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, p. 45.

na. Como salientou Rebeca Gontijo (2001), ao se posicionar criticamente em relação a um discurso oficial da história caracterizada por ficar “presa à enunciação de fatos e datas”, o que reduzia a história a uma crônica de natureza política ou militar, Manoel Bomfim irá produzir um procedimento próprio de crítica historiográfica que lhe possibilitará constituir uma tipologia para caracterizar os bons e os maus historiadores. Como demonstra a autora, “essa construção implicava em ressaltar certos aspectos do historiador-alvo, omitindo outros tantos, de modo a elaborar uma imagem suficientemente ilustrativa, ou exemplar para sua argumentação”¹⁴.

Partindo desse procedimento, ele criticou desde autores desconhecidos até nomes consagrados da historiografia francesa, buscando, com base em erros de interpretação ou equívocos pontuais de avaliação, desqualificar toda a obra para evidenciar as fragilidades de toda a matriz do pensamento histórico francês que influenciara diretamente a produção histórica brasileira. Dessa forma, seu objetivo declarado era rejeitar o modelo historiográfico predominante na historiografia oitocentista, tendo Francisco Adolfo Varnhagen como seu principal alvo.

Com base nesse viés, ele fez críticas pontuais a trabalhos de autores menos renomados, como a *L'Exotisme Americain*, de Gilbert Chinard (1881-1972), da Brown University, a *Historie de l'Expansion Coloniales des Peuples Europeans*, de C. de Lannoy e H. Van-der Linder, e também a alguns aspectos da obra *A terra e a evolução humana*, de um autor renomado e amplamente conhecido nas ciências humanas ocidentais, como Lucien Febvre (1878-1956). Conforme salientado anteriormente, o procedimento crítico de Bomfim consiste em encontrar erros, grosseiros ou pontuais, ou até mesmo critérios divergentes de interpretação e, partindo deles, fazer uma crítica generalizada a toda a obra.

Sua antipatia em relação à historiografia francesa justifica-se pela negação que ele faz do positivismo como doutrina histórica. Para Bomfim, ao contrário do que ensaja o nome, “nada menos positivo do que essa construção, onde se prende a evolução do espírito humano à celebre lei dos três estados, onde se faz da ordem condição essencial à mesma evolução”¹⁵. Segundo o autor, a noção escatológica de progresso para Comte (1798-1857) era ambígua, uma vez que o progresso deixaria de ser progresso e se tornaria estagnação, visto que não se poderia ir mais longe do que aquilo que ele definiu como estado último da humanidade, uma espécie de fim pré-concebido da história. A influência positivista é considerada por ele como conceitos exógenos que não contribuíam para a compreensão das especificidades da formação brasileiras, além de reproduzirem uma

14 GONTIJO, R. *Manoel Bomfim (1868-1932) e o “Brasil na História”*. 2001. 207p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, em 2001, p. 116.

15 BOMFIM, *O Brasil na História... op.cit.*, p. 64.

visão pessimista sobre a história do Brasil uma pseudociência que ele chamou de “sociologia para brancos”¹⁶, que nada contribuía para o entendimento dos problemas brasileiros.

Para Bomfim, a consagração historiográfica e política do positivismo comtiano consagrou uma corrente de historiadores que analisaram o passado brasileiro orientados por uma teoria cujo criador era totalmente alheio às condições de nossa formação social. Ideias incompatíveis com as especificidades da formação histórica brasileira que, segundo ele, não se adequavam aos conceitos estanques e à doutrina pré-formatada do positivismo:

O positivismo não conhecia o índio: nada sabia do quanto elle serviu para a nação que aqui se fez, e, por isso não temos consagração oficial da raça, que se parece desaparecida quasi toda, é que foi absorvida nas gentes brasileiras, que se bem caracterizam nessa caboclada persistente dos nossos campos¹⁷

50



Considerando os enunciados expostos, podemos notar que a superação da influência positivista era vista, por Bomfim, como fundamental para que os historiadores brasileiros conseguissem superar essa influência externa que, segundo ele, produzia maus resultados e distorções sobre a tradição nacional. Para o intelectual sergipano, a história consagradora de batalhas, reis e altos membros da nobreza teria sido feita desprezando aqueles que verdadeiramente teriam constituído as legítimas tradições nacionais, identificadas por ele como democráticas e republicanas.

Além dessa visão negativa em relação à influência francesa para a construção da história brasileira, Bomfim identifica causas internas da deturpação histórica, que seriam o que ele chamou de a perversão das fontes históricas – dar ênfase apenas aos elementos que atendem os interesses do pesquisador - e a produção de uma história centrada na elite, resumida a uma cronologia de fatos e nomes que reduziam a história a uma crônica de natureza política ou militar. Ao atacar os fundamentos da moderna crítica histórica, Bomfim pretendia descaracterizar a legitimidade da obra de Varnhagen, sustentada pela abundância de fontes primárias e pelo estatuto de verdade auferido pela localização e crítica de fontes originais.

Diante dessas críticas tão contundentes em relação à influência de uma matriz de pensamento francesa na historiografia brasileira, torna-se importante compreender quais ideias ele considerava viáveis para a pro-

16 *Op. Cit.* 64

17 BOMFIM, *O Brasil na História... op.cit.*, p. 64.

dução histórica no Brasil, o que poderia indicar uma possível orientação teórica que garantisse legitimidade e respaldo para sua crítica historiográfica. Embora não seja tarefa fácil localizar alguma linha de orientação teórica no pensamento de Bomfim, especificamente nessa obra voltada para uma crítica sistemática da forma como a história do Brasil vinha sendo escrita, fica evidente, desde os seus primeiros capítulos, certa relação com o pensamento historicista alemão.

Embora a definição de historicismo seja uma questão amplamente controversa e tenha fomentado inúmeros debates nas últimas décadas, trabalhamos com uma definição que entende o historicismo como um movimento filosófico de ideias derivado diretamente do iluminismo e que busca atestar o caráter eminentemente histórico da experiência humana. Dessa forma, o historicismo pode ser visto como uma tendência para interpretar a natureza, a sociedade e o homem em constante movimento, buscando identificar neles suas mutações profundas. Segundo essa perspectiva, podemos inferir que é a história que faz o homem e não o homem que faz a história, evidenciando a importância da compreensão das experiências temporais para a produção de orientação para a vida humana.

Nesse sentido, a construção de seus argumentos de crítica, tanto em relação ao modelo de história universal quanto em relação à questão da objetividade, passa por um diálogo direto e amplamente afirmativo com pensadores alemães como Friedrich Schiller (1759-1803), Wilhelm von Leibniz (1646-1716), Johan Wolfgang von Goethe (1749-1832) e Theodor Mommsen (1817-1903), considerados por ele como “legítimos criadores, na formação do espírito humano”¹⁸. Bomfim aproxima-se, assim, de um conjunto de autores que, na esteira de uma inspiração leibniziana e de ideais românticos, formaram um movimento de oposição ao racionalismo iluminista conhecido como *Sturm Und Drang* (tempestade e impulso), que deu origem ao “historicismo romântico”. Suas características mais acentuadas seriam a mescla de uma linguagem biológica com uma linguagem histórica e a valorização da vida individual vista por múltiplos aspectos, na qual se ressaltavam a dimensão natural do vigor, do impulso e dos instintos e a dimensão social caracterizada pela busca da criatividade, liberdade e historicidade.

Nossas leituras de *O Brasil na história*, assim como estudos anteriores sobre o autor, sugerem que a visão de Bomfim sobre a história contém traços do historicismo alemão que podem ser percebidos na importância dada pelo intelectual sergipano à particularidade e à singularidade da nação brasileira, bem como na busca de reconhecimento dos indivíduos em seu mundo histórico, conferindo uma importância fundamental para a tradição como força propulsora da identidade coletiva e individual.

18 BOMFIM, *O Brasil na História... op.cit.*, p. 56.

Com base nessa noção, Bomfim produz uma reflexão sobre o sentido formador da história, reivindicando para ela uma função essencial como orientadora do agir humano rumo ao progresso. Também nesta questão reside uma influência pontual da historiografia alemã sobre o pensamento de Bomfim, pois segundo Estevão de Resende Martins (2010) “a ciência da antiguidade, que foi institucionalizada nas universidades a partir da crítica das fontes e da hermenêutica de Mommsen é profundamente marcada pela crença no progresso e pelo otimismo científico”¹⁹, temas que são recorrentes no pensamento de Bomfim.

Movido por essa preocupação didática, Bomfim apresenta e justifica o ponto central de suas reflexões sobre a história, uma vez que, se cabia à história exercer uma função crucial de orientação, partindo da organização das experiências do passado e fornecendo unidade para a tradição nacional, o passado produzido pelos intelectuais que se dedicavam à escrita da história deveria corresponder diretamente aos anseios dessa tradição. Entretanto, segundo Bomfim, esse era justamente o problema, pois o passado elegido e narrado pelos historiadores que ele chamava de oficiais não correspondia ao que Bomfim entendia como sendo a verdadeira tradição brasileira.

Como intelectual preocupado em pensar a questão nacional, Bomfim apropriou-se de algumas noções do historicismo alemão, vinculando-se a uma concepção linear de história na qual a tradição e o progresso constituem-se pontos-chave. Essas noções lhe permitiram dialogar criticamente com a cultura histórica de seu tempo, fornecendo-lhe argumentos para fazer a negação sistemática de perspectivas teóricas dominantes em seu meio, tais como o positivismo e as teorias raciais preocupadas com a formulação de leis naturais. Sua rejeição das vertentes duras do cientificismo lhe permitiu desenvolver um modelo de reflexão histórica que privilegiava a interpretação hermenêutica.

Ao aplicar o seu ecletismo hermenêutico para pensar a história, sua preocupação central era tentar resgatar as “qualidades características do povo brasileiro” e dar voz a elas, as quais, segundo sua reflexão, foram sistematicamente e conscientemente esquecidas pela historiografia. A hipótese de Bomfim apresentada no terceiro capítulo de *O Brasil na história*, intitulado *Os que fizeram a história do Brasil*, é clara, direta e pontual. Para ele, os historiadores monarquistas, tendo Varnhagen como a principal referência, no intuito de defender os interesses dos colonizadores não fizeram mais do que difamar os heroísmos nacionais, soterrando, com as suas histórias nada imparciais – legitimadoras do colonialismo - o que ele entendia como sendo os acontecimentos e sujeitos que protagonizam



19 MARTINS, E. R. *História pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p.107.

as verdadeiras glórias da história do Brasil, cuja a revolução pernambucana seria a maior de todas.

Nessa perspectiva, seu texto trava uma disputa pelo passado nacional, elegendo outros temas que deveriam ser valorizados, tais como: os movimentos de ocupação e defesa do território nacional, como a insurreição pernambucana; a unidade política do Brasil constituída ainda no período colonial; a importância dos bandeirantes no processo de integração nacional; as lutas nativistas interpretadas como surtos de heroísmos dos brasileiros contra a dominação colonial; e, sobretudo, a revolução pernambucana de 1817 com todos os seus ecos subsequentes.

O foco central de sua crítica historiográfica em defesa de uma nação verdadeiramente livre é descaracterizar a relevância histórica da obra de Varnhagen, identificado por ele como *reacionário braganista, historiador de encomenda, velador de documentos, escarafunchador de arquivos, o menos humano dos homens, brasileiro de convenção*, produtor de uma *História da Independência* deturpadora da história do Brasil, uma vez que realçava como um fator positivo que esse evento tenha sido feito como uma simples transmissão de domínio do rei para o imperador, representando os Braganças como heróis nacionais e ressaltando, assim, a importância da continuidade da Monarquia e da tradição portuguesa como fatores cruciais para a manutenção da unidade e identidade brasileira.

Segundo Bomfim, Varnhagen teria sido o primeiro e o principal a “dar o Brasil à casa reinante. Teria valido como escarafunchador de arquivos... Esse mesmo valor, ele o perdeu, no apressar-se da história – para torná-la coisa sua e fazê-la nos interesses de sua fofa ambição”²⁰. Tal juízo de Bomfim em relação ao Visconde de Porto Seguro deve-se ao fato de que Bomfim atribuiu a ele a responsabilidade pela não divulgação, pelo desaparecimento e uso indevido dos originais da *História do Brasil*, de Frei Vicente de Salvador, que Varnhagen consultou em Portugal, mas cujo exemplar fora perdido, de acordo com o relato desenvolvido por Capistrano de Abreu em sua pesquisa documental como funcionário da Biblioteca Nacional, que culminou na identificação e posterior publicação da referida obra.

Para Bomfim, esses seriam fatores a se lastimar, uma vez que a vinda do aparato administrativo trazido com “os fujões de 1808”²¹, além de contribuir negativamente para os verdadeiros anseios de independência, foi responsável pela implantação de uma tradição político-administrativa que garantiu a permanência e a perpetuação no poder de uma elite identificada com as práticas do parasitismo social.

20 BOMFIM, *O Brasil na História...* op.cit., p. 125.

21 *Idem*, p. 409.

Bomfim, até pela propaganda que o IHGB vinha fazendo em torno da obra *História da Independência*, vai elegê-la como obra exemplar para rebater criticamente todas as suas teses e argumentos. Mesmo fazendo uma crítica abrangente da obra, o intelectual sergipano irá reconhecê-la como a melhor obra do Visconde de Porto Seguro, por tratar de um período relativamente pequeno e por ser bem documentada; contudo, segundo ele, a interpretação desenvolvida num tom claramente monarquista retirava da obra o seu valor histórico. Além dessa crítica, lamentou o estilo, considerado truncado, pobre e sem estética atrativa, uma característica que ele atribuiu a toda a obra de Varnhagen, tomada como um exemplo a ser negado pelos historiadores.

Para Bomfim, em *História geral do Brasil* e, posteriormente, em *História da Independência*, Varnhagen teria elaborado um modelo de pensar a história do Brasil que serviu de matriz e de inspiração para outros historiadores que ele identifica como “os sub-Varnhagen”²², “historiadores menores”, os quais engrossavam o coro dos que escreviam contra os anseios da tradição brasileira, entendida por ele como de inspiração republicana desde os primórdios de sua formação. Entre os sub-Varnhagen criticados por ele está Pereira da Silva (1817-1897), sobretudo por sua obra *História da fundação do Império do Brasil*; segundo Bomfim, a obra seguia os preceitos estabelecidos por Varnhagen e descrevia uma história repleta de “malevolências” em relação à Revolução Pernambucana de 1817, o que, na opinião do sergipano, contribuía para o fortalecimento de uma tradição antibrasileira.

De acordo com Rebeca Contijo (2001), Bomfim buscou demonstrar que, contra os desígnios da natureza americana e contra as legítimas tradições nacionais, foi construída uma história que sepultava feitos e nomes dos que realmente fizeram a história do Brasil. Dessa forma, “os historiadores teriam deturpado ou esquecido qualidades essenciais do caráter brasileiro”²³, constituindo o que, para Bomfim, seria uma “história triste”, bajuladora e antinacional, cujos principais representantes, além dos dois autores anteriormente citados, são Fernandes Pinheiro (1825-1876), Moreira de Azevedo (1832-1903), Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882), Oliveira Lima (1867-1928) e Euclides da Cunha (1866-1909).

O seu olhar crítico em relação à historiografia brasileira, em busca de autores que representassem fatos, feitos, nomes e experiências que dessem visibilidade a aspectos da vida cotidiana do povo brasileiro, superando uma história feita de cima para baixo, privilegiando os grandes nomes “portugueses” em sua maioria, levou Bomfim a produzir uma críti-

22 *Idem*, p. 128.

23 GONTIJO, R. *Manoel Bomfim (1868-1932) e o “Brasil na História”*. 2001. 207p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, em 2001, p. 123.

ca direcionada ao modelo dominante da historiografia do século XIX, bem como das primeiras décadas do século XX. A exceção foi feita apenas a seus contemporâneos Capistrano de Abreu e João Ribeiro, identificados como modelos de bons historiadores e legítimos representantes das tradições nacionais, embora, segundo ele, não tivessem conseguido o reconhecimento necessário e tampouco impor suas perspectivas históricas de forma a suplantarem a matriz-Varnhagen da historiografia.

Considerações finais.

Com base no anteriormente exposto entendemos que Bomfim, ao tomar como missão a tarefa de repensar a história nacional, refletindo sobre o conhecimento histórico do passado como um saber fundamental para a constituição da personalidade humana contribuiu diretamente para o processo de ampliação dos objetivos e das práticas que permeavam a escrita da história do Brasil nas primeiras décadas do século XX. Ainda que não a tenha tomado como ofício, nem assumido a integralidade das práticas e procedimentos de erudição, crítica documental e imparcialidade que afeiriam legitimidade para o saber histórico em seu tempo, seu esforço de elaboração de uma crítica historiográfica, seguida pela proposição de uma nova síntese histórica da história do Brasil em oposição ao modelo fornecido pela historiografia oitocentista, permitem-nos identificá-lo como um dos singulares seguidores de *Clio*.

Dessa forma, entendemos que a produção ensaística de Bomfim buscou responder a uma demanda social de produzir uma história do Brasil que fosse capaz de dar visibilidade a um novo projeto de identidade nacional; isso porque os modelos de orientação legados pela tradição imperial não atendiam mais às demandas por representação histórica daquele presente, visto que o paradigma fornecido pelo IHGB não era suficiente para incorporar as demandas dos novos sujeitos históricos que emergiam da crise do sistema escravista e do regime monárquico.

Nesse contexto, em que o sentido fornecido pela história do Brasil produzida pela tradição imperial passava a ser questionado, surgiram dois movimentos distintos de resposta a essa crise de sentido histórico que passavam por sua afirmação ou negação: havia aqueles que postergavam a escrita de uma nova síntese histórica da história do Brasil ao futuro, e os ensaístas, que acreditavam que o momento de recontá-la era o presente. Diante dessas circunstâncias, historiadores como Capistrano de Abreu, preocupados com as exigências da erudição histórica – que exigia uma preocupação norteadora com o método e com os exercícios de levantamento, seleção e crítica documental, o que levava para o detalhe, para a minúcia monográfica e para a empiria, inviabilizando a elaboração de uma



síntese histórica – delegavam essa tarefa para os historiadores do futuro, pois, acreditavam que ainda não era possível a elaboração dessa síntese interpretativa da história nacional.

Já os autores ensaístas, dos quais Bomfim é o que nos interessa diretamente, acreditavam que o momento era aquele e, por isso, transgrediam práticas e procedimentos que eram definidores da escrita da história no período no intuito de elaborar novas matrizes de interpretação da história nacional. Estas eram fundadas em outras preocupações e davam vozes a outros sujeitos que não eram ouvidos pela historiografia produzida sob a influência da tradição imperial; nesse movimento de ampliação de horizontes para a escrita da história sinalizado pelos autores ensaístas, os próprios pressupostos definidores do saber histórico passaram por um processo de atualização.

As exigências de produção de uma nova síntese do passado nacional que tencionava a cultura histórica brasileira desde o século XIX culminou nas primeiras décadas do século XX numa ampliação das preocupações com a escrita da história que, gradativamente, foi produzindo uma reaproximação conciliadora com um modelo de representação histórica que, tal como demonstrou Francisco Gouvea de Sousa (2012), não dialogava com o mundo da rua, das pessoas comuns, mas instituiu molduras conceituais que condicionavam o entendimento dos anseios populares como ruídos, cerceando a possibilidade de fala daqueles que estavam excluídos dos círculos íntimos do poder, reforçando o personalismo como uma marca quase que indelével da sociedade brasileira.

Dessa forma, entendemos que Bomfim irá sinalizar para a importância da compreensão da tradição histórica nacional como elemento fundamental à consolidação da identidade de uma nação livre, reflexão que irá direcioná-lo para a busca do entendimento do tipo de representação do passado que seria importante para tornar os brasileiros identificados com a história nacional. Nesse ponto, Bomfim desenvolverá a sua tese de que a história ensinada aos brasileiros ajudando a formar uma consciência histórica nacional encontrava-se deturpada. Quando olhamos para sua obra nessa perspectiva genealógica mais ampla, percebemos que ela ecoa projetos de elaboração de um novo sentido histórico que estava presente na cultura histórica do período, mas que a cultura historiográfica edificada sob a tradição imperial não permitia emergir, visto que essa forma de atribuir sentido ao passado colocava em risco o *status* das elites conquistado no processo de constituição do Estado Imperial.

Dessa forma, entendemos que as reflexões sobre a história elaborada por Bomfim nas primeiras décadas do século XX são fundamentais para compreendermos a diversidade das formas de pensamento que estavam em curso no Brasil nesse período. O pensamento histórico de Bomfim é eclético e dinâmico, comportando múltiplas influências retiradas de diver-



nos campos do saber de sua época. Muito embora pelo ecletismo de suas ideias possa parecer difícil situá-lo como um historiador, seu esforço em pensar a história não pode ser negligenciado como simples devaneio de um intelectual apaixonado pelo Brasil e pelo seu povo, conforme sugerem alguns intérpretes de sua obra. Seu pensamento histórico reflete questões que são fundamentais para a história da historiografia, visto que apresenta teses e perspectivas analíticas singulares incorporadas pela geração subsequente, o que, em nosso entendimento, ajuda a demarcar um lugar para Manoel Bomfim na história da historiografia brasileira.



Manoel Bomfim e os Livros Escolares: Um Projeto de Nação *Através do Brasil*

Claudefranklin Monteiro Santos*

Manoel Bomfim And School Books: A Nation Project Through Brazil

Resumo

Autor de vários livros, entre eles *América Latina, Males de Origem* (1905), Manoel Bomfim se notabilizou pela defesa da instrução pública como o aporte necessário para tirar o Brasil das primeiras décadas do século XX do atraso e resolver as disparidades sociais de toda ordem. O presente artigo procurou perscrutar o pensamento bomfiniano, por meio de uma análise discursiva, mas também histórica e cultural do livro *Através do Brasil* (1910), escrito a quatro mãos com o poeta carioca Olavo Bilac. Sucesso editorial, da referida obra pudemos depreender um dos motes centrais dos autores, notadamente de Bomfim: a convicção científica de que o problema do país não era de raça, mas de falta de instrução. Esta constatação os levou adiante num projeto de nação a partir da produção e publicação de livros escolares, que continham as linhas mestras para formar crianças, se valendo de elementos como civismo, patriotismo e da importância dada à necessidade de aprender de forma criativa e lúdica.

Palavras-chave: Manoel Bomfim. Livros Escolares. *Através do Brasil*.

Abstract

Author of several books, among them *América Latina, Males de Origem* (1905), Manoel Bomfim was noted for the defense of public education as the necessary contribution to take Brazil from the first decades of the twentieth century of the backwardness and to solve the social disparities of all order. The present article sought to examine Bomfinian thought through a discursive but also historical and cultural analysis of the book *Across Brazil* (1910), written in four hands with the Carioca poet Olavo Bilac. Editorial success, of the mentioned work, we can deduce one of the central motto of the authors, especially of Bomfim: the scientific conviction that the problem of the country was not of race, but of lack of education. This realization brought them forward in a project of nation from the production and publication of school books, which contained the guidelines to train children, using elements such as civism, patriotism and the importance given to the need to learn in a creative and playful way.

Keywords: Manoel Bomfim - School Books - *Through Brazil*

* Professor da Universidade Federal de Sergipe. Licenciado em História e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Pós-doutor em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia



Manoel Bomfim, médico sergipano, naturalizado carioca, deixou um legado para além de seu tempo. Antes de ser um lugar comum, esta assertiva se traduz nas inúmeras investidas do tempo presente feitas a sua obra, sobretudo, no campo educacional. Passados cem anos de seu nascimento, em Aracaju, no dia 08 de agosto de 1868, o Brasil segue correndo atrás de soluções para seus principais problemas, entre eles, a falta de instrução qualificada e justa, que atenda não somente os mais necessitados, mas também todo o conjunto da sociedade brasileira.

No Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX, ele teve a oportunidade de ocupar cargos importantes da instrução pública, a exemplo da Diretoria Geral da Instrução Pública do Distrito Federal. De médico de formação à educador e estudioso da vida social do país, Manoel Bomfim atuou de forma pontual no cenário das discussões sobre eugenia e nação, contrariando seus principais defensores, como o conterrâneo de Sergipe, o lagartense Sílvio Romero.

Avesso às críticas, Bomfim se concentrou na produção e publicação de vários livros, cobrindo basicamente três áreas: história, educação e sociedade. Porém, foi na instrução pública que ele mais se notabilizou, embora já tivesse sido notável com o livro *América Latina, Males de Origens* (1905)¹. No que se refere ao mercado editorial voltado para os livros escolares, ele tornou-se um *best-seller*. No conjunto dessa seara criativa, destaque para o livro *Através de o Brasil* (1910)², em parceria com poeta carioca Olavo Bilac.

A instauração da República no Brasil, em 1889, trouxe à tona o debate sobre a construção da nação brasileira, com mais intensidade e necessidade. Novo regime, novas necessidades de afirmação. Naquele contexto, nada mais eficiente, ideologicamente falando, do que mexer com a identidade, a identidade nacional. No interior desse projeto, a população, pensada a partir da sua negação seria o alvo dos discursos e das ações dos intelectuais para quem a massa inculta, indiferente, constituir-se-ia num sério empecilho ao ingresso do país na modernidade capitalista.

Para Carvalho³: “Substituir um governo e construir uma nação, esta era a tarefa que os republicanos tinham de enfrentar. Eles enfrentavam de maneira diversificada, de acordo com a visão que cada grupo republicano tinha da solução desejada”.

A montagem da nova ordem exigia o estabelecimento de um controle social competente e eficiente, a ser apropriadamente realizado pela educação. Educar para dominar. Nesse esforço, os cuidados com a infância

1 BOMFIM, Manoel. *América Latina, Males de Origem*. Rio de Janeiro: Garnier, 1905.

2 BILAC, Olavo, BOMFIM, Manoel. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1910.

3 CARVALHO, José Murilo de. Entre a Liberdade dos Antigos e a dos Modernos: a República no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 32, nº 3, p. 271, 1989.



foram destacados como componente do ideal de civilização, ao mesmo tempo em que, a partir de diferentes campos científicos, buscou-se constituir também uma identidade para a criança brasileira.

Dizia Manoel Bomfim, em 1915:

[...] a educação, ao mesmo tempo em que modifica e corrige, estimula e desenvolve. Por isso, mais convém fundir as duas ideias, e considerar a educação como uma obra de apuro, que é ao mesmo tempo correção e desenvolvimento, porque, de facto, o que se procura obter da obra educativa é o apuro do indivíduo⁴.

Um panorama do início do século XX no Brasil revela um grande interesse pela atividade de impressão ou nos demais ramos de transmissão da cultura letrada. Por esse motivo, a imprensa se transformou em campo de disputas de ideias e de interesses de toda a ordem, inclusive dos interesses educacionais. Mas aqui, interessa o mercado editorial voltado para as escolas.

O livro *Através do Brasil*, uma das primeiras obras didáticas da escola republicana brasileira, conheceu dezenas de edições e atravessou a metade do século XX como livro de leitura adotado em escolas de vários lugares do país. Como já disse, é de autoria do poeta carioca Olavo Bilac (1865-1918) e do médico sergipano Manoel Bomfim (1868-1932). Juntos, eles também dividiram a autoria de dois outros livros do gênero: *Livro de Composição* (1899)⁵ e *Livro de Leitura* (1901)⁶. *Através do Brasil*, nesse conjunto, é uma obra que se destaca pelo estilo narrativo, pelas representações do país e de sua gente de que é portador, assim como pelos aspectos materiais, tais como: ilustrações, número de edições, editores, longevidade.

Uma análise efetiva de qualquer impresso, sobretudo os voltados para o âmbito escolar, requer uma compreensão de sua materialidade, vendo-o como objeto cultural, fruto de ações editoriais e político-educacionais, passando por seus aspectos iconográficos e tipográficos, até a reflexão em torno de seu conteúdo ideológico e didático-pedagógico. Essa dupla visão abarca a relação da obra com as lutas inscritas no contexto de origem do livro *Através do Brasil* e considera a sua especificidade, a qual lhe teria garantido a adoção, em diversas escolas, por mais de cinco décadas.

4 BOMFIM, Manoel. *Lições de Pedagogia: teoria e prática da educação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1926. p. 21.

5 BILAC, Olavo, BOMFIM, Manoel. *Livro de composição para o curso complementar das escolas primárias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1899.

6 Idem. *Livro de leitura: para o curso complementar das escolas primárias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1901.



Ver a obra em suas múltiplas faces é um desafio para qualquer pesquisador, mais ainda para um historiador. Dos seus aspectos externos aos internos, centrando o estudo, por exemplo, na discussão levantada, mas não aprofundada, de que Manoel Bomfim teria temperado o nacionalismo ufanista de Olavo Bilac e isso teria dado à obra uma excelência e uma particularidade que a distinguiu de suas contemporâneas.

Um aspecto chama a atenção e vai ao encontro do tipo de livro escolar que o governo queria que circulasse, a exemplo do *Através do Brasil*: organização do sistema educacional como possibilidade de garantir um padrão de cultura nacional. A importância da escola estava relacionada ao projeto de consolidação do Estado.

O padrão da cultura nacional implicava na ideia de regeneração da sociedade e atenção aos infantes, sobre os quais não havia ainda, via de regra, os vícios advindos da ausência de hábitos civilizados.

A necessidade das luzes era o argumento usado para dar forma ao cidadão, regenerar a sociedade doente, improdutiva, indolente e reduzida à miséria. Ao produzir uma certa imagem ideal da Nação e do povo – saudável, disciplinado, patriota, produtivo – o discurso pedagógico enfatiza o papel da Escola como meio adequado à integração das “classes inferiores” no seu projeto.⁷

No que se refere à infância, afora o ideal de civilização, a necessidade de se criar uma identidade para a criança brasileira. E isso passava, também, pelo combate à vadiagem. O governo encarava essa realidade como um ameaça à ordem pública. A propalada regeneração da sociedade passava pela assistência ao infante, com a criação de instituições de ensino, tais como creches e jardins de infância, assumindo um papel importante na difusão dos hábitos de higiene ou da nova sociabilidade para a vida pública.

[...] A ênfase no combate à criminalidade e à “vadiagem” das crianças e jovens nas cidades, integrando um projeto mais amplo de controle social das relações de trabalho, despertou a atenção de juristas e profissionais relacionados à prevenção e repressão dos “males sociais”⁸.

7 SILVA, José Maria de O. *Da Educação à revolução: Radicalismo em Manoel Bomfim*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. p. 21.

8 Schueler, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 19, nº 37, p. 24, set. 1999.



A preocupação com escolarização e com a organização do espaço da vida privada no Brasil são questões tardias, dado que só entram na agenda do governo apenas a partir do século XIX. Com a República, retirar a criança na rua e por numa escola tornou-se política pública e iria ao encontro do ideal de família burguesa da nova ordem social, presente no ideal de infância também: formação de seres moralizados, erradicação de hábitos nocivos à cultura letrada e civilizada, valorização dos laços afetivos e das virtudes patrióticas, a ideia de bem-estar social e prosperidade, ênfase na higienização de corpos e mentes, tornando a criança uma réplica em miniatura do adulto, castrando-lhe a liberdade e ir e vir e de brincar.

Em meio a tantas demandas do novo governo republicano, a ausência de justiça social, comida na mesa, integração do negro liberto e oportunidades de emprego, renda e escola.

Nesse ambiente de necessidades do novo governo republicano, a utilidade prática dos livros escolares, exímios portadores de valores, difusor do tão desejado projeto de nação. À guisa das assertivas de Roger Chartier, eles podem ser um poderoso instrumento para intervir e ajudar a conformar determinado modo de sociabilidade nos alunos, em convergência com outras estratégias culturais⁹.

A transmissão da cultura letrada, eis aí o moto da questão que passava pela instrução pública, por sua reorganização e pelo estabelecimento de metas civilizadoras para a sociedade, notadamente para a criança. A popularização e o acesso aos impressos tornaram-se um imperativo e o mercado editorial brasileiro, até então acanhado e a mercê da influência europeia (Laemmert e Garnier¹⁰), conheceu um boom produtivo, particularmente no campo da instrução pública.

Nesse contexto, destaque para editora brasileira *Francisco Alves*, responsável direta pela produção e circulação dos primeiros manuais escritos por professores brasileiros. Para José Brito Brocca, um notável negociante, às voltas com afagos aos autores que acorriam a sua empresa, apostando neles, literalmente, aguardando o impacto de seus trabalhos no chamado juízo do público (leitores), exercendo um tipo diferenciado de mecenato das letras, incomum para época¹¹, mas em sua maioria, bem sucedido, a exemplo do que fora o *Através do Brasil*, de Bilac e Bomfim.

9 Cf. CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

10 Duas casas editoras que importavam livros franceses para uma elite rica e culta. A Livraria Garnier dividia com a Laemmert (Universal) o mercado de livros, concentrando-se na publicação de literatura.

11 BROCCA, José Brito. *A Vida Literária no Brasil – 1900*. 3 ed, Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 148.



A editora *Francisco Alves* foi apenas uma representação do que havia se tornado o mercado editorial brasileiro, que conheceu crescimento com o desenvolvimento técnico e, conseqüentemente, com a profissionalização, o barateamento da produção de livros, que, por sua vez, fomentou a necessidade de expandir (leia-se comercializar) seu produto que deveria encontrar um tipo de receptor pronto para o consumo: civilizado, educado, ordeiro e próspero. Asas à leitura e ao lucro econômico e social que poderia se auferir deles.

O contexto de produção e circulação da primeira edição do *Através do Brasil* foi marcado exatamente por isso. Maria Rita de Almeida Toledo¹² aponta o ano de 1910 como sendo o momento de grande crescimento da indústria do livro no Brasil, em detrimento de outros impressos, dada, sobretudo, à necessidade de reorganizar a dinâmica da conquista e da disputa por leitores, procurando ter uma ideia do perfil do leitor daquela época. Nesse sentido, as mulheres e as crianças.

Sobre aquela chamada literatura infantil, cujo cerne e alvo eram a criança na escola, vale salientar alguns aspectos importantes para a análise do sucesso editorial e pedagógico no que se tornou o *Através do Brasil*, para além, inclusive de sua primeira edição, em 1910.

À propósito, merece destaque a afirmação de Regina Zilberma, que além de lúcida, é precisa e cirúrgica para compreender o nosso objeto de investigação: “[...] a literatura infantil transformou-se num instrumento que, aliado à pedagogia nascente, procurou converter cada menino no ente modelar e útil ao funcionamento da engrenagem social”¹³.

Destinados especificamente às séries iniciais da escolarização, os chamados “livros de leitura” e seus autores alcançaram guarida no mercado editorial a partir da segunda metade do século XIX. Vejamos a seguir algumas das primeiras investidas numa seara criativa da qual o *Através do Brasil* é parte integrante e definitivamente marcante e referencial.

Em 1868, destaque para Abílio César Borges (1824-1891), que se destacou pela inovação no campo editorial, e por apresentar um teor mais informativo do que moral, o que representou um importante salto na pedagogia brasileira, antes circunscrita à aprendizagem de leitura iniciada com abecedários manuscritos, papéis de cartório e toscas cartilhas.

Antes da parceria com Manoel Bomfim, Olavo Bilac lançou em 1909, com Coelho Neto o livro *Pátria Brasileira*¹⁴, com ênfase no aspecto nar-

12 TOLEDO, Maria Rita de Almeida. Os livros de educação e o mercado editorial dos anos 20 e 30. In: *Revista do Mestrado em Educação*. Aracaju, UFS, v. 4, p. 7-24, jan-jun, 2002. p. 09.

13 ZILBERMAN, Regina. O lugar do leitor na produção e recepção da literatura infantil. In: KHÉDE, Sônia Salomão (Org.). *Literatura infanto-juvenil: um gênero polêmico*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, p. 18.

14 BILAC, Olavo; COELHO NETO, Henrique, Maximiliano. *Pátria Brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1909.



rativo e na história do Brasil, romanceada de forma esmerada, com forte teor ufanista.

No ano seguinte, foi a vez do *Através do Brasil*. Mantendo o aspecto narrativo e romanceado de *Pátria Brasileira*, conta a história de três meninos em viagem pelo Brasil. Preliminarmente, pode-se dizer que foi promissor na capacidade de desenvolver assuntos diversos, muitos deles necessários à instrução da criança, despertando nela lições de moral e de civismo. Sua narrativa instigante e atraente, alcançou além dos propósitos que vimos discutindo até então, coerentes com as políticas públicas da república brasileira, o gosto pela leitura no infante.

Todos eles apresentavam características comuns em sua concepção, tais como: nacionalismo, ufanismo caracterizado pela exuberância da flora e da composição geográfica do país, valorização do passado histórico heroicizado, culto ao idioma, valores morais, notadamente, cristãos e cívicos. Afora a ênfase no ensino e na aprendizagem.

A dupla Bilac e Bomfim já havia trabalho em outro projeto na seara dos livros escolares antes mesmo do *Através do Brasil*. Trata-se do *Livro de Composição* (1899)¹⁵ que além de aprovado pelos órgãos governamentais, a exemplo do Conselho Superior de Instrução, foi custeado e adotado pelo poder público em diversas escolas do Brasil. Para seu parecerista, José Rodrigues de Azevedo Pinheiro, uma obra satisfatória à necessidade urgente de literatura escolar. Com mais de duzentos e quarenta páginas, era composto por diversos textos e orientações referentes à sala de aula e o corpo humano, por exemplo. No nosso tempo, fatalmente, seria classificado como um livro multidisciplinar e porque não dizer interdisciplinar. A propósito, também o *Através do Brasil*¹⁶. Em 1901, eles voltaram a formar a parceria em mais um livro escolar: *Livro de Leitura*, que segue na mesma toada.

Antes de prosseguir na análise do *Através do Brasil*, é importante tecer algumas considerações sobre aquelas parcerias editoriais, de modo particular a de Bilac e Bomfim. Certamente, não se encontraram por acaso, mas por afinidades ideológicas, por frequentarem os mesmos ambientes, nutrirem uma certa amizade um pelo outro e cultivarem se não os mesmos sonhos, ao menos desejarem dias melhores para aquele momento da história do Brasil.

Em 1886, as irmãs Adelina Lopes Vieira e Julia Lopes de Almeida formaram uma das primeiras parcerias editoriais de que se tem notícia. Naquele ano, publicaram *Contos Infantis*, composto por 58 contos em

15 BILAC, Olavo, BOMFIM, Manoel. *Livro de composição para o curso complementar das escolas primárias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1899.

16 Cf. Cockell, Marcela. Um Estudo de *Através do Brasil*: Prática da Língua portuguesa de Olavo Bilac e Manoel Bomfim. In: Anais do XIV CNLF (Congresso Nacional de Linguística e Filologia). Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro 23 a 27 de agosto de 2010. Disponível em http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/. Acesso em: 03 jan. 2019.

versos. Adelina Lopes *de* Almeida escreveu uma obra que é considerada a pioneira da poesia infantil brasileira; junto a outros intelectuais, como Francisca Júlia e Olavo Bilac, ajudou a criar um tipo de literatura brasileira para crianças.

Outra parceria que merece destaque foi a dos professores de português do Colégio Pedro II, Fausto Barreto e Carlos de Laet, autores do livro *A Antologia Nacional*¹⁷. Sua primeira edição foi de 1895. Assim com o *Através do Brasil*¹⁸, foi uma obra bastante popular e marcada pela longevidade editorial, com quarenta e três edições, até 1969. Para além de ser um manual de história literária, adverte Márcia Razzini, foi “[...] ponto de partida para as atividades das aulas de Português: leitura, recitação, estudo do vocabulário, da gramática normativa...”¹⁹, entre outros.

Ainda que a refrega intelectual fosse grande e notória naquela época, como a que tiveram os contemporâneos Sílvio Romero e Manoel Bomfim, em sua grande maioria compartilhavam as mesmas opções teóricas, pois refletiam sobre a formação da identidade nacional. O mote discursivo, inclusive de suas contradições, era a nação. Ela tornou-se uma de palavra de ordem e perpassava por todos os matizes intelectuais e ideológicos.

Manoel Bomfim chegou ao Rio de Janeiro em 1888, a fim de concluir o curso de medicina. Não tardou para inserir-se na vida social, pública e intelectual com protagonismo inquietante. Passou uma temporada em Paris no início do século XX e nos brindou em 1905 com o livro *América Latina, Males de Origem*. Em seguida, ocupou os principais cargos da seara da instrução pública, angariando inimigos, como Sílvio Romero, mas muito capital simbólico, não somente entre os pares, mas, sobretudo no campo editorial voltado para a produção de livros escolares.

Manoel Bomfim tornou-se, ao longo de sua carreira, um dos médicos mais significativos no campo educacional brasileiro, colecionando para além de obras escolares, também pedagógicas e de psicologia da educação. Afora o seu legado histórico-social.

Seu principal biógrafo, muito apropriadamente, assim se expressa a seu respeito:

(...) Manoel Bomfim dedicou a sua vida à educação, como professor, pedagogo, político e escritor. O projeto educacio-

17 BARRETO, Fausto e LAET, Carlos de. *A Antologia Nacional*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1895.

18 Entre 1910 e 1965, o livro *Através do Brasil* teve sessenta e seis edições.

19 RAZZINI, M. de P. G. *A Antologia Nacional e a ascensão do português no currículo da escola secundária brasileira*. In Anais da 26ª Reunião da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação. Disponível em www.anped.org.br/reunioes/26/.../marciadepaula-gregoriorazzini.rtf. Acessado em 03 de fevereiro de 2019.

nal de Manoel Bomfim era, sobretudo, um projeto de futuro para o Brasil. Nenhum país conquistou o “progresso”, como dizia na sua época, sem antes, ou pelo menos simultaneamente, ter conquistado a educação e o saber²⁰.

Sobre Manoel Bomfim, André Botelho dedica algumas páginas para destacar a sua dedicação ao gênero narrativo atribuindo isto às suas experiências no campo da instrução pública, no então Distrito Federal do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro. Para Botelho, Bomfim conferiu à educação um papel social, ele foi um defensor da educação brasileira²¹.

Olavo Bilac, à época da chegada de Bomfim ao Rio, já apontava com um promissor valoroso poeta ufanista e patriótico. Em 1907 foi eleito *Príncipe dos Poetas do Brasil*, pela revista *Fon-fon*. Tornou-se um entusiasta da língua português e do serviço militar obrigatório, envolvendo em campanhas pela erradicação do analfabetismo e de estímulo à prática do escotismo pelas crianças.

Embora se saiba que o primeiro contato entre ambos vinha de longa data, 1888, Ronaldo Conde Aguiar²² atribui a um episódio que envolveu a composição do hino dedicado à Bandeira Nacional, com letra de Olavo Bilac, sugerida ao prefeito Pereira Passos em 1906. De tal sorte que os que o aproximou de fato teria sido a ideia de patriotismo que ambos nutriam na vida e em seus escritos.

E certamente este viés esteve presente em *Através do Brasil*. Bomfim, à guisa de um nacionalismo mais pé no chão, como se diria hoje. E Bilac, seguindo a pegada que o notabilizou: ufanista e cívica. O certo é que na obra, ambos se encontram para destacar as qualidades e grandezas do país, valendo-se, como já se afirmou, da narrativa lúdica e criativa, envolvendo o universo infantil.

Sobre a preocupação com a instrução do infante e a presença de crianças na obra, o trecho de um discurso de Manoel Bomfim, a seguir, colabore para a sua compreensão:

Evocai os quadros da vida infantil e reconheceréis que persiste, com a tenacidade do mal, esse espírito autoritário e dogmático, que inspirava a educação nos regimes de submissão. É contra essa resistência do passado, deformando o pre-

20 AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde Esquecido*. Tempo, Vida e Obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.p. 502.

21 Botelho, André. Manoel Bomfim: um Percurso da Cidadania no Brasil. In: Schwarcz, Lilia Moritz, Botelho, André (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 118-131.

22 AGUIAR, Ronaldo Conde. *Op. cit.*.p. 387.



sente e comprometendo o futuro, que eu concito todo o vosso bem-querer, todo o vosso esforço. Tirânicas, dogmáticas, essas práticas educativas eram lógicas – e de um certo modo necessárias, nas épocas de tirania e de dogmatismo. Hoje são dissolventes, ilógicas, criminosas. Pensai que vivemos numa democracia, aspirando realizar um regime de liberdade e justiça. Ora, bem sabeis que o resultado último de uma tal educação é inutilizar definitivamente os homens para o exercício da liberdade, tornar impossíveis as iniciativas e dissolver as individualidades. Qual a sua essência? Considerar a criança um ser sem vontade e substituir o seu querer, o seu julgamento e a sua consciência pela vontade, discernimento e consciência do educador. A criança é um cego: menos que um cego – um autômato. [...] Fôra mesmo impropriedade chamá-los educandos. São adestrados..²³.

68



Em linhas gerais, se levarmos em conta a narrativa, o enredo se desvela em torno de uma jornada, que atravessa parte considerável do Brasil, numa empreitada épica envolvendo dois meninos típicos da zona urbana, Carlos (quinze anos) e Alfredo (dez anos). A história ficcional tem início no Estado de Pernambuco e seu mote será notícia de que os pais dos meninos adoecem o engenheiro Meneses, obrigando-os a irem ao seu encontro. Entretanto, os desencontros de informações fizeram com eles fossem ao Rio Grande do Sul.

Entre um extremo e outro do país, Carlos e Alfredo percorreram lugares como Recife, Palmares, Garanhuns, Piranhas, Paulo Afonso, Jatobá, Boa Vista, Juazeiro e Petrolina. Afora as cidades de Vila Nova, Serrinha, Alagoinhas, Salvador, Aracaju, Maceió, Fortaleza, São Luiz, Belém, Vitória, Rio de Janeiro, Queluz, Lavrinhas, Cruzeiro, Cachoeira, Taubaté, São Paulo, Santos, Paranaguá, Rio Grande e Pelotas. E por todos esses lugares, a narrativa seguiu rica em descrições de toda ordem, destacando aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais do Brasil.

Como toda boa história, destaque para um coadjuvante em especial. Trata-se do jovem Juvêncio, segundo Bilac e Bofim, um mulato da zona rural, típico mestiço, que tinha entre dezesseis e dezessete anos, órfão de pai e mãe. Juvêncio é a representação de um menino-adulto, marcado por dramas familiares e que teria amadurecido com a vida, com as labutas do seu tempo e as dificuldades de seu habitat.

Sem receio de praticar um *spoiler* e chatear o leitor, adiantamos aos que ainda não conhecem a obra, que ela tem, enfim, um final feliz, com o

23 BOMFIM, Manoel. O respeito à criança. Discurso pelo Dr. M. Bomfim, Diretor Geral da Instrução Pública e Professor da Escola Normal, proferido em 27 de setembro de 1906, na solenidade da entrega de diplomas às normalistas da turma de 1905. Rio de Janeiro, mimeo, p. 14-16

reencontro do engenheiro Meneses (dado como doente e até morto), com seus filhos Carlos e Alfredo, no Estado do Rio Grande do Sul.

Como se vê, *Através do Brasil* seria para o nosso tempo mais um paradidático do que um livro didático. Compreendo aquele momento da história da educação brasileira, pode-se dizer que foi muito mais. Pois, além de cair no gosto de seus leitores por excelência, atendeu às necessidades de aprendizagem da época, para além dos normativos da língua portuguesa, por exemplo. Sem falar na sua especificidade enquanto produto cultural.

Chama a atenção a preocupação dos autores em, na escrita do livro, alcançar seus leitores, dotado de uma linguagem acessível, mas sem descuidar-se da expressão linguística, conforme salienta Antônio Dimas na seguinte passagem: “A diversidade lingüística, a sintaxe e a prosódia dialetal não têm lugar nesse livro de leitura...²⁴”. Ou ainda, nas palavras dos próprios autores: “[...] procurámos dar a estas paginas o tom singelo e a linguagem natural que mais convêm á inteligência infantil...²⁵”.

Há outros elementos no livro que também merecem um destaque, tais como a riqueza iconográfica e a nesse sentido a ideia da alfabetização pelos olhos. Sem entrar no mérito analítico de seu conteúdo ideológico, já decantando em alguns trabalhos sobre a obra, importa seu fim pedagógico para a compreensão do ideário de instrução pública que se queria transmitir a partir dela.

A discussão em torno do projeto de nação não se encerra no nacionalismo ou no patriotismo. Pelos menos é o que se pode depreender de uma leitura e análise mais acurada do livro de Bilac e Bomfim, *Através do Brasil*. Outros aspectos da obra se sobressaem e vão convergir naquele projeto, tais como: sua fórmula pedagógica, a necessidade de ensinar à criança noções gerais do conhecimento humano, o respeito à individualidade da criança, a ênfase na figura do professor, a real finalidade do uso do livro de leitura, a instrução moral, a importância da família, a valorização da sabedoria e da esperteza, a importância da amizade.

Entretanto, a ideia de nação também ganha contornos muito parecidos com outras obras do âmbito da instrução pública via livros escolares, tais como *Porque me ufano do Meu País*, de autoria de Afonso Celso (1901)²⁶, e *Contos Pátrios* (1904)²⁷, da dupla Olavo Bilac e Coelho Neto. Nesse sentido, não é incorreto dizer que o *Através do Brasil* também esteve marcado por um forte sentimento nacionalista, com algumas ressalvas que a tornou singular no quadro geral de todas elas.

24 DIMAS, Antônio. A Encruzilhada do Fim do Século. In: PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina – Palavra, Literatura e Cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994. p. 705. v. 2.

25 BILAC, Olavo e BOMFIM, Manoel. *Através do Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1910. p. XII.

26 CELSO, Afonso. *Porque me ufano do Meu País*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1901.

27 BILAC, Olavo e NETTO, Coelho. *Contos Pátrios*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1904.



Anamaria Bueno e Regina Maria Monteiro, por exemplo, afirmam em relação ao *Através do Brasil*, que seus “[...] autores congregam todos os indivíduos sob o manto das cores nacionais. Já não são mais negros, brancos ou índios, mas um indivíduo único que funde na mãe pátria”²⁸. Como pano de fundo, a exuberância da natureza, a grandeza do país, que associados aos elementos étnicos dos sujeitos dão materialidade à ideia de identidade nacional.

Terezinha Oliva, ainda no que se refere à natureza e sua relação com ideia de nação, afirma que toda discussão em torno da construção da nação traz em si a carga da herança da geografia colonial²⁹, daí a ênfase no espaço, a que se agregam elementos como a fauna e a flora exuberantes.

Para além do físico, Leonardo Arroyo destaca no *Através do Brasil* a presença dos sujeitos constituintes de uma nação: “[...] Redescobria-se o Brasil pela mágica da bela narrativa de Olavo Bilac e Manoel Bomfim, mostrando-nos não só a paisagem física do país como a paisagem humana pela criação de tipos inesquecíveis que conviviam com os pequenos leitores a que o livro se destinava³⁰”.

O livro *Através do Brasil*, de Bilac e Bomfim, não esteve longe de atender à necessidade preconizada pela República de instruir a sociedade, combater a vadiagem e o analfabetismo, assistir a criança. Seria muito exigir dele noções de cidadania? Talvez não, se levarmos em consideração os propósitos da época, ainda que uma parte considerável da população não merecesse a atenção devida.

Dos leitores de Bilac e Bomfim, por exemplo, quantos eram negros descendentes de escravos libertos da escravidão? Quantos eram filhos de pais pobres da zona rural, que não tiveram a oportunidade de alfabetização? Quem eram seus leitores? Eles faziam parte do projeto de nação?

O *Através do Brasil* também esteve inserido no processo de modernização do ensino brasileiro, verificado após a Proclamação da República, sobretudo se levarmos em conta o seu aspecto de objeto cultural, mas também de ter adotado técnicas de transposição do conteúdo até aquele momento, não aplicadas. Do ponto de vista do ensino, destaque para a valorização e implementação do ensino da História do Brasil, da língua portuguesa e da História da Literatura Nacional.

Da análise do conteúdo do *Através do Brasil* depreende-se uma série de aspectos e objetivos pedagógicos, formas de encarar a instrução

28 FREITAS, Anamaria G. B. de; MONTEIRO, Regina Maria. *O Discurso Pedagógico e a Construção da Identidade Nacional: Por Entre as Páginas de Através do Brasil*. Comunicação apresentada no Simpósio Nacional “Discurso, Identidade e Sociedade”. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 17 a 19 de maio de 2001. p. 2

29 OLIVA, Terezinha Alves de. *O Pensamento Geográfico em Manoel Bomfim*. Rio Claro/SP, 1998. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista. p.28

30 ARROYO, Leonardo. *Literatura Infantil Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1968. p. 192.



pública e a vida social e cultural do Brasil, afora outros componentes da nação. Foi um livro de leitura para o curso primário, repleto de representações. Não ficou circunscrito a um manual complementar do saber. Dele e a partir dele a disposição para conhecer e aprender, superando a ideia de simples absorção de informações sem fins práticos. Era, sem dúvida e para tanto se propôs a sê-lo um manual de aprendizagem.

Como vimos, além de Bilac e Bomfim, outros se propuseram a colaborar com a construção de uma a ideia de nação, para um projeto de nação tendo a instrução pública seu esteio. Do ufanismo ingênuo, presente na obra de Afonso Celso, *Por que me ufano do meu País ao Através do Brasil*, ora à luz da exaltação patriótica, ora destacando as grandezas do país e a imensidão do seu território, de suas belezas naturais, de clima ameno e agradável. A dupla preferiu assumir um compromisso com um nacionalismo mais realista, certamente temperado por Manoel Bomfim, se levarmos em conta o conjunto de suas obras e de sua lucidez na explicação sobre as mazelas do Brasil e de seus condicionantes históricos e sociais.

A opção da obra por assuntos nacionais, superando a simples recopilação e recolha de contos e cantos do Brasil, como fizera Sílvio Romero e Melo Moraes Filho, Bilac e Bomfim demarcaram seu lugar no cenário intelectual e cultural da passagem do século XIX para o século XX e depois nas primeiras décadas desta, imprimindo uma escrita didática cuja narrativa marcou uma nova postura didática no país.

Talvez as considerações até então expostas ajudem a explicar a permanência do livro *Através do Brasil* no currículo das escolas brasileiras por mais de cinco décadas, reforçando a sua longevidade editorial no mercado dos livros escolares e atestam a qualidade e seus efeitos eficientes no ambiente escolar. Um livro que atravessou o tempo, sobreviveu à diversas intempéries da história do Brasil, superando inúmeras mudanças educacionais e políticas, mesmo as do Estado Novo e seu conhecido patulhamento ideológico, do qual as demais obras de Bomfim foram vítimas, sucumbindo sob os auspícios do regime militar.

Há inúmeros trabalhos sendo gestados e já publicados em torno da compreensão desse fenômeno editorial brasileiro. *Através do Brasil* segue sendo instigador de novas pesquisas. Esta obra influenciou muitas gerações de brasileiros, de intelectuais, contribuindo para firmar representações sobre o país que ainda anseia pela efetivação de um projeto de nação ou mesmo de uma nação, dado que seu projeto pareceu ser sempre um anteprojeto ou quem sabe um rascunho.

Cabe ainda salientar a importância do *Através do Brasil* enquanto documento, em que pese avaliar a sua contribuição para história do livro escolar no Brasil. Bilac e Bomfim problematizam e recriam a realidade brasileira, fazendo-a emergir em toda a sua tensão e dinamismo verifica-



dos através de mudanças evocadas e ocorridas na época. A representação do Brasil em o *Através do Brasil* quis ser uma declaração de amor ao país, infundindo na memória coletiva um sentido de compromisso na construção de uma nação moderna, progressista e harmoniosa?

É o que muitos pesquisadores e mesmo curiosos e autodidatas seguem se perguntando. Que tipo de Brasil é possível conceber da leitura e análise da obra de Bilac e Bomfim? Seu legado segue despertando a curiosidade de muitos porque aquela nação ainda não aconteceu. Seguem existindo seus problemas: desassistência da infância, ataque mordaz aos seus direitos; a persistência do analfabetismo; a queda na qualidade do ensino e da aprendizagem; políticas públicas que não dão conta de inserir as minorias no sistema educacional e quando o fazem não se leva em conta a necessidade de fazê-lo na perspectiva emancipadora.

No final de sua vida, Manoel Bomfim chegou a acreditar que se necessário era preciso recorrer a uma revolução. O projeto de nação que a República encampou, por meio de livros escolares, não chegou a termos. Bomfim inaugurou uma frente ainda em franca existência e combativa: daqueles que acreditam que somente pela educação é possível revolucionar costumes, superar e extinguir vícios, curar a nação.

Para fins de considerações finais, pode-se dizer que o livro *Através do Brasil* não foge por inteiro ao padrão dos livros voltados à exaltação da nação de sua época de produção e das subsequentes, como vimos. Um exemplo disso é a ideia de que a natureza foi o fundamento da nação. A propagação, por meio de uma obra didática, de um nacionalismo mais racional e reflexivo, capaz de encantar-se com as belezas naturais do país e com as grandezas do povo e ir além, levando o sujeito aprendiz a perceber a sua importância individual, enquanto cidadão, para a composição de uma nação talvez seja seu maior legado.



“Parasitismo e degeneração” na América Latina: os conceitos biologizantes de Manoel Bomfim

Ivan Paulo Silveira Santos*

“Parasitism and degeneration” in Latin America: the biologizing concepts of Manoel Bomfim

Resumo

A elaboração de sua visão histórico-social da América Latina, Manoel Bomfim fez através do arcabouço teórico do Evolucionismo. Assim, o autor alude às problemáticas do continente por analogias de referência biológica, aspecto característico do pensamento social da transição do século XIX para o XX. Por meio desses comparativos, Bomfim refletiu a respeito do que chamou de males de origem, ou seja, buscou compreender a América Latina. Considerou, então, que as razões do atraso da região tinham origem histórica no processo da colonização europeia, a partir do século XV. Ao chegar a este cerne da questão, Bomfim se singulariza de grande parte dos seus contemporâneos. Ao apontar soluções para aquelas questões, criticava alguns elementos de caráter racial. Assim, buscou Bomfim uma nova identidade para a América Latina.

Palavras-chave: Identidade; Evolucionismo; Manoel Bomfim.

Abstract

Manoel Bomfim through the theoretical framework of Evolutionism did his historical-social vision of Latin America. This way the author alluded to the problems of the continent through analogies of biology's reference, a very common characteristic of the social thought of that epoch: transition nineteenth to the twentieth century. Bomfim through these comparisons did think about “evils of origin” second his words and so tried to understand the elements of Latin America. Then, he considered that the reasons for the region's backwardness were of historical origin in the process of European colonization, beginning in the fifteenth century. When Bomfim made it he became different of the most of his thinkers in his epoch. Beyond it, his solutions to Latin America problems had critics to some elements of racial character. This way, Bomfim tried for a new identity to Latin America.

Keywords: Identity; Evolutionism; Manoel Bomfim.



* Graduado em História Licenciatura Plena - UFS / Mestre em Sociologia - UFS / Prof. do Ensino Básico da Rede Pública Estadual - SEDUC/SE

Introdução

O objetivo deste artigo é discutir e analisar alguns conceitos teóricos utilizados por Manoel Bomfim em sua obra inaugural: *A América Latina: males de origem*, de 1905. Esses conceitos são bem sintetizados nas expressões *parasitismo* e *degeneração*, utilizadas pelo autor. São fundamentais não só para a compreensão dessa primeira publicação de Bomfim, mas também para o entendimento do desenvolvimento do pensamento do autor, sua formação e contexto. Esse último, em especial, terá distintiva atenção neste artigo. Isso porque há uma singular ligação do autor com seu contexto na perspectiva tanto de afirmação quanto de contestação dos referenciais teóricos característicos do período. Alguns desses referenciais foram utilizados por Bomfim tanto em razão da sua formação médica quanto das tendências teóricas da sua contemporaneidade. Aqueles conceitos demonstravam claramente o objetivo que Bomfim buscava com sua análise sobre o continente latino-americano: refletir sobre as problemáticas da América Latina. O autor, a partir do que compreendia como as origens fundamentais de um vasto conjunto de questões latino-americanas, procurou criticar perspectivas analíticas preconceituosas e pseudo-científicas e propor solução. Essa perspectiva significava a propositura da construção de uma identidade para o continente latino-americano, em geral, e para o Brasil, em particular, diversa daquela que os princípios raciais determinavam.

A análise será empreendida através de uma breve, mas essencial revisão de literatura sobre a história do pensamento social, em especial, da América Latina. Revisão essa já acompanhada das reflexões entre as características daquele pensamento social e o de Manoel Bomfim. Isso a fim de estabelecer tanto as correspondências quanto as singularidades das concepções do autor em relação ao seu contexto. Para tal finalidade alguns autores e respectivas obras são fundamentais. Para uma possível compreensão da história e das características do pensamento social latino-americano, há referência de Octavio Ianni (1971) – *Sociologia da Sociologia Latino-Americana* e de Ignácio Sotelo (1975) – *Sociologia da América Latina*. Ambos autores são próximos em suas análises quanto a perspectiva de que o pensamento social, no período de Manoel Bomfim, estava basicamente preocupado em compreender as razões que explicariam a posição subalterna da América Latina. Essas reflexões eram bastante influenciadas por paradigmas teóricos europeus e/ou estadunidenses e, em geral, fortemente alicerçadas por conceitos raciais.

Semelhante ponto de vista possui Enno D. Liedke Filho (2005), em seu artigo – *A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios*. Além de centralizar sua análise no Brasil, Liedke F.^o (2005) se particulariza, em relação a Ianni (1971) e Sotelo (1975), por observar que havia uma preocupação



daquele pensamento social, contemporâneo de Bomfim, com a formação do Estado nacional brasileiro. Havia, então, a tenta de definir uma identidade nacional, porém a partir de uma visão preconceituosa de caráter racial. Quem segue parecida perspectiva de estudo de identidade nacional é Renato Ortiz (2006) – *Cultura brasileira e identidade nacional* – e Dante Moreira Leite (1983) – *O caráter nacional brasileiro*. Analisam os autores essa questão em relação à sociedade brasileira. O primeiro, em particular, cita Manoel Bomfim, já que concebe o autor como uma referência em tal temática. O segundo trata a questão da identidade nacional em uma perspectiva, ao centralizar o Brasil, histórica, em si, como um processo que dá origem aos nacionalismos. Esse movimento necessitava de um respaldo para criar uma imagem de como seria aquele Estado e aquela nação, ou seja, como se criaram identidades de caráter nacional.

Por fim, Lilia Moritz Schwarcz (1999), em seu texto – *Questão Racial e Etnicidade*. A autora também dá uma ótica sobre o pensamento social brasileiro, mais particularmente embasada em argumentações sobre a evolução desse pensamento social sobre a questão raça. A autora assim o faz porque entende que a questão racial é um ponto nevrálgico de compreensão da sociedade brasileira, mais ainda na transição entre os séculos XIX e XX.

O autor, seu ponto de vista e o contexto do pensamento social latino-americano

A partir dos conceitos biologizantes – *parasitismo* e *degeneração* – Manoel Bomfim traçou um espectro do conjunto das questões latino-americanas e o caráter marginal do continente em relação ao centro economicamente dinâmico do mundo na época. Nessa análise de caráter histórico-social, o autor faz associação àqueles termos da Biologia. O *parasitismo* é na condição a qual um determinado ser se beneficia de outro, provocando prejuízos no seu hospedeiro. Em situações extremas, esse prejuízo pode ser até a morte. Daí, o parasita ser, em geral, considerado como *degenerado*, que é um ente que declinou de sua condição original. A partir de tal de linha de pensamento, associando conceitos biológicos a aspectos histórico-sociais, Manoel Bomfim buscou, então, as razões do atraso latino-americano¹.

A resposta para a problemática latino-americana estaria no fato de ser um continente que passou por uma colonização altamente espoliativa europeia, que deixou marcas profundas. A colonização foi, por con-

1 AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: ANPOCS; Topbooks, 1999. Ver também ALVES FILHO, Aluízio. *Pensamento político no Brasil: Manoel Bomfim, um ensaísta esquecido*. Rio de Janeiro: Achiamé; Socii, 1979.

seguinte, o *parasitismo* praticado pelos europeus em relação às nações americanas. Já a *degeneração* foi a consequência deixada nas colônias por aquele processo. Tal processo surgiu, para Bomfim, em razão da própria evolução histórica da formação da Península Ibérica, a partir das intensas lutas contra os muçulmanos. Esse processo conferiu aos ibéricos uma tendência guerreira e aventureira. Assim sendo, segundo o autor, a maneira de ser daquelas populações ibéricas, por conseguinte, estava fortemente ligada a um conjunto intenso de conflitos, sendo esses de grande teor ideológico religioso cristão. Afinal, a chamada *Reconquista* foi uma série de Cruzadas da cristandade contra os muçulmanos. Espanhóis e portugueses teriam evoluído, desta feita, enquanto nações destemidas, sem receios aos reveses da aventura e profundamente místicos, de um arraigado cristianismo².

76

Aquele dito espírito de arrojo de portugueses e espanhóis foi posto à prova novamente com as Navegações dos séculos XV e XVI. Porém, essa odisséia em particular, permitiu aos países ibéricos acesso a uma fonte quase inesgotável de riquezas. Através da exploração de tais recursos, as nações ibéricas conduziram, durante os séculos seguintes, aquilo que Bomfim denominou de *parasitismo*. Esse fato, controversamente, segundo o autor, resultou na ruína daqueles países peninsulares. Tal qual um parasita, os conquistadores não sobreviveriam por seus próprios meios, mas da exploração de outros. Os peninsulares passaram a depender da exploração colonial. Os portugueses e espanhóis, em consequência, degeneraram para aquele ser *declinado*, já que não mais obtinham sua própria reprodução sem a espoliação de suas colônias americanas.

Para Bomfim, então, Portugal e Espanha (as nações Ibéricas), colonizadores das Américas, seriam um parasita como o “*Chondracanthus Gibbosus*”³. Uma criatura que basicamente sobrevive de sugar outros seres. Porém, em estudos mais detalhados a respeito, percebeu-se que o molusco, em si, não era um parasita, mas se tornou um. A transformação ocorrera em razão da facilidade de se obter a sobrevivência através da exploração de outros seres. Logo, o *Chondracanthus* tronou-se um parasita por um *vício*. Aspecto de característica fisiológica que indicaria, por exemplo, uma dependência química. Porém, ganha aquela interpretação mais social de um aspecto de um ser moralmente declinado, de ações fortemente questionáveis. Isso em razão de não mais buscar meios próprios de sobrevivência. Assim, o *Chondracanthus* degenerou-se em um ser inferior. Por comparação, Portugal e Espanha também degeneraram quando colonizaram a América tal qual o parasita⁴.

2 BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

3 BOMFIM, Manoel. Op. Cit. p. 62.

4 BOMFIM, Manoel. Op. Cit.

Como o *Chondracanthus Gibbosus*, os espanhóis e portugueses degeneraram em razão do *vício* da exploração, pois não saberiam mais obter sua sobrevivência de outra maneira. O parasita é, em si, um ser limitado à sua necessidade de tirar proveito de outros seres. Tal exploração, logo, torna-se a razão da existência do parasita, afinal, para sobreviver, aquele ser vivo precisa se fixar em outro e sugá-lo. Em certa medida, o hospedeiro sofre danos irreparáveis ou até morre. Daí, o parasita precisa achar outro hospedeiro para sobreviver, dando continuidade assim ao seu *vício*. Ao colonizarem boa parte da América, os ibéricos exploraram agressivamente esses territórios. Tal prática predatória, por conseguinte, tornou-se a própria razão de ser daquelas nações peninsulares ibéricas. Aqueles respectivos estados se organizaram em torno da própria prática da exploração colonial. Na comparação realizada com o parasita, eles não buscaram mais sua sobrevivência por seus próprios esforços. Adotaram, portanto, o *parasitismo* e, por tê-lo feito, igualmente àquele ser vivo, degeneraram.

A *degeneração* e o *vício* têm uma consequência: a *herança*. O parasita lega aos seus descendentes suas características. Uma vez transformando-se em um parasita, o *Chondracanthus* degenera e transmite essa característica aos seus descendentes. De semelhante forma, as nações ibéricas transmitiram às suas colônias os seus *vícios* e, por conseguinte, suas características degeneradas⁵. Novamente, em uma perspectiva comparativa de caráter histórico-social, isso significa que portugueses e espanhóis, através da exploração colonial, disseminaram aquele *vício* parasitário às nações latino-americanas. Em virtude dos séculos de espoliação colonial, as sociedades da América Latina voltaram-se a características conservadoras, ou seja, Estados pouco dinâmicos, centrados em atividades predatórias, por vezes, as mesmas implantadas pelos colonizadores ou bastantes assemelhadas⁶. Um exemplo característico seria o açúcar, introduzido pelos portugueses no Brasil, ou mesmo o café que, embora tenha surgido já no período Imperial Brasileiro, seguia basicamente o modelo da *plantation* colonial. Em uma perspectiva econômica, adotaram-se atividades agroexportadoras, que, em geral, eram caracterizadas como de menor valor agregado e usualmente traziam poucas divisas com habitual oscilação de preço nos mercados. Logo, portugueses e espanhóis transmitiram um modelo de produção ultrapassado, que as nações latino-americanas mantiveram por *vício* de origem⁷.

Situação semelhante a que se deu no aspecto econômico, ocorreu também no social, houve uma *herança* negativa. As sociedades coloniais, em

5 Idem. Ibdid.

6 Idem. Ibdid.

7 BOMFIM, Manoel. Op. Cit.





geral escravistas, mantiveram por algum tempo esse modelo de mão de obra. Isso aconteceu apesar do avanço de forças produtivas capitalistas que demandavam por mais mercados e, conseqüentemente, por trabalho livre-assalariado. Logo, a *herança* deixada na América Latina pela colonização ibérica representava-se por sociedades conservadoras, racistas, altamente exploradoras e elitistas. Essas sociedades eram bastante parecidas com o próprio modelo introduzido por portugueses e espanhóis em seus respectivos processos de conquista colonial. Esse resultado formou sociedades igualmente *parasitárias* e *degeneradas*. Eram sociedades, em diferentes escalas, *conservantistas*, pois estavam fortemente ligadas às tradições dos *vícios* implantados pela conquista e exploração coloniais. Tais *vícios* foram *herdados* por uma camada social elitizada dos conquistadores. Esse processo foi reproduzido, pois significava a continuidade de privilégios. Quer dizer, os peninsulares ibéricos legaram às sociedades latino-americanas a *degeneração* pelo *vício parasita* da exploração colonial, da espoliação predatória de riquezas⁸.

Para Manoel Bomfim, a América Latina era uma região atrasada em razão de os Estados ali surgidos serem egressos de cruéis sistemas de exploração colonial. Tais sistemas não apenas impuseram a exploração em si. Essa característica foi transmitida e recriada por aqueles países do continente latino-americano pós-independências. Os grupos socioeconomicamente privilegiados da região, por conseguinte, apreenderam e reproduziram ao seu modo aqueles modelos coloniais. Então, Bomfim, em suas análises, buscava causas que explicassem essas características latino-americanas. Essa perspectiva não era específica em si do autor, na verdade, ela era uma tendência da época em relação ao pensamento social que foi desenvolvido, assim o compreenderam e analisaram Ianni (1971) e Sotelo (1975), em suas respectivas abordagens⁹. Para autores, as características daquele pensamento social latino-americano contém uma preocupação com a ideia de *desenvolvimento* (esse em sentido mais atual). Seria patente uma relação de marginalidade da América Latina em relação aos centros economicamente dinâmicos do mundo. Em consequência, as Ciências Sociais buscariam, através de suas reflexões, explicações e soluções para o dito atraso do continente. “*Uma sociologia latino-americana teria que ser, sobretudo e antes de tudo, uma sociologia do desenvolvimento da América Latina*”¹⁰.

Em outras palavras, há uma consciência de que o continente latino-americano tem particularidades, em diversos aspectos. No entanto, algumas dessas especificidades desqualificariam o continente, deixando-o

8 Idem. Ibdid.

9 IANNI, Octavio. *Sociologia da Sociologia Latino-Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971; ver também SOTELO, Ignacio. *Sociologia da América Latina*. Org. Fanny Tabak. Trad. de José Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

10 SOTELO, Ignacio. Op. Cit. p. 20.

além de suas potencialidades. “A instabilidade política, o atraso social e econômico, a incapacidade prática de encontrar soluções adequadas conduziram o intelectual aos estudos sociais e sociológicos”¹¹. No entanto, esses intelectuais, na busca pela compreensão das problemáticas regionais, utilizaram-se, essencialmente, de modelos teóricos europeus e estadunidenses. Ianni (1971), por exemplo, salienta que, em virtude das multiplicidades de questões e das dissidências de interesses, a sociologia latino-americana se dividiu em *dilemas teóricos* de maior e menor pertinência.

“Muitos difundiram-se na América latina, provenientes de centros científicos de grande prestígio, da Europa e da América do Norte. Em certos casos, os dilemas são mal postos; outras vezes, falsos. [...] houve e continua a haver uma transferência, em certos casos pura e simples da problemática de outros países para as nações latino-americanas. Alguns estudos sobre relações raciais, por exemplo, revelam essa tendência. Independentemente da qualidade e importância às vezes excepcional dos trabalhos produzidos em torno desse tema, é inegável que a problemática conformou-se a preocupações e estilos de abordagem considerados satisfatórios em outros países”¹².

No período de Bomfim, aqueles *dilemas teóricos* alicerçavam-se em paradigmas raciais, criados para justificar um Imperialismo Europeu. Alguns desses paradigmas foram desenvolvidos pelo Darwinismo Social. As análises que esse modelo de pensamento empreendia, com base em correspondências com elementos da Biologia, egressos do Evolucionismo, implicavam a afirmação de uma suposta *inferioridade* latino-americana por conta de sua presumida composição racial *mestiça* e *degenerada*. Esta característica de se adaptar os princípios do Evolucionismo no campo das relações humanas foi bastante influente no Brasil do século XIX para o XX. Os dois autores mais lidos no País, naquele período em particular, foram Haeckel e Spencer. Em razão de algumas concepções distintas entre os autores, eles representavam certa distinção em relação ao Darwinismo Social¹³.

Pelo já exposto, conseqüentemente, é possível afirmar que Manoel Bomfim, em si, não divergiu da tendência de sua contemporaneidade, pois se utilizou de paradigmas biológicos para as suas análises; característica, segundo Liedke Filho (2005), própria do período *pré-científico* do pensamento social latino-americano. Esse momento marcado por “(...) ideias

11 Idem. Ibdid.

12 IANNI, Octavio. Op. Cit. p. 11 e 26.

13 LIEDKE FILHO, Enno D. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. In: *Sociologias*. Porto Alegre, ano 7. n.º 14. jul/dez 2005. p. 376-437.

*filosófico-sociais europeias ou norte-americanas, (...) o positivismo de Comte, o evolucionismo de Spencer e Haeckel e o determinismo biológico de Lombroso*¹⁴, por exemplo. Para Liedke F.^o (2005), a partir de tais referências, os pensadores sociais brasileiros refletiram a respeito da formação e identidade do Estado nacional do Brasil em uma perspectiva, em geral, racista¹⁵. Afinal, o Darwinismo Social (um grande expoente daquele pensamento europeu) sentenciava as nações do continente sul-americano a uma condição de marginalização. Tal segregação era alicerçada por aqueles princípios do pensamento europeu que induziam à ideia de que a Europa e os europeus representariam a *Civilização* (ou o centro dinâmico do mundo) por serem constituídos por *raças superiores*.

Seguindo aquelas características do pensamento social latino-americano, Manoel Bomfim, a princípio, pondera a respeito da subalternidade da América Latina. Em consequência a tais ponderações, o autor assevera um caráter deficitário da região. Assim como seus congêneres, Bomfim buscou os referenciais de uma ciência europeia. Porém, ele próprio afirmava que compreendia a América Latina de uma maneira superficial e estereotipada¹⁶. Utilizou-se o autor de meios teóricos oriundos da Biologia, mais particularmente do Evolucionismo de Charles Darwin. Isso porque o comportamento dos seres vivos na natureza, conforme se observou, era compreendido comparativamente como semelhante às relações sociais. As sociedades reproduziam comportamentos da natureza não simplesmente porque seriam parte dela, mas porque a natureza criaria suas relações como se fossem *Leis* tais quais a da Física, por exemplo. As *Leis* da Física explicam e determinam o comportamento dos astros e a dinâmica de certos fenômenos naturais, já o Evolucionismo demonstraria o comportamento dos seres vivos. Então, essas *Leis*, por associação e comparação, foram utilizadas para se compreender e refletir sobre as esferas sociais.

A singularidade de Manoel Bomfim, no entanto, residia na veemente discordância em como o referencial biológico era utilizado. Em geral, esse referencial biológico dava suporte a uma suposta prova irrefutável de presumíveis incapacidades inatas dos latino-americanos em relação aos europeus. Para Bomfim, não faltariam a tais populações habilidades, faltaria instrução¹⁷. Em outras palavras, os latino-americanos careceriam de uma melhor preparação em relação às técnicas, por exemplo, de produção, de trabalho, de atividades científico-acadêmicas. Consequentemente, a perspectiva do autor era diversa de vários outros intelectuais do seu período, pois Bomfim se utilizava do Evolucionismo, mas em um viés próprio.

14 LIEDKE FILHO, Enno D. Op. Cit. p. 377.

15 LIEDKE FILHO, Enno D. Op. Cit.

16 BOMFIM, Manoel. Op. Cit.

17 BOMFIM, Manoel. Op. Cit.



Manoel Bomfim se insere no interior de grandes marcos que delimitam as fronteiras do pensamento da época – Comte, Darwin, Spencer. No entanto, sua interpretação desses autores é *sui generis* e se opõe às combinações brasileiras que absorvem o evolucionismo aos parâmetros da raça e do meio. [...] Para explicar (a) posição peculiar (da) América Latina, Manoel Bomfim recorre às teorias de Comte, mas retém em particular sua comparação entre a sociedade e os organismos biológicos. Seu instrumental teórico pode ser resumido através dos seguintes pontos: 1) as sociedades existem como organismos similares aos biológicos; existem leis orgânicas que determinam a evolução; 3) a análise da nacionalidade depende do meio em ação combinada com seu passado¹⁸.

Já o pensamento social desse mesmo momento vê as questões latino-americanas como um problema de uma herança inata. Os intelectuais do período, seguindo cânone europeu para interpretar as sociedades latino-americanas, produziram *falsos dilemas teóricos*. Tais dilemas tornaram-se bastante evidentes, por exemplo, no Brasil, com a Tese do Branqueamento. Ela previa a vinda de estrangeiros brancos europeus para o País a fim de se *melhorar a raça brasileira* através da miscigenação. Acreditava-se que, a partir dessa iniciativa, em algumas gerações, a nação brasileira seria branca e, logo, apta à *Civilização*. Em consequência, Manoel Bomfim criticava características do pensamento social latino-americano, respaldadas em modelos europeus, que produziram ideias como o Branqueamento, por exemplo. Buscava, assim, o autor mais do que uma reflexão sobre a América Latina. Sua proposta era a construção de uma distinta identidade para o continente e para o Brasil. Afinal, nesse período de transição do século XIX para o XX, os nacionalismos europeus se afirmavam dentro de perspectivas que proclamavam o Imperialismo dos países do Velho Mundo. Já os nacionalismos dos países latino-americanos foram desenvolvidos a partir dos processos de independências daquelas mesmas nações europeias. À vista disso,

[...] nacionalismo dos países sul-americanos, frequentemente defensivo, isto é, desenvolvido como simples processo de afirmação nacional diante do Imperialismo. Mas ainda aqui, esse nacionalismo saudável é apenas forma de oposição ao expansionismo de outros países, [...].¹⁹.

18 ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 22-23.

19 LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: História de uma Ideologia*. 4.ª ed. definitiva, com introdução de Alfredo Bosi. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983. p. 11.



Na Europa, usualmente, a afirmação dos nacionalismos significou a ascensão de uma burguesia com base em um liberalismo econômico. Os estados nacionais em si ainda não existiam. Era preciso criar formas de identificação entre os indivíduos através de hipotéticas raízes históricas ou mesmo míticas. O racismo completava a agenda por afirmar o *status* daqueles estratos sociais privilegiados, justificando uma dominação branca. Essa dominação essa amparada não necessariamente nas diferenças entre os indivíduos em si, mas nas que a natureza, supostamente, produziu. Essas diferenças segregavam as pessoas, sendo que tal segregação se baseava em fundamentos pretensamente científicos, os quais se utilizavam do Evolucionismo de Darwin como suporte²⁰.

Desta feita, Manoel Bomfim buscou uma identidade distinta para as nações latino-americanas porque não as via em direta associação aos modelos europeus. Ao contrário, tais modelos, grandemente, serviriam para justificar poderes, privilégios sociais (de diversas ordens) e discriminações. Isso, em plano mais internacional, acontecia com o objetivo de afirmar o expansionismo imperialista europeu do século XIX e, em outro plano mais regional, afirmar estratos sociais elitizados latino-americanos à procura de manter privilégios sociais. As análises de Bomfim são uma crítica a todos esses aspectos e uma tentativa de apresentar soluções para problemáticas do continente latino-americano.

Considerações finais

O pensamento social da transição do século XIX para o XX foi fortemente alicerçado em uma ótica racial. A influência do Evolucionismo de Charles Darwin deu a esse pensamento uma forma de análise um tanto organicista. Categorias como raça e meio tornaram-se elementos fundamentais para reflexão e compreensão das sociedades. A analogia com fatores biológicos serviram não só como princípios, mas também como elementos de uma pretensa prova científica. Afinal, o entendimento era que o Evolucionismo encontrara leis que regeriam a natureza e a vida, em consequência, conduziriam, semelhantemente, as sociedades.

Tal modalidade de pensamento foi particularmente útil às nações imperialistas europeias daquele mesmo período. Isso ocorreu, em grande medida, em virtude de argumentar que haveria uma divisão em raças. Essas raças, através de várias características, poderiam ser mais evoluídas do que outras. Quer dizer, a humanidade era distinguida em tipos diversos e aqueles considerados inferiores, por essa pseudociência, eram conse-

20 LEITE, Dante Moreira. Op. Cit.; ver também SCHWARCZ, Lilia Moritz. Questão Racial e Etnicidade. IN: *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. MICELI, S (Org.). São Paulo: Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999. p. 267-325.

quentemente segregados. Esse elemento era a base de justificação ideológica do Imperialismo Europeu, pois se dizia não uma conquista, mas um ato de se levar o desenvolvimento para aqueles grupos considerado, inatamente, menos qualificados.

Manoel Bomfim vivenciou e desenvolveu suas análises justamente nesse contexto. Dessa conjunção, o autor internalizou e se utilizou largamente do Evolucionismo. Sua visão histórica e, em particular da América Latina, era fundamenta em correspondências entre princípios e elementos sociais, característica conexão entre o contexto e a formação médica de Bomfim. Desta feita, compreendia o autor que as condições históricas e sociais da América Latina eram um resultado de uma espécie de processo assemelhado ao dos organismos vivos.

O continente latino-americano era uma periferia. Condição justificada pela ideia de que a região era formada por aqueles grupos considerados racialmente inferiores. No entanto, a leitura de Manoel Bomfim era de que as graves questões latino-americanas eram oriundas da herança da colonização europeia na região. Para tal análise, partia o autor de pressupostos evolucionistas, utilizando-se de analogias biológicas. Os conquistadores europeus seriam como parasitas que infectaram, através da colonização, os latino-americanos. Como herança desse processo, deixaram uma região atrasada, com uma população atavicamente, por conseguinte, incapaz de atingir níveis mais elevados de progresso.

Destas assertivas de Manoel Bomfim é perceptível sua inserção e singularidade em relação ao pensamento de sua contemporaneidade. Por um lado, busca o autor os referenciais em voga no período, por outro, os critica quando vaticinam uma condição de subalternidade contínua para a América Latina. Assim, quebra, em parte, os paradigmas da época ao condenar os elementos mais reacionários dos princípios de caráter racial, o que faz, em outras, através da proposição de afirmação das nações latino-americanas. Essas populações teriam, apenas, em consequência, não uma inabilitação inata, mas o despreparo resolúvel por meio da instrução. Sendo assim, Bomfim propunha que as nações latino-americanas constituíssem um caráter próprio não necessariamente representado por modelos europeus.



Brasil mestiço: o cruzamento entre as “raças” na perspectiva de Manoel Bomfim

Ruth Cavalcante*

Half-breed Brazil: The crossing between “races” in Manoel Bomfim’s perspective

Resumo

Manoel Bomfim (1868-1932) foi médico, político, professor e escritor. Sua relevância para a historiografia brasileira se deve ao fato de ele ter publicado uma série de obras que fizeram uma reflexão em torno da questão da identidade nacional e sobre quem era o autêntico povo brasileiro. No contexto do fim do século XIX e princípio do século XX, a “mistura entre as raças” dos povos da espécie humana era vista a partir de um prisma negativo e causador da degenerescência entre os seus descendentes. Bomfim, de forma bastante pioneira, defendeu em seu livro *A América Latina: males de origem* (1905), que a mestiçagem não gerava degeneração, mas sim indivíduos inteligentes, sadios e fortes. Refletir sobre a importância desta concepção é o objetivo deste artigo.**

Palavras-chave: Bomfim; Mestiçagem; Brasil.

Abstract

Manoel Bomfim (1868-1932) was a physician, politician, professor and writer. His relevance to Brazilian historiography is due to the publication of a series of works that reflected upon the question of national identity and upon who was the authentic Brazilian folk. In the context of the end of the nineteenth century and beginning of the twentieth, the “mixture of races” of people of the human race was seen under a negative perspective and as the cause of the degeneration amongst their descendants. Bomfim, in a very pioneering fashion, defended in his book “Latin America: evils of origin” (1905), that miscegenation did not breed degeneration, but intelligent, healthy and strong individuals. To reflect upon this idea is the goal of this article.

Key-words: Bomfim; Miscegenation, Brazil.

* Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista CAPES. E-mail: donaruth26@hotmail.com

** Este artigo é um desdobramento da Dissertação de Mestrado em História intitulada *A questão racial pensada entre o “método científico” e a paixão: um estudo comparado entre José Ingenieros e Manoel Bomfim – Argentina e Brasil (1900-1920)*.



Atualmente, é um senso comum olhar para a sociedade brasileira e identificá-la como tendo sido forjada do “encontro” do branco, do negro e do índio. Entretanto, encarar com naturalidade o fato de que o brasileiro é fruto de um secular processo de “mestiçagem” nem sempre foi visto como algo positivo. Entre o final do século XIX e o começo do século XX, as teorias do racismo científico, do darwinismo social e da eugenia estavam em seu auge e, “para o bem ou para o mal”, a intelectualidade do país pensou em quem seria o autêntico brasileiro levando em consideração o critério racial.

No ano de 1874, no artigo intitulado *L’emigration au Brésil*, o Conde francês Joseph de Gobineau afirmou que em um prazo de duzentos anos a população brasileira iria se extinguir em virtude da degeneração e do raquitismo provocada mestiçagem de seu povo. O intelectual atribuiu certos defeitos aos brasileiros como a preguiça, a feiura, a suposta falta de fertilidade e o corpo fisicamente enfraquecido, como consequências da miscigenação entre as “raças” aqui presentes.¹ Este dramático quadro só poderia ser revertido se o governo atraísse para as suas terras uma população “desejável”, isto é, branca, de ascendência europeia e “civilizada”.

Após a sua morte, Gobineau ficou mundialmente conhecido por seu trabalho *Essai sur l’inégalité des races humaines*, obra que recebeu, em especial, uma calorosa acolhida na Alemanha nazista. Neste livro, o conde francês pensou sobre as razões da ascensão e da queda das civilizações da espécie humana. Para ele, a questão étnica “seria a responsável pelo declínio de civilizações que outrora floresceram. Este fato se dava porque uma raça originalmente pura ao misturar-se com outras se tornava degenerada, perdia as suas qualidades essenciais, levando essa civilização ao declínio”.²

Durante a sua estadia no Brasil, quando ocupou um cargo que na atualidade seria correspondente ao de embaixador da França no Império brasileiro, em suas correspondências trocadas com o Imperador D. Pedro II, o conde afirmou que o futuro do povo brasileiro não era nada promissor, uma vez que a miscigenação racial entre portugueses, índios e negros estava amplamente disseminada na sociedade. Gobineau acreditava que a “mistura das raças” provocava a degeneração. Ao pensar no Brasil, atribuiu a grande taxa de mortalidade infantil à miscigenação. Ele associou os “mulatos” (filhos de pais provenientes da “raça” branca e negra) com às mulas, animais inférteis e resultantes do cruzamento de asnos com éguas, para afirmar que, em virtude da mestiçagem, a esterilidade era o destino da população do país.³

1 SOUSA, Ricardo Alexandre. A extinção dos brasileiros segundo o Conde Gobineau. *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro: vol., 6, n., 1, p. 21-34, 2013. p. 21-22.

2 Idem, p. 23.

3 Idem, p. 31.



Gobineau chegou mais adiante à conclusão de que os brasileiros desapareceriam em menos de dois séculos. Vale lembrar que o pensamento do autor quanto aos mulatos não era nenhuma aberração aos homens de ciência da sua época. A suposta pouca fertilidade dos mulatos era bastante discutida, principalmente nos Estados Unidos, onde o poligenista Louis Agassiz propunha que a civilização branca suportasse a presença dos mulatos por algum tempo, uma vez que eles naturalmente desapareceriam.⁴

O pensamento de Gobineau influenciou a forma como uma gama de intelectuais como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna pensaram a realidade da sociedade brasileira no contexto do fim do século XIX e princípio do século XX.

Sílvio Romero, em trabalhos como *História da Literatura Brasileira* (1888), alegou que o brasileiro era resultante de cinco fatores: o meio físico, o índio, o português, o negro e a imigração estrangeira. Desta forma, todo o brasileiro seria um mestiço, quando não no sangue, nas ideias. Romero pregou pela necessidade de aumentar a quantidade de sangue branco nas veias dos brasileiros. Por esta razão, valorizou a imigração de europeus para o país a fim de que houvesse um progressivo branqueamento da população local. Em outras palavras, ele acreditava que este “sangue novo” trazido pelos imigrantes poderia compensar a degeneração provocada pelo clima tropical e pelo cruzamento com as “raças inferiores”, gerando ao longo das gerações, descendentes mais brancos, tanto na cor da pele quanto na mentalidade.⁵

O intelectual Raymundo Nina Rodrigues, por sua vez, alicerçando-se na ideia de que a humanidade estava dividida entre “raças superiores” e “raças inferiores”, afirmou em sua obra *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894), que os mestiços eram indolentes, imprevidentes, fisicamente fracos e com capacidade cognitiva limitada. Aos mestiços brasileiros também foram atribuídas às características de baixa moralidade e desequilíbrio mental, herança biológica herdada dos progenitores das “raças inferiores”. “Nina Rodrigues aceitava integralmente o evolucionismo do século XIX e considerava que, entre outros países, o Brasil se inferiorizava não só pela existência dos negros, mas também pela mestiçagem”.⁶ A solução que ele enxergava para o país, era seguir o exemplo dos Estados Unidos, estabelecendo uma formal separação, em que os mestiços, negros e índios ficariam de um lado, em seu próprio “mundo”,

4 Idem, p. 32.

5 LEITE, Dante. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1969. p. 186-187.

6 Ibidem, p. 220.



ao passo que os brancos ficariam de outro. Por essa razão, advogou que o primeiro grupo citado não poderia receber o mesmo tratamento do código penal dado aos brancos, alegando que “as raças inferiores têm mentalidade infantil, de forma que não deveriam ser tão responsáveis quanto as raças superiores”.⁷

Kettner nos esclarece que Manoel Bomfim foi um importante interprete da realidade do Brasil, pois colaborou para “implementar as bases da teoria sobre a constituição da família brasileira representada por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*”.⁸ A obra de Bomfim, *A América Latina: males de origem* (1905) e o livro de Freyre, *Casa Grande & Senzala* (1933), tiveram a originalidade de refutar a concepção de que a mistura entre as “raças” teria levado a degeneração e a inferioridade do povo brasileiro. Ambos autores buscaram pensar nas contribuições dos índios e dos negros na constituição da nacionalidade e colaboraram para construir a interpretação de que o autêntico povo brasileiro era mestiço e teria se forjado a partir do encontro do português, do índio e do negro. Contudo, Kettner afirma que Freyre construiu um discurso mais “normativo” do que Bomfim, pois:

A análise de Gilberto Freyre, além de outros problemas, falha mais gravemente nos pontos em que rechaçou os de Bomfim [...] Primeiro, Freyre minimiza a influência do índio na cultura brasileira e critica Bomfim pela sua simpatia excessiva pelos indígenas. Freyre se refere a Bomfim como um “indianófilo até a raiz dos cabelos”. (*Casa Grande & Senzala*, 167). Para Freyre, Bomfim teria dado importância e excessiva relevância às contribuições dos índios na agricultura. Freyre vai de encontro também a sugestão de Bomfim de uma possível mestiçagem entre a mulher branca e o homem negro. Essa visão de Bomfim entra em conflito com a de Freyre, pois, segundo Joshua Lund, o texto freyriano é uma tentativa de construção de um discurso normativo baseado na mestiçagem do homem branco com a mulher de cor.⁹

Manoel Bomfim foi pioneiro entre a intelectualidade brasileira a contestar a ideia de que a mestiçagem tinha um caráter degenerativo, antecipando-se, inclusive, ao discurso freyriano que é amplamente aceito até os dias atuais: a ideia de que sociedade brasileira se forjou a partir do encontro de três elementos culturais: o branco (europeu-português), o indígena (nativo) e o negro (africano).

7 Ibidem, p. 216.

8 KETTNER, Michele. Manoel Bomfim: “ensaaiando” a mestiçagem na América Latina. *Ci. & Tróp.* Recife: vol., 34, n., 1, p.135-154, 2010. p. 147.

9 Ibidem, p. 147-148.



Uma das grandes originalidades do pensamento de Bomfim foi ter ido de “encontro ao sentido comum da época que consistia em associar as ideias de atraso econômico-social à mestiçagem”.¹⁰ Desta forma, o intelectual alegou que o atraso do Brasil e das demais nações latino-americanas de forma alguma estava relacionado ao “caráter mestiço” dos povos da região, mas sim, à herança colonial, uma vez que eles foram brutalmente explorados pelas suas antigas Metrôpoles, Portugal e Espanha.

Bomfim fez frente às ideias dos eugenistas e dos darwinistas-sociais em relação a questão da mestiçagem ao se posicionar contra o estabelecimento de uma analogia entre a mestiçagem do homem e o cruzamento de diferentes espécies de animais. Para ele, animais de diferentes espécies, quando cruzavam, produziam produtos híbridos e estéreis. No entanto, era observado que o cruzamento entre os indivíduos de “raças diferentes” não gerava caracteres regressivos.

Não se vê nos mestiços, nenhum traço fisionômico especial, novo, nenhuma modificação orgânica particular, que possa ser considerada uma regressão ancestral. Como, então, admitir que deva haver forçosamente uma regressão moral e intelectual – quando, no entanto, o cruzamento se faz, não entre espécies diferentes, mas entre raças diversas, e quando, mesmo no caso dos animais (onde há esta regressão física), não existe a regressão intelectual?¹¹

Isto significa que, ao contrário das ideias dominantes dos seus contemporâneos, Bomfim tinha uma visão favorável em relação a fusão de “diferentes raças”. Também, ao observar a constituição orgânica dos povos sul-americanos, com uma boa dose de sangue indígena e, no caso brasileiro e cubano, com sangue africano, discordou veementemente dos sociólogos que afirmavam que o cruzamento entre “diferentes raças” geraria “crias inferiores”.

Amparando-se em certos fatos observados na zoologia, pretendem alguns sociólogos que as nações sul-americanas padecerão, ainda, de uma inferioridade especial, derivadas dos cruzamentos em si. No entanto, a verdade é que não há observações positivas provando esta suposta influência perniciosa da mestiçagem.¹²

10 Ibidem p. 139.

11 BOMFIM, Manoel. *A América latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas - Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/BOMFIM_A_America_Latina_Males_de_origem.pdf>. Acesso em: 7 jun 2014. p. 208.

12 Ibidem, p. 207.



Na concepção de Bomfim, a mestiçagem era positiva. Para corroborar com esse ponto de vista, recorreu ao passado da Península Ibérica. Segundo ele, no século XVI, Portugal e Espanha eram as nações mais adiantadas do mundo, sendo excepcionalmente poderosas, ricas e civilizadas. “Nesta época, os povos ibéricos estiveram efetivamente na vanguarda do progresso: a civilização da península foi das mais brilhantes e fecundas”.¹³ O brasileiro afirmou ainda que a Espanha era tão altiva porque se forjou a partir dos “aluviões sucessivos de gentes – fenícios, celtas, cartagineses, romanos, godos, suevos, alanos, mouros, árabes... ela fizera uma nacionalidade única, perfeitamente caracterizada, homogênea e forte”.¹⁴ Assim, na visão do intelectual, a congregação de diferentes povos e raças e a “fundição” de dessemelhantes culturas e tradições “gerou” os povos ibéricos.

Na perspectiva bomfiniana, as nacionalidades peninsulares se destacaram pela sua extraordinária capacidade de assimilação social. Este poder de congregação derivava-se de “uma grande plasticidade intelectual e de uma sociabilidade desenvolvidíssima, qualidades preciosas para o progresso”.¹⁵ Observe como Bomfim descreve a homogeneidade da nação espanhola e portuguesa:

As raças ibéricas demonstraram possuir uma força de assimilação de que não se tem exemplo em nenhum outro povo da Europa. Não se conhece outro caso de se fundirem, assim rapidamente e tão perfeitamente, raças tão diversas e tantas, como na Península. Para ali concorreram elementos étnicos mais dessemelhantes que esses, ainda hoje isolados e em constantes conflitos nos Bálcãs, na Macedônia, na Hungria. Apesar disto, a população da península é hoje mais homogênea do que a da Inglaterra e de outros países da Europa. Com toda a sua citada superioridade, os ingleses não conseguiram assimilar os celtas da Irlanda, nem os holandeses do Cabo, nem os franceses do Canadá.¹⁶

O sergipano acreditava que, transplantados para a América, os povos ibéricos mantiveram a sua plasticidade intelectual e a sua grande sociabilidade e se mesclaram com os indígenas e os africanos. No caso brasileiro, houve a assimilação de três “raças” radicalmente distintas - os brancos (portugueses), os indígenas e os negros. Deste encontro surgiu muito precocemente no Novo Mundo um povo original e coeso: o povo brasileiro.

13 Ibidem, p. 20.

14 Ibidem, p. 36.

15 Ibidem, p. 182.

16 Ibidem, p. 182.



Segundo o sergipano, a experimentação e a observação desconstruíam os argumentos dos teóricos que acreditavam na inferioridade de certas “raças”. Baseando-se em Ribot, alegou que o cruzamento era muito vantajoso, pois a mistura de “raças” gerava o aparecimento de aptidões novas, com a mistura de qualidades morais e intelectuais. Desta mesclagem surgiram exímios músicos, pintores, matemáticos, médicos etc. Bomfim citou também intelectuais como Waitz, Martin de Moussy, Quatrefages para afirmar que os mestiços eram iguais em inteligência aos seus progenitores.

Quatrefages, refere-se nos termos mais encomiásticos às sociedades sul-americanas, onde a mestiçagem teria, no seu parecer, desenvolvido qualidades apreciáveis, e cita numerosos exemplos, sobretudo no Brasil, onde, não existindo preconceito de cor, os mestiços tem podido desenvolver suas aptidões e têm mostrado “uma decidida superioridade artística sobre as duas raças mães. A quase totalidade dos pintores e músicos brasileiros pertencem à raça cruzada; muitos se tornam notáveis em medicina (...) Na Venezuela os mulatos têm-se distinguido como oradores, publicistas, poetas (...)”. Concluiu o citado antropologista, “reconhecem-lhes, sobretudo aos da América, muita inteligência, espírito e imaginação.”¹⁷

Na perspectiva bomfiniana, os mestiços eram bem-dotados de inteligência e totalmente suscetíveis ao progresso intelectual. Eles apenas precisavam de ser educados para aprenderem a utilizar as suas energias e a terem interesses superiores. “Fortes e vigorosos como são, eles saberão aproveitar ultimamente as energias e as resistências que possuem, e que os tornam efetivamente superiores aos colonos que se fazem recrutar nos refugos das civilizações corrompidas”.¹⁸ Bomfim concluiu que a instabilidade das republicas latino-americanas não se devia ao cruzamento entre as “raças”, mas derivava exclusivamente das condições históricas de colonização, pois “os defeitos e virtudes que possuem vêm da herança que sobre eles pesa, da educação recebida e da adaptação às condições de vida que lhes são oferecidas”.¹⁹

Apesar de Bomfim acreditar que os indígenas e os africanos eram “povos primitivos”, ele tinha uma visão favorável à miscigenação destes com povos mais “desenvolvidos”, pois a fusão de diferentes raças era considerada como benéfica ao progresso da espécie humana. Segundo o intelec-

17 *Ibidem*, p. 211.

18 *Ibidem*, p. 214.

19 *Ibidem*, p. 212.

tual, a miscigenação beneficiava as populações mais cultas porque elas carregavam consigo tanto “peso” das suas tradições históricas e eram tão acostumadas a viver de acordo com os hábitos e costumes de outrora que “formam uma bagagem muito pesada para quem pretenda correr após o progresso”.²⁰ Observe como os indígenas e os negros poderiam colaborar com o progresso dos “povos cultos”:

Expliquemos essa metafísica: são gentes infantis, que não possuem irredutíveis qualidades de caráter, e resistem menos ao influxo de ideias novas que as populações cultas, sobre as quais pesam tradições históricas especiais e uma civilização determinada. Os animais rudimentares são muito mais variáveis e adaptáveis que aqueles de organização complexa; os povos jovens são muito mais progressistas – adaptáveis – que os povos feitos, presos a um passado, que ora os seduz, ora os domina, e em geral, lhe entorpece a marcha para o futuro.²¹



Nesta perspectiva, era imensamente positivo aos povos “mais civilizados” misturarem-se com “povos jovens”, pois estes lhes quebrariam a dureza de caráter social, favorecendo-lhes uma renovação e um progresso mais acelerado. Em contrapartida, defendia que era uma vantagem para os negros e os índios se mesclarem com povos “mais cultos”, pois, “quanto às qualidades positivas, próprias, que eles possuam, estas são tão reduzidas, tão poucas, em comparação às novas qualidades adquiridas, que não se fazem quase sentir”.²² Ou seja, ele acreditava que as ideias adquiridas dos “povos civilizados” iriam pouco a pouco modificar o “caráter primitivo” dos índios e negros a ponto de que, no decorrer das gerações, “o que resta das qualidades essenciais da raça menos culta é bem pouco - bem pouco para influir na diretriz que seguirá a nova sociedade saída desse encontro”.²³

Percebe-se que Bomfim tentou superar as ideias preconceituosas da sua época por meio do elogio ao hibridismo, construindo um discurso no qual os mestiços herdavam as melhores características de seus progenitores. Contudo, ele discriminou as contribuições das culturas/sociedades consideradas historicamente inferiores, elegendo a matriz ocidental como gerenciadora dos costumes e da mentalidade da sociedade brasileira.

20 Ibidem, p. 185.

21 Ibidem, p. 84-85.

22 Ibidem, p. 185.

23 Ibidem, p. 185.

Nesta perspectiva, o sergipano elaborou uma explicação sobre o porquê que os índios e os negros tiveram uma influência reduzida sobre as novas sociedades latino-americanas “nascidas” do encontro destes elementos com os ibéricos.

Os índios e os negros não gozavam da mesma liberdade que os brancos, não gozavam de nenhuma. Eram forçados a contrariar o seu caráter e moldar-se ao dos povos ibéricos, não só pela natural sugestão das gentes mais cultas sobre as incultas, como porque a isto os forçavam ativamente. Não eram livres de dar expressão ao seu gênio e temperamento, nem mesmo no seio dos seus – a prole não lhe pertencia. Viviam a serviço dos brancos, e governavam-se pelo querer e pelos sentimentos destes.²⁴

Como podemos perceber, o discurso de Bomfim elogiou o mestiço, alegando que ele herdava as melhores características dos seus progenitores. Também, em momento algum fez apologia ao embranquecimento das características fenotípicas da população brasileira por meio da mestiçagem. É necessário ter clareza que a mistura de “raças” era enaltecida porque o brasileiro acreditava que ela gerava produtos vigorosos, inteligentes e saudáveis, e não porque ela tinha potencial para gerar descendentes mais brancos. Contudo, é importante ponderar que o ideal de branqueamento entre os homens do princípio do século XX não dizia apenas respeito ao clareamento da cor da pele, mas também estava relacionado à neutralização de certas identidades culturais de determinados grupos étnicos. Neste sentido, Skidmore afirma que “a tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes pelo uso de eufemismos raças “mais adiantadas” e “menos adiantadas” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade nata”.²⁵ Para Skidmore, no Brasil, a teoria do branqueamento, em sua vertente otimista, acreditava que a miscigenação não produzia seres degenerados, mas indivíduos sadios e capazes de se tornarem sempre mais brancos, tanto fisicamente quanto culturalmente.

Pode-se afirmar que, quando Bomfim incentivou a interação e a assimilação entre “diferentes raças”, defendendo que os “povos infantis” adquiririam novas qualidades dos “povos cultos” a ponto de modificar o seu “caráter primitivo”, na prática seu pensamento estava embranquecendo-os culturalmente. Ou seja, existiu uma dose do ideal de branqueamento

24 Ibidem, p. 185.

25 SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976. p. 81.

no discurso de Bomfim, pois os seus escritos estimulavam que os índios, os negros e os mestiços interiorizassem modelos culturais ibéricos a fim de se tornarem “mais civilizados” e pudessem “progredir” de forma mais acelerada. É necessário ressaltar que esta questão era bastante paradoxal no pensamento do sergipano, pois o seu elogio aos “povos civilizados” era feito em relação à cultura ibérica – e não ao “homem branco” – espanhol e português. O indivíduo ibérico era sempre retratado como um ser ganancioso que explorava de forma brutal aos elementos das “demais raças”.

Na visão bomfiniana, portugueses e espanhóis descendiam do “berço” das grandes civilizações, mas, em virtude das suas “atividades parasitárias”, sugando como se fossem carrapatos as energias e riquezas dos indígenas e dos negros, degeneraram e retrocederam. Essa foi a explicação que o intelectual deu ao pensar no porquê Portugal e Espanha deixaram de ser as potências mais poderosas do planeta para virar os países mais atrasados e retrógrados da Europa do começo do século XX.

Mesmo tento admiração pela “civilização” e pela cultura europeia, Bomfim criticou as alegações dos “sociólogos do massacre” que tentavam provar a inferioridade étnica dos povos da América Latina, ao passo que defendiam que os europeus eram derivados de “raças nobres”. Ele visualizava que foi em nome destas ideias que houve tanto incentivo à imigração europeia com a finalidade de melhorar a qualidade étnica do povo latino-americano. Contudo, o intelectual acreditava que esta não era a solução para os problemas destes países.

É necessário ter clareza de que Bomfim não era contrário à imigração de europeus para os países da América do Sul no contexto do final do século XIX e começo do século XX, porém, ele foi um crítico dos resultados deste processo. O que mais o incomodava era a falta de suporte e de preparo do Brasil para receber estes europeus. “É preciso que o meio, aqui, não seja inferior àquele donde ele – o colono – provém. Eleve-se este meio, melhorem-se as condições de vida, para que o emigrante se possa achar feliz aqui”.²⁶ Além disso, não concordava com a concepção que os imigrantes seriam os elementos a trazer a “civilização” e “progresso” para a região. Ao observar este tipo de discurso promulgado por intelectuais brasileiros, afirmou o seguinte:

Temos que convir que é absurdo, reconhecendo que o estado político e econômico do país não é bom, pretender e esperar que os estrangeiros o venham reformar e organizar, educar e aperfeiçoar. Quem emigra, emigra para melhorar de sorte, e não para organizar nações e fazer pátrias.²⁷

26 BOMFIM, Manoel, op. cit., p. 133.

27 BOMFIM, Manoel, op. cit., p. 134.

Segundo o sergipano, o imigrante europeu, não raro, se considerava “superior” a população local, pelo fato de ser branco. Outro problema é o de que os seus descendentes não se misturavam com os naturais. Na concepção de Bomfim, o maior problema da imigração massiva para o Brasil era que os europeus, introduzidos de forma tão abrupta no país, não estavam se assimilando às gentes locais, e os nascidos e criados no país não perdiam o seu “estrangeirismo” e, tampouco, se sentiam brasileiros.

Nas condições atuais das nacionalidades latino-americanas, forçar a emigração é quase um desazo. Em dadas condições é dissolvente para a harmonia social a intromissão violenta de populações que, além de excessivas para a força assimiladora, serão necessariamente refratárias à assimilação e, de alguma sorte, incompatíveis com as gentes naturais. São mais os males dessa colonização precipitada que as vantagens.²⁸

Como se pode perceber, em momento algum Bomfim defendeu que os imigrantes europeus eram melhores do que às gentes naturais. Nesse sentido, ele foi bastante categórico ao afirmar que não existia uma inferioridade racial dos povos da América Latina em relação aos povos europeus, a única “inferioridade” existente em relação aos povos cultos “é a ignorância, é a falta de preparo e de educação para o progresso – eis a inferioridade efetiva; mas ela é curável, facilmente curável”.²⁹ Em relação ao caso brasileiro, argumentava que era necessário que o Estado se comprometesse com a instrução popular de todos os elementos que habitavam o país - dos índios, dos negros, dos mestiços, dos imigrantes e seus descendentes. “Aí está o remédio contra o nosso atraso, contra a miséria geral; e os que têm o coração bem no lugar não se podem negar a esta obra de redenção social”.³⁰ Bomfim expressou ter a certeza de que o Brasil e os países da América Latina poderiam progredir e ter um povo mais adiantado e culto:

A massa da população, onde entra tão grande dose o sangue de raças novas e sadias e as ondas de imigrantes, gentes fortes – pois que, é bem certo, só os fortes emigram – a massa da população tem revelado possuir o vigor e energia precisos para exigir, promover e alimentar esse esforço no caminho do progresso.³¹

28 BOMFIM, Manoel, op. cit., p. 132-133.

29 BOMFIM, Manoel, op. cit., p. 270.

30 BOMFIM, Manoel, op. cit., p. 271.

31 BOMFIM, Manoel, op. cit., p. 250.

Como se pode perceber, Bomfim criticou os resultados imigração massiva para o Brasil porque não acreditava que o europeu era um elemento “civilizador” que poderia promover a “ascensão” da qualidade da população brasileira. Para ele, a sociedade brasileira já era bastante complexa e homogênea antes do processo migratório desencadeado nos fins do século XIX - com a assimilação “espontânea” dos índios, negros e portugueses ao longo de três séculos. A grande dose de sangue de “raças novas” e sadias fazia com que este corpo social fosse perfeitamente capaz de atingir uma cultura superior.

Para Bomfim, as “raças diferentes” que forjaram a sociedade brasileira se assimilam e formaram o povo coeso. Todavia, o processo de imigração massiva estava produzindo resultados negativos no país, pois estava havendo uma introdução violenta de elementos heterogêneos na sociedade, prejudicando assim, a harmonia social. É importante ressaltar que as críticas de Bomfim estavam mais direcionadas a falta de preparo do Estado em receber a imigração em massa do que propriamente aos imigrantes. Isto significa que o discurso do sergipano não era hostil aos estrangeiros e nem pretendia tratá-los sistematicamente como “os outros”. Ao contrário, ele defendia a necessidade destes elementos se assimilarem aos brasileiros a fim de formar uma sociedade mais homogênea em seus costumes e ideias. Assim, se estes indivíduos fossem gradualmente assimilados, eles também fariam parte do povo brasileiro. Isto significa dizer que o discurso do sergipano era profundamente assimilacionista.

Bomfim, sustentava a crença de que os portugueses, os índios e os negros se assimilaram de forma tão espontânea a ponto de formarem um povo coeso no Brasil. Quando os imigrantes europeus chegaram em massa no fim do século XIX, encontraram, na visão do sergipano, um povo que já estava pronto, que era uniforme e harmonioso, resultante do “largo cruzamento”. Contudo, se os imigrantes e seus descendentes se assimilassem com as gentes naturais eles também seriam considerados como brasileiros. Assim, na visão bomfiniana, o Brasil estava “destinado” a ser um país de povo racialmente mestiçado. Bomfim, ao contrário da maioria dos seus contemporâneos, enxergou isto como um fator positivo, uma vez que ele foi bastante pioneiro ao contestar a ideia dominante e amplamente aceita no fim do século XIX e princípio do século XX, de que a espécie humana estava dividida entre “raças superiores” e “raças inferiores”. Ao defender que os índios e os negros não tinham nenhuma inferioridade biológica em relação aos brancos, o intelectual abriu caminho para a construção de uma visão positiva em relação a mestiçagem.



A hereditariedade para Manoel Bomfim

Stéfany Sidô Ventura*

Heredity for Manoel Bomfim

Resumo

Este artigo tem por objetivo discutir o conceito de hereditariedade em Manoel Bomfim. Para tal, a argumentação se centrará em duas obras como fonte: *O Brasil e América Latina Males de Origem*. A proposta é demonstrar a articulação deste conceito (hereditariedade) com o *corpus* teórico-conceitual de época, localizado na segunda metade do século XIX. Desta forma, a hipótese levantada nesta pesquisa é de o conceito de hereditariedade, como apresentado por Manoel Bomfim, é capaz operacionalizar e articular as teorias/conceitos de ciência, progresso, evolução, raça e mestiçagem, na tentativa de produzir uma compreensão sobre a nação e povo brasileiro.

Palavras-chave: História, Hereditariedade, Brasil.

Abstract

This article intends to discuss the concept of heredity in Manoel Bomfim. For that, the argument will focus on two books as source: *O Brasil and America Latina Males de Origem*. The proposal is to demonstrate the articulation of this concept (heredity) with the theoretical-conceptual corpus of the time, located in the second half of the nineteenth century. Thus, the hypothesis raised in this research is that the concept of heredity, as presented by Manoel Bomfim, is able to operationalize and articulate theories / concepts of science, progress, evolution, race and mestizaje in an attempt to produce understanding about the nation and Brazilian people.

Key words: History, Heredity, Brazil.



* Possui graduação em Abi - Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutoranda em História pela UFMG. Tem experiência na área de pesquisa do pensamento político e social brasileiro, com ênfase na temática da mestiçagem. E-mail: stefanysido@gmail.com

Introdução

Para compreender a concepção de hereditariedade em Manoel Bomfim, é preciso estar a par da existência de um corpus teórico-conceitual de época. A partir da segunda metade do século XIX, estendendo-se às décadas iniciais do século XX, há uma produção intelectual, voltada em compreender o Brasil através da “Ciência Histórica”. Este modelo de construção de conhecimento articulava ciências naturais e sociais a fim de construir teorias que fossem eficazes para compreensão do povo e da nação brasileira. Nomes como, Nina Rodrigues, Alberto Torres, Oliveira Vianna, entre tantos outros, são exemplos de intelectuais consonantes com estilo de pensamento de época. Centrados em analisar, interpretar e entender a realidade nacional, estudiosos e letrados buscavam construir uma história nacional capaz de organizar e dar sentido à realidade do país.

Para tanto, o que se percebe é a produção de uma narrativa histórica que converge e articula conceitos formulando um corpus teórico-conceitual de época. Progresso, civilização, evolução, raça e mestiçagem, são termos fundamentais do arcabouço teórico, que se preocupa em compreender a formação e viação da nação brasileira. Este conjunto de conceitos e teorias, (ainda que longe de ser hegemônico ou reduzido a estes termos), dá o tom das discussões intelectuais a partir da segunda metade do século XIX. Esses não são apenas termos privilegiados, mas conceitos específicos, ordenadores de sentido, imperativos da ciência, que colaboraram para compreender e refletir sobre as mais variadas facetas da condição humana.

Partindo do pressuposto da existência deste corpus, a proposta desta pesquisa é analisar como a utilização e articulação das ideias/conceitos de progresso, civilização, evolução, raça e mestiçagem, impactam e ajudam a conformar, em Manoel Bomfim, seu conceito de hereditariedade. Visando operacionalizar esta investigação, tomo como fonte as obras “O Brasil”¹ e “América Latina Males de Origem”².

Manoel Bomfim e a sociedade brasileira

Manoel Bomfim (1868-1932) foi um médico, psicólogo e pedagogo brasileiro. Ele se centrava na tese da sociedade humana como um organismo e, em sua análise do caso brasileiro, concluiu que o país sofria o fenômeno do parasitismo social. Segundo o autor, os povos ibéricos sofreram um

1 BOMFIM, Manoel. *O Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional. 1940.

2 BOMFIM, Manoel. *A América Latina males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks. 1993.



processo degenerativo na linha da evolução e a atrofia de alguns órgãos produziu disfunções por falta de uso. Para Bomfim ³ o parasitismo português sobre o Brasil seria fator chave para entender as condições econômicas e sociais conformadas.

Para Bomfim⁴ a raiz do parasitismo português estaria nas atividades econômicas desenvolvidas na guerra contra os mouros e na exploração da mão de obra escrava, isto é:

[...] assim nos organismos biológicos, como nos organismos sociais. Um animal inferior é um saco; no interior deste saco – constituído por um tecido quase homogêneo, cumprem-se todas as funções – digestão, respiração, circulação; e o saco que se contrai e desloca o animal; não há órgãos diferenciados, nem funções especiais, nem trabalho particularizado, em grupos diversos de tecidos. Um animal superior é um conjunto de órgãos perfeitamente diferenciados, adstritos a funções especializadas, divididas e subdivididas; a digestão, que ali se fazia em comum com todas as outras funções vitais, aqui se multiplica em funções especiais, executadas por uma série de órgãos – dentes, língua, faringe, esôfago, estômago, glândulas várias, tubo digestivo, etc. – órgãos que dividem entre si o trabalho, e são constituídos por elementos diversos⁵.

O autor constata um declínio da sociedade ibérica. Para explicar este fenômeno Bomfim discorre sobre a degenerescência e disfunção dos órgãos, especializações e o dismantelamento de sua divisão do trabalho da sociedade ibérica, a partir do “parasitismo social”⁶. Em sociedades adiantadas há uma diferenciação das funções especializadas, da mesma forma que ocorre com os organismos biológicos.

As atividades são (sub)divididas, complexificando as relações e as atividades da vida social. Em sociedades primitivas, inferiores, os indivíduos compartilham as mesmas condições, todos realizam um número restrito de funções. Assim, se a “marcha do progresso e da evolução” acontece da mesma forma em organismos biológicos e sociais, a condição de “para-

3 BOMFIM, Manoel. *Ibdem*.

4 BOMFIM, Manoel. *Ibdem*.

5 BOMFIM, 1993, p.59

6 A ideia de “parasitismo social”, não é original e exclusiva do pensamento de Manoel Bomfim. Dentro da obra *A América Latina males de origem*, o autor faz referência ao crítico das teorias de hierarquização racial Max-Nordau para apontar que o legítimo fenômeno da degenerescência tem por um de seus motivadores o crime do parasitismo humano. Citando Schaeffle (*apud* Bomfim, 1993) indica que a vida parasitaria produz compensações que podem levar ao excesso de devassidão e bebida.

sitação” é o indicativo da degradação do sistema complexo de divisão do trabalho.

Os órgãos já não trabalham pelo esforço contínuo de desenvolvimento e perdem o hábito de lutar contra a natureza, dada à falta de estímulo contínuo. O progresso “é o resultado da luta do homem com a natureza, para tirar dela o que é preciso à vida, e para evitar as suas inclemências. Para isto, ele vai apurando a inteligência, inventando recursos, adotando tudo que lhe parece facilitar essa conquista necessária”⁷

Dessa forma, a vida parasitária (exploração do trabalho alheio, iniquidades, cobiça e extorsões) de ibéricos sobre outras sociedades lhes impede de apurar os sentimentos de justiça, moralidade, equidade e os valores altruísticos e dos laços solidariedade. O que se tem é a inevitável criação de uma cultura de egoísmos e perversidades, distanciada do progresso moral.

A colonização e o parasitismo predatório eliminou “impérios adiantados, populosos e de civilizações vivazes”⁸ na América Latina, levando o ouro e a prata prodigiosamente e deixando tribos selvagens apavoradas e desmoralizadas. Bomfim⁹ afirma que enquanto havia riquezas naturais, os ibéricos foram guerreiros, conquistadores e depredadores, entretanto, esgotando-as o que se instala é a condição sedentária e parasitária. O regime parasitário produziu no caráter dos países da América Latina¹⁰ (mesmo depois de emancipados) uma influência natural de vícios – enfraquecimento e a violência nas relações - gerados e impostos pela forma de organização colonial.



7 BOMFIM, 1993, p. 167

8 Como indica Bomfim: “O mais sensível e lastimável é a perda de milhões de indivíduos – homens aptos, dos mais aptos entre os nativos da América; homens que não eram mais o selvagem descuidado, sem educação social, sem hábitos de trabalho, vivendo miseravelmente dos recursos naturais da selva e dos rios. Não; eram homens cujo esforço inteligente havia produzido e acumulado riquezas e monumentos, capazes de desvairar os invasores famintos. A conservação de tais indivíduos, ou melhor, a conservação de tais povos e civilizações, respeitados os seus direitos naturais, permitindo-lhes a desenvolver-se segundo seu gênio e caráter, aproveitando-se o concurso, a iniciativa, a inteligência dos adventícios – isto teria trazido à vida econômica das novas sociedades, saídas da fusão e assimilação de uns e de outros, elementos preciosos de *progresso* e estabilidade. Com as populações exterminadas, desapareceu tudo que elas sabiam sobre as coisas deste continente, toda a sua experiência, tudo, enfim, que representava uma perfeita adaptação à natureza americana. E as que não foram destruídas – ameaçadas, escravizadas, cheias de ódios, fugiram para as brenhas, e converteram-se logo em elemento perturbador da vida econômica da colônia, praticando depredações, provocando lutas, exercendo represálias, em que se consumiram inutilmente vidas e energias. (BOMFIM, 1993, p.129)

9 BOMFIM, Manoel. *A América Latina males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks. 1993.

10 Os demais povos da América do Sul sofreram, perturbações nas condições da formação de suas nacionalidades bastante similares ao Brasil. O autor afirma que se advém de antecedentes comuns, os sintomas serão naturalmente os mesmos. Isto porque, as nações colonizadoras, Portugal e Espanha, apresentavam em sua “vida” e “caráter” uma configuração geral de atraso. Esses povos que já estiveram na vanguarda do progresso e foram expoentes da *civilização*, caminham a desorientação, fraqueza e irritação constante (BOMFIM, 1993, p.54).

As influências das metrópoles no organismo das colônias se manifestam em todas as esferas da vida coletiva: econômica, social, política e moral. Assim, os efeitos secundários da parasitação provocam defeitos, anomalias e perversões na constituição e desenvolvimento das sociedades. O regime parasitário introduziu a escravidão negra e como consequência desenvolvimento político e econômico foram turbados pelas imposições de um regime antagônico, opressivo, corrupto e retardatário avesso ao processo evolutivo natural das sociedades. Logo, o parasitismo é o inimigo do progresso.

Além disso, o autor afirma que para levar as sociedades latino-americanas ao progresso é necessário estabelecer uma luta sistemática, consciente e direta contra o passado e deixar despontar apenas a solidariedade afetiva, os sentimentos de hombridade e independência nacional, que são característicos do povo. Este seria, então, o meio de diminuir a distância das nações da América Latina e as realmente progressistas e cultas.

Sendo assim, fatores como a relação de governantes e governados, o aparelho do estado, a massa de colonizadores seguindo os móveis de conduta do enriquecimento e da cobiça, a falta de homogeneidade, a dificuldade de sustentar o nacionalismo e o patriotismo, a tradição parasitária além de hábitos e costumes anacrônicos com a realidade, são elementos que causam profundas perturbações no progresso político, social e geral da sociedade brasileira.

A plasticidade intelectual e o grande poder de assimilação, presentes nos portugueses e passados ao povo brasileiro, são qualidades preciosas para o progresso. Isto porque, o parasitismo ainda que social não causa modificações orgânicas, os efeitos causados por ele são de ordem moral, logo, podem ser corrigidos com a reeducação social. A queda da tradição parasitária e a crítica ao regime apontam para a entrada no progresso.

A ideia de progressão, para Manoel Bomfim, é a capacidade de “raças rudimentares e maleáveis”, a partir da permeabilidade social e moral com sociedades “já caracterizadas e fixas” renovarem-se e atingirem o progresso mais rapidamente que nações velhas (menos adaptáveis e variáveis). Outra forma de atingir o progresso moral e social, para o autor é através da busca constante do desenvolvimento dos sentimentos altruístas, da solidariedade, harmonia e unificação da espécie humana que conformam os elementos de valor superior do homem.

Assim, como ocorre nos organismos biológicos, a sociedade humana, regida por leis sociais, também haveria progredir gradativamente (movimento de progresso normal das populações). Sua apuração e melhoria constantes demonstram a necessidade de se adaptar e vencer as condições da natureza. Entretanto, Bomfim¹¹ afirma que não há uma “corrente

11 BOMFIM, Manoel. *A América Latina males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks. 1993.

fatal” que destine ao progresso. Os recursos científicos, a iluminação da crítica e do saber, a busca constante pela fraternidade e da felicidade são os passos para a marcha do progresso e da evolução.

Bomfim também produz um diálogo crítico com os conceitos darwinismo social a fim de demonstrar que a dominação e subjugação dos povos não era um fator de ordem natural, portanto, não poderia ser uma justificativa para a exploração do trabalho e nem da extinção dos considerados inferiores. O autor vale-se da obra de Darwin para discordar das inatas desigualdades e hierarquizações das raças humanas, desse modo, indica que o progresso humano seria por meio da constituição de um sentimento altruísta e de solidariedade capacitador das relações de cooperação.

Em suas estreitas ligações com a metáfora das ciências biológicas, Bomfim entende a sociedade em condições orgânicas, busca analisar a formulação da nacionalidade como um fator em composição num sentido evolutivo e progressivo. Aguiar¹² pontua que Manoel Bomfim não só toma emprestadas as metáforas biológicas para explicação da experiência histórica brasileira, mas de fato, também se vale de um aporte biológico como instrumento de interpretação da vida social. O preceito de ordem científica é adotado, ainda que com infinitas variantes, pela intelectualidade da época como um discurso de autoridade, o que é ratificado por meio da percepção do mundo natural, poderia ser transportado em alguma medida para o mundo social.

Para concluir, destes fatos, que o cruzamento de raças humanas diferente deva, forçosamente, provocar o aparecimento das qualidades morais grosseiras dos antepassados longínquos da espécie, será preciso que se verifique, pelo menos o aparecimento simultâneo dos caracteres ancestrais de ordem morfológica - e tal não se dá. Não se vê, nos mestiços, nenhum traço fisionômico especial, novo, nenhuma modificação orgânica particular, que possa ser considerada como uma regressão ancestral. Como, então, admitir que deva haver forçosamente uma regressão moral e intelectual - quando, no entanto, o cruzamento se faz, não entre espécies diferentes, mas entre raças diversas, e quando, mesmo no caso dos animais (onde há esta regressão física) não existe regressão intelectual?¹³

Manoel Bomfim define a evolução humana como o “progresso do espírito, a cultura da inteligência para conhecer, a cultura do sentimento

12 AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: Tempo vida e obra de Manoel Bomfim*. Topbooks. 2000.

13 BOMFIM, 1996, p. 206.

para amar”¹⁴. O autor afirma que a nacionalidade é fruto de uma evolução: a confluência de fatores históricos, de tempo e lugar. Portanto, a análise dos antecedentes mostra as forças formadoras do presente, combinando as ações do passado e as condições do meio.

Sendo assim, são as múltiplas variações e combinações destes elementos (naturais e sociais) que constituem a mola que impulsiona a evolução. A evolução está sempre ligada a uma leitura do passado para o encontro com o futuro. Desse modo, o retardo ou a suspensão da marcha necessária para a evolução humana não traz consequências graves à vida orgânica e social da sociedade. Por isso, aqueles que se dispõem a dirigi-la e a guiá-la política e socialmente devem ter por objetivo facilitar o trajeto e procurar o caminho que melhor satisfaça os anseios da evolução.

Manoel Bomfim indica a impossibilidade de suspender a evolução. Entretanto, quando as sociedades só satisfazem os ímpetus egoísticos e se obstinam em não progredir, a marcha da evolução se retarda. O autor mostra que, ao instituírem as colônias nas Américas, os países ibéricos ainda não haviam completado seu quadro de evolução e progresso, a vida parasitária conferiu a eles um processo degenerativo e degradativo, ou seja, um regresso social.

A respeito do futuro da humanidade, Bomfim indica que felizmente a civilização e o progresso encontram na evolução redentora a prosperidade econômica e material por meio do apuro da cultura intelectual. De forma geral, a constante, vital e lenta evolução dos seres sociais, assim como nos biológicos, segue leis gerais que apontam o caminho da evolução mental, social e moral até o mais alto grau evolucionário e se complete.

De acordo com Bomfim¹⁵, a primeira condição para se conquistar a civilização é conhecê-la, entender os recursos disponíveis, as necessidades que se impõem no tempo e no espaço. Assim, o papel do homem na civilização é o de lutar e conquistar a natureza, impor a evolução a “melhor marcha para a conquista de um ideal”. Portanto, o resultado final da civilização deve ser extirpar as dores dos conflitos entre indivíduos, conquistar o progresso social, a felicidade e a harmonia pela cooperação.

A civilização atual tem como pressuposto a liberdade, já que o homem não deve ser um “entrecruzamento de vontades arbitrarias” dentro de seu meio social. Sua ação deve ser baseada numa perfeita inteligência dentro de um regime de liberdade que o permita seguir leis definidas. Manoel Bomfim¹⁶ mostra que para se alcançar a civilização e o bem geral é preciso lutar pelo progresso social e pelo progresso moral da nação a

14 BOMFIM, 1993, p. 240

15 BOMFIM, Manoel. *A América Latina males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks. 1993.

16 BOMFIM, Manoel. *Ibidem*.

fim de afastar as influências contraditórias a ele, injustiças e privilégios. Nesse sentido, o autor ressalta o desejo de justiça e progresso para subir à civilização.

Ademais, Bomfim¹⁷ afirma que no estado em que se encontravam os povos da América Latina, mal podem ser chamados de civilizados. As nações novas só conseguiram progredir um décimo do que é necessário para alcançar e gozar dos mesmos benefícios das nações civilizadas. O efeito deste retardamento, que impedia o Brasil de alcançar o estado da civilização moderna, é a infelicidade pelas condições de inferioridade.

Essas perturbações causadas pela parasitação também tiveram consequências para a civilização ibérica. Nesse passo, Bomfim pontua que as sociedades, após um período de progresso atingindo o estado de civilização superior, degeneram e caem. Isto porque a condição parasitária é antagonista ao próprio progresso da civilização, assim o que se tem é o extermínio de grandes civilizações.

Nas duas obras trabalhadas, Bomfim afirma que há provas da capacidade indígena de atingir uma civilização superior. Segundo o autor, há demonstrações categóricas na história, da perfectibilidade social destes povos. Os impérios que se encontravam na América Latina (Inca e Asteca), cujo estado de civilização era superior ao da Europa central no século IV e V, era obra exclusivamente das raças indígenas.

Nesse sentido, não se pode contestar a capacidade destes povos de sair do estado de selvageria primitiva e chegar ao grau de organização, cultura e civilização que orgulharia os europeus. O autor vale-se das leis de evolução social para afirmar que as dificuldades de vencer a selvageria primitiva e formar uma sociedade disciplinada e organizada é muito maior que levar a cultura moral e intelectual (que possuem as sociedades da Europa) ao indígena. Portanto, não se pode dizer que o indígena é um elemento refratário da civilização.

A conservação de tais civilizações e a permissão de seu desenvolvimento natural (em gênio e em caráter) teriam consequências valorosas: uma vida econômica baseada na assimilação e na fusão, conduzindo ao progresso e à estabilidade. Entretanto, instituída a sociedade de exploração e o regime escravocrata uma massa de sujeitos desmoralizados, contaminada por vícios e defeitos, vivia à margem da civilização que foi reduzida a uma vida rudimentar e primitiva, vivendo em permanente estado de instabilidade e irritação.

Manoel Bomfim, nas duas obras supracitadas, discorre sobre a existência de uma noção de civilização perniciosa. A Europa julgou, sem conhecimento, a situação e a condição política e social da América Latina,



17 BOMFIM, Manoel. *O Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional. 1940.

produzindo um juízo universal condenatório. Essa conformação da opinião europeia desmoralizou e desestimulou a busca por melhorias políticas, econômicas e sociais. A implacável sentença da “incivilização” foi, para os americanos, fontes de dores e sofrimento. O desprezo do mundo civilizado pelas populações americanas fundamentava-se em uma “sociologia da cobiça” onde essas sociedades eram julgadas como incapazes, inferiores e refratárias ao progresso.

Segundo o autor, não se pode considerar um ignorante, vivendo fora do mundo civilizado em primitiva animalidade, como resistente à civilização. A falta de trabalho do espírito, de aspiração superior e de conforto não lhe permitiam sequer cobiçar a civilização. Entretanto, se for aberta a consciência e a inteligência e cercá-lo por estímulos será aberto o caminho da atividade espontânea, fecundaria em desejos de progresso e civilização.

Assim, seria preciso saber o estado da população para instruir e educar a sociedade, a fim de que se chegue ao nível da civilização atual. Quando preparados e esclarecidos, os homens são instrumentos de transformação. Em tal esforço, é preciso combater os males de origem que se impõem ao progresso. Somente dessa forma seria possível vigorar uma América Latina, no movimento do progresso, livre e moderna.

Manoel Bomfim¹⁸ é austero para lidar com a questão da inferioridade racial do indígena e do negro. Ele contesta a premissa da incapacidade de organização e progresso social dos negros, afirmando que se livres das tensões parasitárias, esses ditos “seres inferiores”, caminham rumo a uma evolução social quase perfeita e ideal. De fato, o autor discorda das leituras que afirmam as características negativas intrínseca das raças negra e indígena.

Os defeitos imperdoáveis como indolência e desinteresse, característico das raças, em verdade são a constatação da falta de aspiração e educação social. O autor mostra que os valores do trabalho, os novos desejos, e a vontade de alcançar os “gozos superiores” vêm pelo ensinamento e são conservados pelas garantias que de que estão trabalhando para si.

O autor afirma ainda que se uma raça, seja ela pura ou cruzada, produz indivíduos de grande talento no conhecimento científico, filosófico ou artístico é verdadeiro sinal que esses povos são suscetíveis ao progresso intelectual. Assim, Bomfim¹⁹ mostra que a ínfima produção de gênios na América Latina nada tem a ver com defeitos ou incapacidades mentais das populações, muito antes é consequência das condições de atraso e das

18 BOMFIM, Manoel. *A América Latina males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks. 1993.

19 BOMFIM, Manoel. *A América Latina males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks. 1993.

condições de meio (seguindo os princípios da evolução uma mesma raça ou povo passa períodos de fertilidade e penúria).

Neste sentido, Manoel Bomfim busca compreender o peso dos fatores transmitidos entre as gerações. Para ele as influências hereditárias são as preponderantes e determinantes na formulação do caráter das populações, entretanto, não são as únicas a influir. Nos países latino-americanos, onde foi grande a migração de negros africanos e índios, se vê a presença destes povos na fisionomia moral e intelectual dessas novas sociedades. Porém, essas influências são pouco sensíveis. Indígenas e negros, povos ainda muito atrasados, não possuíam suficientes qualidades, vícios ou virtudes que pudessem provocar a imitação de outros povos.

A partir desta breve exploração do conteúdo central das fontes é possível perceber a complexidade da obra de Manoel Bomfim. O autor mobiliza perspectivas culturais, econômicas, políticas, sociais e científicas na tentativa de compreender os aspectos intrínsecos e singulares da população e nação brasileira. Partindo de uma regressão histórica da colonização, Bomfim produz uma síntese da condição política e social do Brasil.

Fica evidente, a partir das duas obras/fontes, que o autor se vale-se de um corpus teórico-conceitual que amarra e dá sentido às suas análises. Ciência, progresso, evolução, raça e mestiçagem são tomados como princípios/conceitos incontornáveis para a síntese da história nacional. A hereditariedade para Manoel Bomfim, seria um elemento essencial para compreender a formação da população brasileira. De forma a concatenar teorias científicas e psicológicas, o autor problematiza como o fator hereditário pode influir individual e coletivamente no imperativo da evolução e do progresso. Neste sentido, a discussão que se segue neste trabalho visa compreender em que medida o elemento hereditário seria fruto epistêmico da confluência das teorias/conceitos anteriormente citados.

- *Entendendo a hereditariedade*

Manoel Bomfim²⁰ apresenta uma análise orgânica da formação e da condição brasileira. Para ele, a sociedade é um organismo estabelecido e regido por leis categóricas. Dessa forma, a construção dos organismos sociais depende do meio, tempo e lugar. O autor enfatiza o peso da hereditariedade psicológica e social em seus estudos. Segundo Bomfim, a hereditariedade consistiria em:

Transmissão por herança, das qualidades psicológicas, comuns e gerações, dão a cada grupo social um caráter próprio distintivo: transmissão por herança no grupo anglo-saxônico.

20 BOMFIM, Manoel. *A América Latina males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

co, das qualidades que caracterizam o tipo anglo-saxônico; perpetuação nos judeus das qualidades típicas da raça; em resumo, a hereditariedade social é a mesma psicológica.²¹

Para o autor, é impossível negar a vigência e a influência da herança psicológica. De acordo com Bomfim²² os progenitores são os responsáveis por disseminar os caracteres psicológicos da classe, da ordem e da espécie. O caráter estaria ligado mais fortemente ao fator da hereditariedade do que da educação e da imitação. Dessa forma, entende que “se a hereditariedade existe para as qualidades que caracterizam a espécie, e para as qualidades individuais dos progenitores, não pode deixar de existir para os traços psicológicos, típicos da raça ou do grupo”.²³

Assim como os animais, os humanos transmitem traços e caracteres anatômicos, morfológicos e psicológicos, suas aptidões mentais e qualidades morais. Bomfim afirma que o homem não nasce virgem de impressões, muito antes já carrega em si “bem acentuadas, as suas tendências e aptidões psíquicas.”²⁴ Todavia, seu conhecimento e inteligência são condicionados às impressões do mundo exterior, influenciadas pelos estímulos físicos e morais dados pelas condições ambientais.

As tendências, aptidões e inclinações são características herdadas, mas o caráter só se completa por meio da imitação, sugestão e da educação, moldando a tradição e a evolução social. Desse modo, molda-se o ânimo brasileiro: de inteligência pronta, compassivos e cordialmente abertos aos ideais de justiça.²⁵

Nas obras, o autor afirma a impossibilidade de estabelecer uma população homogênea no Brasil, brancos, negros e índios caldeiam-se dando origem aos múltiplos tipos mestiços. Ou seja, a construção de um caráter nacional único e forte fica comprometida. Isso fica claro ao tratar da questão da inserção de imigrantes no Brasil, com relação à qual o autor é categórico:

Tudo isto porque a grandeza *effectiva* e humana de uma nação está no valor moral e mental dos indivíduos, e não no *numero d'elles*. Si aos nossos dirigentes houvesse chegado o reflexo das condições *reaes* a que a politica deve *attender*, *elles* teriam *comprehendido* que, no Brasil (como existe até hoje), dado o nível médio-mental, e politico das populações,

21 BOMFIM, Manoel. 1993, p. 155.

22 BOMFIM, Manoel. *A América Latina males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks. 1993.

23 BOMFIM, Manoel. 1993, p. 156.

24 BOMFIM, Manoel 1993, p. 157.

25 BOMFIM, Manoel. 1940, p.268.

não é possível a grossa e intensa *injecção* de *immigrantes*, sem que o desenvolvimento natural se desequilibre profundamente, sem que a vida geral da Nação se perturbe e que todo o *character* nacional se resista.²⁶

Desta forma, não há uma população superiormente preparada para se impor perante o nível médio-mental, social e político de imigrantes europeus.

Para o autor, o que demarca as diferenças não é a raça, mas sim os fatores da formação histórica brasileira (a escravidão e o parasitismo social português). Os processos históricos brasileiros são influenciadores da imitação e da sugestão, que atribuem ao brasileiro menor grau de disciplina e “cultura”, se comparado aos imigrantes alemães e italianos. Nas obras trabalhadas Bomfim critica a falsa ciência, indiscriminadamente introduzida e incorporada pela elite política e intelectual, baseada nos critérios de hierarquias raciais.



No vazio da inteligência, com a grosseira das inspirações, incapazes de *correspondencia* com a realidade, prontos a explorar o que a força e a riqueza material oferecem, nossos dirigentes são *promptos*, *igualmente*, em *aceitar* quantos conceitos e juízos lhes *dêm* as suas curtas leituras, desde que se *accordem* á insuficiência de pensamento e grosseria de propósitos eu os caracterizam. Assim se explica o empenho com que lhe *appellam* para a *immigração*, o valor que lhe dão as estultices que repetem, quanto á significação histórica do clima brasileiro, e, sobretudo, a empáfia bestial e anti-brasileira com que repetem os interesseiros, falsos e ferozes conceitos, arguidos pela falsa *sciencia*, a serviço do colonialismo, contra os fracos escravizados de *hontem*, dominados e explorados hoje, em nome de uma pretensa superioridade de *raças*.²⁷

Sobre a teoria da inferioridade de raças, O autor afirma ser um sofisma baseado no egoísmo e hipocrisia humana. O resultado prático da aplicação dessa teoria seria a ida dos “superiores” a sociedades “inferiores” em busca de mão de obra para seu sustento. Assim, as classes dirigentes reorganizam e reestruturam sociedades para que elas entrem em conformidade com suas tradições.

As raças, segundo o autor, não possuem hierarquia orgânica ou psíquica. No Brasil, diferente de outras colônias, o processo que se deu mi-

26 BOMFIM, 1940, p. 341-342.

27 BOMFIM, 1940, p. 335-336.

nimizou dificuldades e problemas: o português, que era menos refratário à fusão, à busca do aproveitamento do trabalho indígena e o negro, associados à bondade do coração do brasileiro, produziu uma sociedade sem “prevenções da raça”.

O português²⁸, o mais humano dos colonizadores,²⁹ ganha esse título pela larga fusão de sangue e de costumes indígenas. Dessas “felizes combinações” se tem algo original e essencial para compreender o tipo brasileiro e as “formas sociais peculiares” de sua gente. Ao analisar a influência da mestiçagem, Bomfim observa que a teoria dos efeitos regressivos dos cruzamentos não é assertiva para provar a influência negativa dos cruzamentos raciais.

Não há na história da América Latina um só fato provando que os *mestiços* houvessem degenerado de caráter, relativamente às qualidades essenciais das *raças* progenitoras. Os defeitos e virtudes que possuem vêm da herança que sobre eles pesa, da educação recebida e da adaptação às condições de vida que lhes são oferecidas.³⁰

Contudo, não reconhece, no mestiço traços de regressão³¹ nem caracteres de ordem ancestral, ao contrário, afirma que pode haver “a mistura de qualidades morais e intelectuais, na mestiçagem, pode dar lugar ao aparecimento de aptidões novas”.³²

Conclusão

De acordo com a perspectiva de Manoel Bomfim, a hereditariedade social (transmissão por herança de qualidades psicológicas, comuns e constantes por meio das gerações distintas dos grupos) está associada a formação do povo e, conseqüentemente à nação brasileira.

28 Em referência aos demais povos ibéricos, Bomfim afirma: “O hespanhol cruzava menos. E é por isso que nas colônias de Hespanha, mesmo depois de oito gerações se nomeava “hespanhol”. Elle não accetava, nem mesmo fazer a vida em promiscuidade com as gentes de cor, ao passo que o portuguez, com longo convívio da consta da Africa, facilmente produzia mulatos. É natural, mesmo, que essas facilidades se transmittissem aos descendentes brasileiros.” (BOMFIM, 1940, p. 13)

29 BOMFIM, Manoel. 1940, p. 09.

30 BOMFIM, 1993, p. 264.

31 Em diálogo com os estudos de Darwin, Manoel Bomfim (1993, p. 263) afirma que sua teoria teria juízo mais categórico se retirasse o foco dos “efeitos naturais” dos cruzamentos e centrasse em observar as heranças de martírio, sofrimento e desprezo, verdadeira causa da desorganização moral e social. Em outra passagem, afirma que as geniais obras de Darwin foram injustamente utilizadas para justificar injustiças e vilanias.

32 BOMFIM, 1993, p.262.

A partir da análise das duas obras vê-se, uma espécie de dualidade paradoxal na formulação do conceito. Para Manoel Bomfim a “hereditariedade” psicológica e social trazem consigo características das classes, da ordem e da espécie. Todavia, os estímulos educacionais e do meio podem provocar mudanças na tradição e assim voltar ao curso natural da evolução e progresso social.

Bomfim, muito conectado à perspectiva biológica toma como pressuposto a existência de certos caracteres “inatos”, transmitido num fluxo contínuo entre as gerações. Esses caracteres são traços psicológicos que (con)formam os indivíduos e a sociedade. Ainda que contradizendo as teorias mais pessimistas a respeito da diferenciação e da mistura entre diferentes raças, o autor reconhece haver um elemento constitutivo da alma humana. Desta forma a hereditariedade seria então, inegável.

É importante reforçar a localidade desta discussão. A partir da segunda metade do século XIX há importantes avanços nos campos de estudo da sociologia, história, filosofia, psicologia, economia, entre outros. Fazer-se intelectual neste contexto exigia mobilizar os mais diversos setores do conhecimento a fim de produzir teorias gerais que fossem explicativas do passado, diagnósticos do presente e instrutivas para o futuro.

Evolução e progresso eram ideias que andavam lado a lado, balizando os graus da civilização. Civilização pautada numa perspectiva eurocêntrica que comprimia e discriminava o outro. Manoel Bomfim, fruto de seu tempo, valeu-se dos conceitos de progresso e evolução, produziu reflexões sobre a condição mestiça da população brasileira, buscou compreender as origens do “atraso” e afirmou a influência positiva da educação. Bomfim, se apropriou do corpus teórico-conceitual de sua época para subverter a lógica do subdesenvolvimento da sociedade brasileira. Seu conceito de hereditariedade fala das infames condições impostas pela colonização parasitária como também aponta para a educação como via de transmissão de caracteres que inspirem o progresso e a evolução.



Pedagogia e Psicologia no pensamento de Manoel Bomfim

Wojciech Andrzej Kulesza*

Pedagogy and Psychology in the thought of Manoel Bomfim

Resumo

Precursor do pensamento descolonial no Brasil, Manoel Bomfim participou ativamente do “entusiasmo pela educação” que animou a intelectualidade brasileira nas primeiras décadas do século XX. Formado nas escolas médicas da Bahia e do Rio de Janeiro, ele integrou o movimento de medicalização da sociedade então em curso, focando sua atuação no campo do ensino, combatendo o “mal do analfabetismo”. Neste trabalho, por meio da análise de suas *Lições de Pedagogia* (1915) e das *Noções de Psicologia* (1916), procura-se caracterizar sua apropriação dos debates então realizados no mundo ocidental acerca do papel da psicologia no ensino. Em suas produções posteriores sobre essa temática podemos identificar críticas profundas à concepção de psicologia educacional que viria a se tornar hegemônica a partir dos desdobramentos do movimento da Escola Nova na década de 1930.

Palavras-chave: Manoel Bomfim, teoria da educação, psicologia do ensino

Abstract

A precursor of decolonial thinking in Brazil, Manoel Bomfim participated of the “enthusiasm for education” program that animated the Brazilian intelligentsia in the first decades of the twentieth century. Graduated in the medical schools of Bahia and Rio de Janeiro, he integrated the medicalization movement ongoing in the society, focusing his work in the field of education, combating the ill of illiteracy. In this work, through the analysis of his *Lessons in Pedagogy* (1915) and the *Notions of Psychology* (1916), we aim to characterize his appropriation of the debates that took place in the Western World about the role of psychology in teaching. In his later production on this theme we can identify deep criticisms to the conception of educational psychology that would become hegemonic from the unfolding of the movement of the New School in the decade of 1930.

Keywords: Manoel Bomfim, educational theory, teaching psychology

* Graduado em Física pela Universidade de São Paulo (1971), mestrado em Ciências pela Universidade de São Paulo (1985), doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1991), pós-doutorado na Auburn University (1995/6) e Universidade Federal de Minas Gerais (2014/5). Atualmente é professor titular aposentado da Universidade Federal da Paraíba, pesquisador do Grupo de Pesquisa Ciência, Edu-

cação e Sociedade (GPCES) da UFPB e do Centro de Pesquisa em História da Educação (GEPHE) da UFMG. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Fundamentos da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: instituições escolares, formação de professores, história da educação e ensino de ciências e matemática.





A presença de Manoel de Jesus Bomfim (1868-1932) na historiografia atual é reveladora tanto do caráter poligráfico de sua obra, como da importância de suas análises, realizadas há cerca de um século, para a compreensão da realidade não só brasileira, mas também latino-americana. Lugar comum há algum tempo, hoje não se pode aplicar-lhe de modo nenhum os epítetos de rebelde ou ensaísta esquecido, notadamente porque ele “vem sendo mencionado e estudado em obras recentes que objetivam construir um painel, um panteão de autores e obras que explicam o Brasil”¹ e, sobretudo, “vem sendo sistematicamente estudado em diversos programas de pós-graduação de universidades brasileiras, não apenas na área de história, mas também em outros campos das ciências humanas, em que a imagem de Bomfim como um intelectual singular vem se sobressaindo em diversos estudos”.² Esses juízos, vindos, respectivamente, dos campos da sociologia e da história, circunscrevem os principais estudos acerca da obra do intelectual sergipano, consagrada com a publicação de *América Latina: males de origem* em 1905, derivado confessadamente “do amor de um brasileiro pelo Brasil, da solicitude de um americano pela América”, como intérprete de uma região que ele procurava desvencilhar do colonialismo, a começar pelo combate à “reputação perversamente malévola de que é vítima a América do Sul”.³

Todavia, de um ponto de vista pragmático, ao fim e ao cabo, desembocavam na educação popular todas suas elaborações sociológicas e históricas destinadas não só a compreender, mas também a transformar o Brasil. Formado pelas escolas médicas da Bahia e do Rio de Janeiro, Bomfim integrou o movimento de medicalização da sociedade então em curso, que pretendia curar os “males do país”, fartamente diagnosticados e expostos pelos indicadores sociais então disponíveis, com destaque para as taxas de analfabetismo, para assim incluí-lo no rol dos países civilizados. Ampliando sua atuação nos setores mais carentes relativos à saúde da população, os profissionais da medicina inscreveram no tecido social novas especialidades, tais como a higiene, a puericultura e a psicologia, todas elas em interface direta com a educação. Alçado a dirigente do *Pedagogium* e diretor da Escola Normal, Bomfim aprofundou seu saber médico no campo da psicologia para poder dar conta dessas atividades educacionais, inclusive indo estagiar no laboratório de Alfred Binet em Paris, exatamente no momento em que a psicologia esboçava seu movi-

1 LIPPI, L. Manuel Bomfim: autor esquecido ou fora do tempo? *Sociologia&Antropologia*, 5-3 (2015), pp. 771-797, esp. p. 774.

2 BENTO, L.C. *Cultura histórica e questão nacional na Primeira República: o sentido da formação entre os ensaios e os escritos educacionais de Manoel Bomfim (1897-1930)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. A bibliografia deste trabalho apresenta um apanhado, ainda que não exaustivo, da variedade desses estudos.

3 BOMFIM, M. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 2-3.

mento para se tornar uma referência fundamental para a construção de uma educação científica.

Professor do ensino secundário em matérias relacionadas com sua formação, como a zoologia, em decorrência do cargo na Escola Normal, ele passa a lecionar inicialmente moral e cívica e, posteriormente, pedagogia, matéria à qual se dedica intensamente. Embora se tenha dedicado ao ensino de jovens (e também de adultos, na experiência da Universidade Popular do Ensino Livre), a grande maioria de suas obras didáticas e seus esforços teóricos e práticos estavam voltados para a educação infantil, dentre os quais vale salientar seus diversos livros didáticos para a prática de leitura e sua participação na criação da revista *O Tico-Tico* em 1905.⁴ Antecipando-se a escolanovistas célebres como Lourenço Filho, que lutou nas décadas de 1930 e 1940 contra a legislação que delegava exclusivamente aos Estados a responsabilidade pelo ensino primário,⁵ Bomfim, em sua breve experiência parlamentar, destacou-se por acolher no parlamento nacional projeto que previa a intervenção da União na instrução primária ministrada pelos Estados. Para a concretização do projeto, Bomfim apresentou três propostas: “A primeira delas estipulava que a União fundasse escolas primárias nos estados em locais onde elas não existissem e onde fossem insuficientes; a segunda criava a obrigatoriedade da criação de Escolas Normais federais pela União e a terceira, determinava que a União auxiliasse os estados na proporção da receita per capita de cada um, de modo que os mais carentes fossem mais bem assistidos”.⁶

Focalizando o ensino primário nos albores do século XX, logo denominado “século da criança”, Bomfim irá delimitar claramente o objeto da pedagogia ensinada na Escola Normal: trata-se antes de tudo de educar as crianças para viver no país e fazê-lo progredir. Esse objetivo se coaduna perfeitamente bem com suas propostas de transformação advindas do seu labor de pensar o Brasil, labor compartilhado por inúmeros intérpretes de sua época, mas que, pela sua singularidade, são identificadas na atualidade com o pensamento descolonial.⁷ Qualificado na dissertação de Mallmann⁸ (2011), como “intelectual da educação”, podemos sem dificul-

4 ROSA, Z.P. *O Tico-Tico: meio século de ação recreativa e pedagógica*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

5 KULESZA, W.A. Lourenço Filho e a nacionalização do ensino primário, *Inter-Ação*, 41-1 (2016), p. 1-22.

6 MACHADO, M.C.G.; SILVA, L.A. Manoel Bomfim: debates parlamentares sobre estado e instrução primária na primeira década do século XX. *Inter-Ação*, 41-1 (2016), p. 83-102, esp. p. 95.

7 FILGUEIRA, A.L.S. *A escrita descolonial de Manoel Bomfim: uma conversa com seu pensamento social e político*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

8 MALLMAN, M.C. *Manoel Bomfim: um intelectual polêmico e engajado na Belle Époque tropical (1898-1914)*. Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

dade reconhecer nele as características recorrentes que Vieira identificou nos intelectuais vinculados ao campo educacional na primeira metade do século XX: “ 1) sentimento de pertencimento ao estrato social que, ao longo dos séculos XIX e XX, produziu a identidade social do intelectual; 2) engajamento político propiciado pelo sentimento de missão ou de dever social; 3) elaboração e veiculação do discurso que estabelece a relação entre educação e modernidade; 4) assunção da centralidade do Estado como agente político capaz de realizar as reformas sociais”.⁹

Formado no interior de academias médicas calcadas em suas congêneres europeias, fortemente exposto, portanto, ao colonialismo cultural dominante, Bomfim, ao transitar pela Europa, reforçou sua aversão ao parasitismo metropolitano, no qual identificou os “males de origem” do atraso latino-americano. Todavia, para se informar a respeito da pedagogia, área na qual decidiu se profissionalizar, ele se dirigiu a um dos grandes centros onde se localizava a vanguarda do desenvolvimento das ciências da educação no início do século passado. Bomfim foi ao laboratório de Binet e Dumas em Paris à procura de uma pedagogia científica, munido da concepção de cientificismo que ele tinha absorvido em sua formação médica, isto é, o empirismo tal como sistematizado por Claude Bernard em sua obra clássica sobre a medicina experimental de 1865.¹⁰ Daí a sua escolha por um laboratório caudatário das práticas da fisiologia tomada como paradigma na época para todas as ciências médicas e que o levaria a criar na volta ao Brasil um laboratório de psicologia experimental no Rio de Janeiro. Vivendo intensamente o conflito entre “a hereditariedade, imitação e educação [aproximando-o] dos costumes e processos políticos da metrópole” e “a repulsa, a antipatia e o horror à espoliação” de que era vítima, afastando-o “daquilo que a hereditariedade e a educação”¹¹ lhe impunham, vale perguntar até que ponto sua crítica ao colonialismo, explicitado claramente em sua obra sociológica e histórica, se refletiu em seu pensamento pedagógico, notadamente no que se refere à psicologia da educação, ciência ainda em formação naquele momento e que, portanto, não se apresentava como pronta e acabada para exportação. É o que procuraremos responder a seguir por meio da análise de seus escritos sobre a matéria.

9 VIEIRA, C.E. Intelectuais e Educação, *Pensar a Educação em Revista*, 1-1 (2015), p. 3-21, esp. p.7.

10 Em seu tratado de pedagogia, Bomfim cita explicitamente este autor ao discorrer sobre o método indutivo. BOMFIM, M. *Lições de Pedagogia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1926, p. 134.

11 BOMFIM, M. *A América Latina...*, p. 112.

Uma pedagogia teórica e prática

O início da utilização do método científico próprio das ciências naturais em pedagogia pode ser datado do final do século XIX, acompanhando o movimento nesse sentido empreendido pelas ciências humanas de modo geral e que teve como resultado a formação, dentre outras, das atuais disciplinas de psicologia e sociologia. No início do século XX já era corrente o emprego do termo “ciências da educação” na França, “ciência da educação” na Alemanha e “pesquisa educacional” na Inglaterra para designar a modelização científica de temas próprios da pedagogia.¹² O enfrentamento das questões educacionais por via da psicologia subsidiou a constituição do primeiro campo disciplinar a conquistar sua autonomia da pedagogia, inclusive no Brasil, como pode se observar analisando a evolução dos currículos de nossas escolas normais.¹³ Nos prefácios das edições da obra de Manoel Bomfim, *Lições de Pedagogia*, podemos encontrar o registro dessa transição tal como ocorreu nessa instituição no Distrito Federal. Na primeira edição de 1915, esclarecendo que seu livro se baseia nas lições dadas na Escola Normal do Rio de Janeiro na cadeira de Pedagogia, Bomfim explica que: “desde que se criou a cadeira de Pedagogia na Escola Normal, há 18 anos, foi ela desdobrada em dois cursos – um preparatório, de psicologia, feito na terceira série, e o de Pedagogia e Metodologia, professado na quarta série”.¹⁴ Por causa disso, ele decidiu tratar as duas matérias em separado, sendo a psicologia objeto do seu livro, *Noções de Psicologia*, publicado no ano seguinte. Já no prefácio à segunda edição das *Lições*, datado de dezembro de 1917, Bomfim registra: “O regulamento e os programas da Escola Normal do Distrito Federal foram de novo reformados. Hoje a Pedagogia e a Psicologia estão absolutamente separadas, e com professores diferentes”.¹⁵ De fato, em 1916 o médico psiquiatra Maurício de Medeiros já havia assumido a cadeira de Psicologia da Escola Normal.¹⁶

Concluindo esse prefácio, ele se exime de tecer qualquer comentário sobre “a organização didática atual” da escola, uma vez que as reformas “se amiúdam mais que as sedições”, estando já naquela ocasião anunciada nova reforma. Lembremos que no primeiro prefácio, antecipando a reforma feita por Anísio Teixeira no Instituto de Educação em 1930, Bomfim

12 HOFSTETTER, R.; SCHNEUWLY, B. (Eds.). *Le pari des sciences de l'éducation*. Bruxelles : De Boeck & Larcier, 2001, p. 7.

13 KULESZA, W.A. Formação docente na Escola Normal da Paraíba. In: R.L.T. CORREA; A.W.P.C. MENDONÇA; R.H.S. SIMÕES(Orgs.). *História da Profissão Docente no Brasil*. Vitória: EDUFES, 2011, p. 109-141.

14 BOMFIM, M. *Lições de Pedagogia...*, p. 5. Nesta e nas demais citações das obras de Bomfim atualizou-se a ortografia e manteve-se a pontuação original.

15 *Ibidem*, p. 7.

16 ACCÁCIO, L.O. A Escola Normal que virou Instituto de Educação. In: J.C.S. ARAÚJO; A.G.B. FREITAS; A.P.C. LOPES(Orgs.). *As escolas normais no Brasil*. Campinas: Alínea, 2008, p. 220.



havia criticado a separação das metodologias de ensino das matérias do programa da escola primária de suas respectivas disciplinas, “todas professadas como o seriam num Liceu secundário”, descaracterizando assim a profissionalização do professor primário.¹⁷ Com a mesma preocupação, ele ainda criticou nesse prefácio a tentativa de subsumir a psicologia na pedagogia, constante da reforma realizada no ano anterior que reduziu as duas disciplinas, Psicologia e Pedagogia, a um único curso de um ano, fato que ele considerava tão absurdo quanto “fazer desaparecer a ciência da Fisiologia na arte da Higiene”. Fazemos essa observação para exemplificar sua pouca autoridade no interior da Escola Normal, cuja congregação era justamente dominada pelos professores das disciplinas de formação geral do ensino secundário, muitos deles titulares dessas mesmas matérias no tradicional Colégio Pedro II. Essa era uma situação recorrente nesses tempos em processo de disciplinarização dos saberes: de modo geral, os médicos eram considerados *outsiders* no campo educacional, acatados apenas como professores das matérias diretamente relacionadas com sua profissão como a biologia. Como relata Daniel Hameline em sua apreciação histórica a respeito dos percalços da pedagogia na França, mesmo Alfred Binet no auge da fama não seria convidado por Ferdinand Buisson para escrever algum verbete para a nova edição de seu consagrado *Dictionnaire de Pédagogie* publicada em 1911.¹⁸

Bomfim apõe às suas *Lições de Pedagogia* o subtítulo *Teoria e Prática da Educação* com o objetivo de alertar o leitor que não se trata simplesmente da exposição de uma doutrina, mas também de sua aplicação prática na realidade escolar. Para ele a pedagogia é “a aplicação racional dos princípios científicos – biologia, psicologia, sociologia ... à arte da educação”,¹⁹ numa clara apropriação da aposta nas ciências da educação então dominante no mundo ocidental, assimilação facilitada por sua formação plasmada no entendimento da medicina como ciência aplicada à arte de curar. Acompanhando as concepções modernas a respeito da criança como um ser em formação, ele ressalta sua autonomia: “A entidade a que se aplica a educação [a criança] não existe quase, nem está caracterizada, quando a obra educativa começa; é uma individualidade que se deve formar como resultado da própria educação”.²⁰ Escolanovista *avant la lettre*, Bomfim considera a criança como sujeito ativo do processo de aprendizagem no qual, mais do que as tendências e inclinações herdadas, a mente tem papel determinante. Como o fim da educação consiste na adaptação

17 BOMFIM, M. *Lições de Pedagogia...*, p. 6.

18 HAMELINE, D. *Pédagogie*. In: HOFSTETTER, R. ; SCHNEUWLY, B.(Eds.). *Le pari des sciences de l'éducation...*, p. 231.

19 BOMFIM, M. *Lições de Pedagogia...*, p. 6.

20 *Ibidem*, p. 10.

ao meio, físico e social, em que vive a criança e como “essa adaptação é de caráter essencialmente psíquico”, Bomfim, embora reconheça que “a pedagogia se deve inspirar em todas as ciências – físicas, naturais, históricas e sociais”, privilegia a contribuição da psicologia, uma vez que é esta “que lhe dá os principais subsídios”, concluindo, “sem hesitação”, que “o estudo sistemático da Pedagogia deve ser precedido do estudo também sistemático e científico da vida psíquica ou das atividades conscientes”.²¹ Fica assim justificada sua indicação da psicologia, muito mais próxima de se tornar científica, como um pré-requisito para o ensino da pedagogia na Escola Normal.

Para Bomfim, entretanto, a psicologia não se limita a nos informar sobre a natureza do educando, mas é essencial também para compreender as representações que a vida social engendra através das relações entre as consciências individuais: “Dada a natureza e o viver social da espécie, as formas e os processos de adaptação se generalizam em grande parte, constituindo uma sorte de experiência comum, social, e essa experiência concretizada na tradição, transmite-se de geração em geração”.²² Vemos assim que ele não compartilha a dicotomia, à maneira de Durkheim, entre o ser individual e o ser social, uma vez que é na interação da criança com o meio social (para ele, essencialmente moral) que ela se socializa perfazendo um processo caracteristicamente humano: “Toda superioridade da espécie humana está, pois, nesse psiquismo socializado que permite condensar em cada individualidade, em cada consciência, a experiência de todas as outras”. Essa compreensão ampla da psicologia faz com que Bomfim defina a educação como a “*forma de transmissão psíquica dos processos e das capacidades adaptativas*”, integrando amplamente a esse processo social categorias próprias do pensamento.²³

Utilizando um advérbio frequente em sua linguagem, Bomfim termina por concluir que “o próprio pensamento é nimamente social, e inteiramente dependente do meio”, fazendo com que a formação das consciências seja “uma espécie de absorção e assimilação da experiência geral” e, portanto, dependente dos “recursos que a vida social põe à sua disposição”.²⁴ Isto não quer dizer que haja a formação de uma mesma consciência para todos aqueles imersos num determinado meio social, porquanto, embora “em si mesma, a educação seja conformadora, uniformizadora, pois que é a adaptação a um meio geral, sob a influência decisiva desse meio”, ela se aplica a diferentes individualidades e, portanto, forma também di-

21 Ibidem, p. 14.

22 Ibidem, p. 13.

23 Ibidem, p. 13, ênfase no original.

24 Ibidem, p. 16.

ferentes personalidades.²⁵ A educação, com base nas características dos indivíduos, objetiva conduzi-los “ao máximo de perfeição possível” e esse processo de promoção dos indivíduos acarreta uma elevação concomitante do meio social: “quanto mais perfeita se fizer a adaptação de cada um, quanto mais se apurarem as personalidades, mais elevado, mais culto será o meio”.²⁶ É baseado nesse processo de socialização que Bomfim apregoa o valor iniludível da educação como fator de progresso social, mormente em países “parasitados” como o Brasil, uma vez que a efetivação do progresso “facilita o aproveitamento dos talentos e estimula as vontades”.

Vemos assim que o tipo de psicologia social elaborado por Bomfim, que considera a consciência fortemente dependente das condições de existência, não anula a livre manifestação da vontade, zelo que toda educação deve abraçar, pois, um regime impositivo de educação no qual “o indivíduo se forma em oposição consigo mesmo”, o fará alimentar o tempo todo “a aspiração de libertar-se das normas que lhe são dadas”.²⁷ Daí ele considerar o prazer como indicador de que a criança esteja sendo adequadamente educada num meio no qual “multiplicam-se os encontros da criança com a vida comum, que se torna, assim, a grande mestra, a grande educadora”,²⁸ pois “é brincando que a criança se inicia na vida”.²⁹ Partidário do método intuitivo e das lições de coisas, tendência então generalizada entre os educadores propugnadores da escola nova ou ativa, Bomfim desprezava a “didática em que o ensino é considerado, e é feito, apenas, sob o aspecto de simples transmissão dos conhecimentos”.³⁰ Tendo como mote o dístico de que o objetivo da escola é “ensinar a aprender”, ele já defendia também a aplicação do princípio *multum, non multa* na elaboração do currículo, prescrições características do progressivismo em educação.

Bomfim, que havia seguido em Paris a aplicação do método hipotético-dedutivo das ciências naturais na psicologia, procura agora estender essa aplicação à pedagogia. Assim, antes de discorrer sobre as metodologias das matérias específicas ele afirma que só existe um método em pedagogia, “o método normal à marcha racional do pensamento humano”.³¹ Como prescrevia Dewey pela mesma época, saber como o aluno pensa, como nós pensamos, é a chave da metodologia do ensino de qualquer matéria. E o melhor modelo, aquele cuja aplicação vinha fornecendo



25 Ibidem, p. 24.

26 Ibidem, p. 29.

27 Ibidem, p. 46.

28 Ibidem, p. 24.

29 Ibidem, p. 43.

30 Ibidem, p. 87.

31 Ibidem, p. 88.

os melhores resultados na ampliação dos conhecimentos desde o século XVII, é o método científico atualizado pelos avanços da biologia no século XIX. Pela utilização das ideias evolucionistas então em voga, popularizadas pela chamada lei da repetição ou recapitulação de Haeckel segundo a qual cada indivíduo refaz abreviadamente o movimento de evolução da espécie no decorrer da história, Bomfim deduz que “o método pedagógico *recapitula, reproduz e abrevia* o método científico”.³² E, mais adiante, discorrendo sobre o indispensável papel da imaginação na elaboração dos conceitos científicos, ele afirma que essa atividade mental “não poderia deixar de o ser, também, na instrução que, para ser bem-feita e eficaz, deve ser a recapitulação abreviada e inteligente do método científico”.³³

Levando adiante seu projeto científicista, Bomfim passa a aplicar suas ideias pedagógicas na formulação das metodologias das diversas matérias de ensino. A primeira com a qual ele se ocupa, sem dúvida a mais relevante na escola primária, é a linguagem. Para isso ele faz uma análise da noção corrente da linguagem verbal como expressão do pensamento, de onde decorre a ideia de que quem bem se expressa, pensa bem e, portanto, a metodologia do ensino da linguagem deve se basear no ensino da gramática com suas normas e regras, exatamente porque aprendendo a se expressar corretamente a criança aprimora seu pensamento. Criticando essa concepção, porque baseada no pressuposto de que a linguagem é exterior ao pensamento, ele argumenta que o fato da linguagem ser o principal instrumento de comunicação entre os homens, não significa que nela estejam representadas todas as relações sociais, como pretendia o estruturalismo saussuriano pela mesma época. Na verdade, antes do falar o pensamento já é social e se a linguagem exibe uma estrutura é porque ela está reproduzindo o pensamento. A possibilidade de comunicação através da linguagem, a “equivalência entre as consciências” como escreve Bomfim, se estabelece antes da exteriorização da fala, pois “desde que o pensamento se define numa consciência, já é com uma relativa equivalência de representação com o das outras consciências, porque, como o dissemos: o próprio pensamento tem caráter social”.³⁴

Como para Bomfim o reconhecimento do outro pela criança se manifesta por seu comportamento imitativo, inicialmente de maneira puramente instintiva, ao aplicar suas ideias às metodologias do ensino ele se depara com as limitações de seu modelo que, em última instância, inviabilizam seu projeto de elaborar uma pedagogia científica. Diz ele que “a criança é

32 Ibidem, p. 90, ênfase no original.

33 Ibidem, p. 141.

34 Ibidem, p. 169.

educável porque imita”,³⁵ todavia ela só “inventa, porque imita”.³⁶ A infinita criatividade da criança impede que haja uma apropriação única da palavra e, conseqüentemente, é impossível produzir um ambiente didático capaz de conduzir inexoravelmente os alunos a um conhecimento determinado *a priori*. Como corolário desse impedimento, por extensão do argumento, Bomfim coloca sob suspeita a própria possibilidade de construção, como uma das ciências da educação, de uma psicologia científica, projeto que procurou emular após sua volta ao Brasil e que figura registrado na folha de rosto das *Lições de Pedagogia*, pela apresentação do autor como Diretor do Laboratório de Psicologia Experimental. Totalmente envolvido com as discussões a respeito das relações entre pensamento e linguagem na criança que ocupavam a vanguarda da psicologia na época, Bomfim procura então elaborar uma saída aos impasses que encontrou no momento em que procurava aplicar no Brasil as ideias que o animaram na Europa.



Uma psicologia para a educação

No prefácio ao livro *Noções de Psicologia* que ele publicou em 1916 para complementar suas *Lições de Pedagogia*, Bomfim já reconhecia as dificuldades que uma psicologia científica da educação teria que enfrentar. Recusando-se a utilizar a didática tradicional, “banal e pretenciosa”, das definições e proposições para abordar o estudo da psicologia, porque “o material de estudo é copiosíssimo, inexaurível, a variedade de manifestações infinita”, ele diz que o ideal seria apresentar a estrutura e as funções da mente concretamente, tal “como quando queremos fazer conhecer a vida do organismo pela apreciação direta da atividade fisiológica”.³⁷ Porém, as interrelações entre os processos e as funções psíquicas tornam imprecisa a distinção entre “um juízo e uma ideia, entre a memória e a imaginação”, inviabilizando o paradigma fisiológico tão caro a ele. Para corroborar seus argumentos, Bomfim recorre ao depoimento abalizado de Wundt que, “depois de trinta anos de psicologia de laboratório” considerou insignificantes seus achados quantitativos de algumas funções psicofísicas relativamente ao que considerava sua grande descoberta: “a união fundamental de todas as funções psíquicas”.³⁸ Todavia, mesmo questionando o modelo fisiológico e apontando suas limitações, seu livro está calcado nesse modelo como ele acaba confessando no prefácio: “a ordem adotada nessa exposição é a geralmente aceita nas obras congêne-

35 Ibidem, p. 37.

36 Ibidem, p. 40.

37 BOMFIM, M. *Noções de Psicologia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917, p. 5.

38 Ibidem, p. 6.

res da didática francesa”.³⁹ De fato, depois de um curto primeiro capítulo no qual ele discute o objeto da psicologia, o segundo trata da “condição orgânica dos fatos psíquicos: o sistema nervoso”, no qual ele parte da afirmação de que “os fenômenos psíquicos são, ao mesmo tempo, fenômenos fisiológicos”.⁴⁰

Pensado inicialmente como pré-requisito ao seu manual de pedagogia, com a autonomização da disciplina de psicologia na Escola Normal, suas *Noções* transformaram-se num volumoso tratado, alcançando quase as 400 páginas das *Lições*. Escritos quase que simultaneamente os dois livros têm muita coisa em comum e mesmo trechos compartilhados e, principalmente, se assentam sobre a mesma base psicológica, aquela que Bomfim pôde captar em seu estágio em Paris. Palco de debates e controvérsias próprias de uma disciplina em formação, o território da psicologia das primeiras décadas do século XX compreendia tanto os que provinham das cadeiras de Filosofia como aqueles vindos das cadeiras de Medicina, estes voltados principalmente ao experimentalismo. Vários “laboratórios” e “escolas” disputavam apaixonadamente entre si a primazia, tanto na teoria, quanto na metodologia da pesquisa, de como desenvolver o conhecimento na área. Como costuma acontecer com todo neófito, Bomfim incorporou rapidamente a visão dominante no laboratório, abraçando suas causas e combatendo as concepções concorrentes. Podemos vislumbrar um pouco desse processo de conversão vivido por Bomfim em seu estágio parisiense, numa extensa nota encontrada em seu livro relativa à relação entre a psicologia infantil e a educação.⁴¹ Reconhecendo inicialmente o valor do estudo dos processos psíquicos na criança pela oportunidade de “surpreender em flagrante essas formas simples e primitivas”, critica, no entanto, aqueles que consideram a psicologia da criança totalmente diversa da psicologia do adulto: “o homem é a criança que se formou. Há tanta razão para fazer-se uma psicologia infantil à parte, como para criar-se uma *fisiologia da puerícia*, independente da ciência fisiológica”. Invetivando contra aqueles que tentavam construir uma ciência da criança autônoma, a pedologia, institucionalmente liderada então pelo Instituto

39 Ibidem, p. 7.

40 Ibidem, p. 19. No prefácio do seu livro *Pensar e Dizer*, Rio de Janeiro, Electros, 1923, p. 13, nota 2, Bomfim nos revela sua admiração pela obra de Henri-Étienne Beaunis, despertada durante a leitura da introdução do livro *Nouveaux Éléments de physiologie humaine comprenant les principes de la physiologie comparée et de la physiologie générale* quando fazia seu curso de medicina, livro no qual Beaunis revela sua inclinação para a elaboração de uma psicologia de base fisiológica. Cf. NICOLAS, S. Henri Beaunis (1830–1921), Directeur-fondateur du laboratoire de psychologie physiologique de la sorbonne. *L'année Psychologique*, 95 (2005), p. 267-291.

41 Ibidem, p. 330, nota 1.

Jean Jacques Rousseau em Genebra,⁴² Bomfim critica especialmente “as laboriosas concepções pedológicas do Sr. Claparède”, fundador e diretor daquele Instituto. Para ele, uma tal concepção de psicologia se aplicada à educação teria os “mais desastrosos efeitos”, exatamente devido ao “seu estreito biologismo”. Estendendo sua crítica à situação da psicologia da educação no Brasil, ele condena a influência de Claparède: “os que o consultam, aqui, o tornam ainda mais estreito”.

Todavia, paulatinamente, Bomfim foi se afastando da psicologia experimental apreendida na França, poupando apenas Binet, voltando-se para o estudo das chamadas “funções mentais superiores”, notadamente a linguagem.⁴³ Em 1923 ele publica *Pensar e Dizer*, cujo subtítulo “Estudo do Símbolo no pensamento e na linguagem”, revela a extensão da sua reflexão para além da linguagem verbal. Aprofundando sua crença no caráter social do pensamento, já no prefácio ele afirma que “o característico da psique humana está, justamente, nisto, ela é essencialmente socializada e se faz como função da comunicação individual. Deixasse de haver comunicação das consciências e tudo isto que consideramos como vida do espírito teria cessado”.⁴⁴ Apesar dessa reconhecida importância da linguagem, Bomfim se queixa de que ela “quase não existe como assunto explícito para estudo dos psicólogos”, ocupando-se com ela outros profissionais, principalmente os linguistas e gramáticos.⁴⁵ Como estes consideram que “a linguagem é simples expressão do pensamento”, “mera roupagem, por fora dele, fazem também a sua obra por fora do pensamento”.⁴⁶ Fazendo uma devastadora crítica daqueles que dissociam a linguagem do pensamento, ele conclui que “enquanto a linguagem for considerada uma existência distinta do pensamento e, a palavra, um simples arranjo de sons, teremos a linguística aparatosa e estéril”.⁴⁷

Radicalizando sua posição, Bomfim havia retomado o paradigma biológico, mas não nos moldes da fisiologia, mas sim do evolucionismo de matriz darwinista que tanto o influenciou como ele chega a confessar: “na insignificância do meu pensamento, se me eliminassem do espírito a influência dos evolucionistas, seria como se lhe tivessem desfeito toda

42 DEPAEPE, M. La recherche expérimentale em éducation de 1890 à 1940, In: HOFSTETTER, R. ; SCHNEUWLY, B.(Eds.). *Le pari des sciences de l'éducation...*, p. 340.

43 CAMPOS, R.H.F.; GOUVEA, M.C.S.; GUIMARÃES, P.C.D. A recepção das obras de Binet e dos testes psicométricos no Brasil. *Revista Brasileira de História da Educação*, 14-2 (2014), p. 215-242, esp. p. 226.

44 BOMFIM, M.: *Pensar e Dizer...*, p. 7.

45 Ibidem, p. 8.

46 Ibidem, p. 9.

47 Ibidem, p. 12.



estrutura de ideias”.⁴⁸ Em artigo publicado no *Jornal do Comércio* em 1921, ele considera que, na espécie humana, a educação substitui a herança biológica na transmissão da experiência geral da espécie: graças a ela “cada personalidade nova pode resumir o progresso moral e mental da humanidade”.⁴⁹ Identificando três fases de desenvolvimento na constituição do ser humano completo, gestação, aleitamento e educação, Bomfim formula uma analogia semelhante à de Dewey segundo a qual “o que a nutrição e a reprodução são para a vida fisiológica, a educação é para a vida social”.⁵⁰ No livro de 1923, Bomfim desenvolve ainda mais essa ideia de que “o espírito se forma resumindo e condensando a experiência geral da espécie”, elaborando até uma metáfora para explanar sua concepção: “Para bem compreender a vida do espírito fora preciso representar cada indivíduo como sendo o nó vivo, de uma teia igualmente viva e ativa, a sociedade – espécie de trama, urdida em todos os sentidos possíveis, e cuja atividade se manifestasse justamente como produtos desses nós”.⁵¹ É irresistível cogitar como essa metáfora seria do agrado de Norbert Elias, que também não dissociava a pessoa da sociedade se recusando “a conceber a pessoa, e portanto a nós mesmos, como um eu destituído de um nós”.⁵² Essa postura epistemológica comum a Bomfim e ao sociólogo do “processo civilizador” transparece também na sua crítica à psicologia que se limita “a analisar a exclusividade de cada consciência, isoladamente, sem referência constante ao viver social e às suas influências”.⁵³

Fazendo uma retrospectiva histórica do desenvolvimento da psicologia experimental, Bomfim revela que as esperanças postas nos resultados dos laboratórios, que assistiram à formação de “batalhões de medidores de limiar de consciência e tomadores de tempo de reação”, não tiveram o efeito esperado e quando de sua estada em Paris em 1902, “já era muito sensível a crise de descrença e desilusão nos laboratórios”.⁵⁴ Referindo-se novamente ao testemunho de Wundt (desta vez revelando que o colheu numa nota de um texto traduzido de William James, *Palestras Pedagógicas*, livro publicado em São Paulo em 1917), Bomfim alinha também Binet entre os desiludidos com o associativismo ingênuo tipo estímulo-respos-

48 Ibidem, p. 22.

49 GONTIJO, R. *Manoel Bomfim*. Recife: Massangana, 2010, p. 74.

50 BORGES, R.F. *A pedagogia de Manoel Bomfim: uma proposta higienista na educação*, Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006, p. 51.

51 Ibidem, p. 18.

52 ELIAS, N. *A Sociedade dos Indivíduos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 9.

53 BOMFIM, M. *Pensar e Dizer...*, p. 20.

54 Ibidem, p. 23.

ta.⁵⁵ Incluindo-se nesse grupo em busca de novos caminhos para a psicologia, ele avalia negativamente os 12 anos de trabalho no seu laboratório do *Pedagogium*: “nas pastas, ainda estão acumuladas anotações, traçados, fileiras de cifras ... e nunca tive coragem para organizar uma parte qualquer desses dados, e de os publicar, porque nunca obtive uma elucidação satisfatória”.⁵⁶ O livro *Pensar e Dizer* é o resultado de sua procura de um “método que não é corrente entre os psicólogos”, que ele denomina método interpretativo aplicado à literatura, ao que ele se apressa em explicar que não se trata de “um estudo de crítica literária, mas pura interpretação de documentos de pensamento e linguagem”.⁵⁷

Autor de livros didáticos para o aprendizado da leitura, Bomfim se propõe a ler textos escolhidos para poder interpretar o ato de escrever. Selecionando para ler “textos de escritores nossos, sobretudo poetas, onde o imaginar dos símbolos sugestivos é mais plástico e nítido”, ele escolhe preferencialmente os parnasianos, com destaque para Alberto de Oliveira, “porque não só lhe compreendo o pensamento, como o sinto na essência do seu idiomatismo. Não poderia ser traído no interpretar”. Crítico, como vimos, da linguagem como expressão do pensamento, ele recorre aos símbolos para mediar essa relação, garantindo assim a sociabilidade da linguagem, uma vez que os símbolos são inelutavelmente criações humanas. Distinguindo duas funções no símbolo, como instrumento de pensamento e como instrumento de comunicação, ele mostra sua importância para o desenvolvimento no homem do que ele chama “consciência refletida”, isto é, a consciência de que se é consciente, condição *sine qua non* para que se efetive a comunicação entre os homens: “na reflexão das consciências, reconhecemo-nos semelhantes em propriedades, atividades e manifestações; verificamos que o mundo exterior dá lugar nos outros a manifestações análogas às que se produzem em nós mesmos(...) interpretamos, pelo que se passa em nós mesmos, o que nos é indicado ou sugerido nos símbolos que percebemos(...)temos como certo que na mente de quem o produz ocorre este mesmo valor, essa mesma ideia(...)e está realizada a comunicação”.⁵⁸

Considerando os símbolos como expressão das ideias articuladas pelo pensamento, Bomfim discorre sobre o processo pelo qual esses símbolos se materializam como linguagem, isto é, o próprio escrever, o que permite que leiamos também o título de seu livro como *Pensar e Escrever*. E quem ousa esse cometimento, deve dominar bem as ideias como instrumentos de expressão, tarefa difícil porque as ideias são “essências vivas do es-

55 Ibidem, p. 24-25.

56 Ibidem, p. 27.

57 Ibidem, p. 14-15.

58 Ibidem, p. 318.



pírito e, com isto, esquivas, indomáveis... Ora, potentes demais, para as proporções do juízo para onde as trazemos; ora, fluidas ou evanescentes, na construção onde as empregamos”.⁵⁹ Citando o poema *Inania Verba* de Olavo Bilac, ele descreve “a agrura e ânsia desse esforço” realizado pelos escritores e que se torna uma verdadeira tortura quando se trata de um trabalho original: “Sim, é tortura, penar de fúria e desespero, o da consciência onde novos valores mentais se criaram, por termo de aturadas elucubrações e, já limitados e definidos em símbolos, tais valores não se produzem para além, em outras consciências(...)A pessoa construiu um mundo na sua inteligência, mas como esse mundo é de concepções novas, está fechado às outras consciências”.⁶⁰ Podemos tomar este trecho como uma queixa autobiográfica, dado o não reconhecimento pela maioria de seus contemporâneos do valor da sua obra histórica, especialmente sua interpretação da América Latina exposta nos *Males de Origem* e logo criticada de forma devastadora por Silvio Romero.⁶¹

Também no campo da psicologia Bomfim foi se afastando cada vez mais das correntes que iriam consolidar a psicologia da educação no Brasil como a mais importante ciência da educação, tanto para o ensino como para a pesquisa, situação que iria vigorar até meados da década de 1960 quando outras ciências sociais entram em cena. Sua autoridade como psicólogo do escolar faria com que ele fosse convidado em 1924 para fazer parte de uma comissão destinada a estudar o uso de testes nas escolas do município do Rio de Janeiro e que resultou na publicação do livro *O Método dos Testes* em 1928. No prefácio, datado de maio de 1926, Bomfim procura eximir as professoras da Escola de Aplicação, suas colaboradoras na elaboração do trabalho, das “afirmações contestáveis, cuja responsabilidade quero assumir como dever pessoal de quem se aventurou a contrariar exageros”, referindo-se especificamente à sua crítica “da mecanização dos testes pelos norte-americanos”.⁶² Mais adiante ele explicita seu entendimento da questão: “Tais testes, sim-não, certo-errado, fazem-se, reduzindo as crianças a máquinas de fornecimento automático; aplica-se a moeda e sai o pacote de chocolate...contam-se as respostas e está o saber do aluno matematicamente medido”. Introdutor dos testes de Binet no Brasil, Bomfim prossegue: “É certo que Binet falou em *medida da inteligência*, mas ele mesmo acentua que se trata de uma apreciação aproximativa e que os testes têm que ser *interpretados*”,⁶³ afirmando as-

59 Ibidem, p. 412.

60 Ibidem, p. 423.

61 AGUIAR, I.C.D. *Disputa intelectual ou a impertinência de um polemista*, Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

62 BOMFIM, M. *O Methodo dos Tests*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1928, p. 7.

63 Ibidem, p. 63, ênfases no original.



sim a necessidade da contextualização na elaboração de uma psicologia aplicável à educação.

À guisa de conclusão

Analisando o surgimento mundializado da “escola de massas” a partir da segunda metade do século XIX, espaço institucional capaz de acolher a educação popular preconizada por Bomfim, António Nóvoa destaca dois movimentos concomitantes nesse processo: a construção da pedagogia científica e a profissionalização docente.⁶⁴ Podemos situar Bomfim entre aqueles que se propunham a erigir uma pedagogia científica, descolada porém da profissionalização baseada na autoridade que essa formação moderna conferia aos professores detentores desse saber docente. Defensor de uma educação popular laica como dever do Estado, Bomfim salientava o papel da educação como promotora do progresso e da superação do atraso. Como ele apregoava já em 1903: “Hoje, o indispensável e urgente é aplicar ao nosso meio e às nossas necessidades a ciência que já está feita, difundir as verdades adquiridas e os bons métodos de estudo; ao mesmo tempo, nos é preciso observar, estudar e interpretar aquilo que, sendo peculiar ao nosso meio, ainda não é do domínio corrente da ciência; fazer que tais noções – umas e outras – entrem para a vida comum, e que todos se tornem capazes de as assimilar e utilizar. Que a ciência não seja um adorno de doutores, mas um recurso para todos, na luta comum contra as dificuldades da vida”.⁶⁵ Para concretizar esses objetivos, à necessária formação dos professores adequados deveria corresponder sua efetiva profissionalização. No entanto, ele não levava em conta as razões que o Estado moderno teria para efetivar tal proposta, por exemplo, quais as consequências dessa efetivação para a regulação e o controle sociais. De nada valeria tal proposta se a escolarização almejada não contribuísse eficazmente para equacionar a nova problemática social suscitada pela modernização da sociedade. A conclusão última de sua longa demonstração, isto é, “a necessidade imprescritível de atender-se a instrução popular, se a América Latina se quer salvar”,⁶⁶ somente seria inteligível ao Estado que precisasse da educação popular para assegurar sua hegemonia. Embora alguns autores procurem encontrar em suas últimas obras históricas a possibilidade de superação dessa contradição através de uma revolução social, a sociologia da educação pressuposta na pedagogia de Bomfim, devido à forte influência do evolucionismo, teve o seu conteúdo



64 NÓVOA, A. *Histoire & Comparaison*. Lisboa: EDUCA, 1998, p. 90-91.

65 BOMFIM, M. *A América Latina...*, p. 276.

66 *Ibidem*, p. 270-271.

histórico esvaziado. O que se perdeu em sua tentativa de estabelecer uma pedagogia científica na sociologia, se afirmará com toda a força em sua psicologia da educação, erigida antes de tudo como psicologia social alternativa a uma psicologia do indivíduo. Como assevera uma pesquisadora da área em sua recente apreciação das *Lições de Pedagogia* de Bomfim: “Esta obra revela um alto grau de aprofundamento e um efetivo exercício de análise; suas concepções e posições sobre as relações entre Educação e Psicologia guardam indiscutível contemporaneidade, especialmente no que diz respeito à determinação histórico-social do fenômeno psicológico, além de apontar com clareza as articulações entre teorias pedagógicas, ciência psicológica e prática educativa, sem cair no psicologismo ou outras formas de reducionismo”.⁶⁷

Para finalizar, consideramos que as aproximações que têm sido feitas entre Bomfim e autores em voga na contemporaneidade, a exemplo de Lev Vigotski e Paulo Freire, embora pertinentes, são úteis sobretudo para esclarecer seu pensamento e o desses autores, contribuindo pouco para a própria temática em foco, seja ela psicológica, ou educacional. Pensamos ser de maior valor, relevância e atualidade, fazer uma contextualização reversa, ou seja, levantar em sua obra indícios reveladores da realidade cultural em que vivia, procedimento operado neste trabalho. Longe de nos fazer cair em anacronismos, seus escritos despertam-nos *insights* reveladores da cultura brasileira (e latino-americana) no tempo presente, como é exemplificado por este trecho do discurso de Bomfim em 1904 paraninfando as normalistas formadas no ano anterior no Rio de Janeiro: “As dificuldades assoberbam-nos – resolvemo-las em leis, e vamos para a quietude esperar o efeito mirífico da palavra; no dia seguinte deblateramos, debatemo-nos em confusão, quando verificamos que o resultado foi surgirem novas dificuldades para complicar as antigas, que nem de leve se atenuaram”.⁶⁸

67 ANTUNES, M.A.M. Sobre a obra de Manoel Bomfim: Um estudo sobre lições de pedagogia: teoria e prática da educação. *Psicologia Escolar e Educacional*, 20-2 (2016), p. 397-402, esp. p.401.

68 Apud MACHADO, D.W. *Os males de origem da educação brasileira segundo Manoel Bomfim*, Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014, p. 102.

Manoel Bomfim e o esquecimento: Memória de Manoel Bomfim na Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Bomfim

*Monaquelly Carmo de Jesus**

Manoel Bomfim and forgetfulness: Memory of Manoel Bomfim at the Municipal School of Fundamental Education Manoel Bomfim

Resumo

Muito se tem falado no meio acadêmico sobre o esquecimento ao qual tem sido relegado Manoel Bomfim. Este artigo visa verificar o conhecimento dos alunos do 9º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Bomfim a respeito do personagem histórico que nomeia a escola. Ainda faz um breve apanhado das possíveis razões para o seu esquecimento e apresenta a importância do estudo da sua vida e obra para a comunidade desta escola.

Palavras-chave: Manoel Bomfim; Memória; História Local'

Abstract

Much has been said in the academic world about the forgetfulness to which Manoel Bomfim has been relegated. This article aims to verify the knowledge of the 9th grade students of the Municipal School of Fundamental Education Manoel Bomfim regarding the historical character that names the school. It also makes a brief survey of the possible reasons for his forgetfulness and presents how important is to study about his life and work for the community of this school.

Keywords: Manoel Bomfim; Memory; Local History



* Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (2007). Atualmente é professora - Secretaria de Educação do Estado de Sergipe e Prefeitura Municipal de Aracaju, e mestre em Ensino de História pela Universidade Federal de Sergipe.

Por muito tempo as palavras Manoel Bomfim e Esquecimento têm estado ligadas, conforme se pode perceber nos textos de diversos estudiosos. Aluizio Alves Filho, por exemplo, já em 1979, pouco mais de 45 anos após a morte de Manoel Bomfim, se referia a ele como um “ensaísta esquecido”¹. De lá para cá, vários outros autores fizeram referência a esse alegado esquecimento, sob as mais diversas justificativas. Alves Filho (1979) atribui ao radicalismo de suas idéias, com quem concorda Aguiar, em seu livro “O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim” (2000)². Botelho, referenciando os dois, dá maior peso ao fato de Bomfim, apesar de rejeitar a explicação biológica da sociedade e se aproximar do materialismo histórico, propor uma reforma da sociedade através da educação, ao invés de sugerir uma transformação estrutural na sociedade brasileira (2000, p. 17).³

Prado, em seu artigo “A questão nacional, a identidade cultural e o passado colonial brasileiro: Manoel Bomfim e uma interpretação do significado das raízes ibéricas”⁴, apesar de confirmar a distância entre o pensamento dele e o de seus pares, chama a atenção ao papel importante de Silvio Romero, também sergipano, no seu esquecimento, apontando-o como um dos primeiros a desqualificar a obra de Bomfim. De fato, Romero, proeminente intelectual brasileiro, dedicou não menos que 25 artigos para desqualificá-lo, artigos que depois se transformariam em um livro: “A América Latina, análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim”, de 1906, publicado já no ano seguinte da publicação de “América Latina, Males de Origem”, de Bomfim. Ainda Maringoni, ao escrever um perfil⁵ do estudioso, atribui à postura antielitista que defendia a origem dos ataques feitos ao seu texto e a sua pessoa. As palavras duras usadas no livro “América Latina, Males de Origem”, causaram uma grande polêmica e despertaram o ódio das elites, palavras como as seguintes:

- 1 ALVES FILHO, Aluizio. *Pensamento político no Brasil: Manoel Bomfim, um ensaísta esquecido*. Rio de Janeiro : Achiamé, 1979
- 2 AGUIAR, R. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: ANPOCS, Topbooks, 2000
- 3 BOTELHO, André. Na contracorrente do naturalismo: relações sociais na interpretação do Brasil de Manoel Bomfim. In: *Temáticas*. IFHC/UNICAMP, Campinas, ano 11, número 21/22, 2003, pp. 75-100. Disponível em < <http://www.nusc.ifcs.ufrj.br/manoel.pdf>> Acesso em 13 fev. 2019
- 4 PRADO, Maria Emilia. A questão nacional, a identidade cultural e o passado colonial brasileiro: Manoel Bomfim e uma interpretação do significado das raízes ibéricas. In: E.I.A.L., Vol 16 – no 2, 2005. Disponível em: <<http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/343>> Acesso em: 13 fev. 2019
- 5 MARINGONI, Gilberto. Perfil – Manoel Bomfim. In: *Desafios do desenvolvimento*. Ano 8, Ed. 66, 2011. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2527:catid=28&Itemid=23> Acesso em 13 fev. 2019



Tanto vale discutir logo toda a célebre teoria das raças inferiores. Que vem a ser essa teoria? Como nasceu ela? A resposta a estas questões nos dirá que tal teoria não passa de um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes (1905, p. 190).⁶

Não é de se admirar, então, que a elite fizesse uma extensa campanha para relegá-lo ao esquecimento! No entanto, Maringoni (2011) atribui a responsabilidade também ao próprio Bomfim, já que “Manoel Bomfim decidiu não responder às provocações. É possível que a recusa tenha levado seu livro a cair num injusto esquecimento, até ser recuperado por Darcy Ribeiro (1922-1997), no início dos anos 1980.”

Também esse movimento de esquecimento e recuperação não surpreende porque, como disse Nora:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 9)⁷

Mesmo tendo sido trazido de volta ao foco de análise acadêmico a partir da década de 1980 e tendo o seu trabalho reconhecido a partir de então, os últimos 40 anos não foram suficientes para compensar os 50 anos posteriores a sua morte e alçá-lo ao mesmo grau de reconhecimento de contemporâneos sergipanos como Tobias Barreto e o próprio Silvio Romero.

Em Aracaju, uma das homenagens⁸ feitas a ele foi ter seu nome dado a antiga escola da AMAB (Associação de Moradores e Amigos do Bugio), vinculada à Prefeitura Municipal de Aracaju. No entanto, nomear uma escola, onde sua memória e suas conquistas poderiam ser transmitidas de

6 BOMFIM, Manoel. *América Latina: Males de Origem*. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em < <http://books.scielo.org/id/zg8vf>> Acesso em: 11 fev. 2019

7 NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC/SP, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em < <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>> Acesso em: 14 abr. 2019

8 Manoel Bomfim também nomeia uma rua no bairro Siqueira Campos. No âmbito estadual, há a medalha do mérito educacional Manoel Bomfim, concedida pela Assembléia Legislativa de Sergipe, e uma escola estadual no município de Arauá. Em 2010 a deputada Ana Lúcia propôs a transformação da antiga casa onde viveu Bomfim, localizada na Avenida Ivo do Prado, no Memorial Educador Manoel Bomfim. A proposta, no entanto, não foi adiante.



geração a geração, significou um passo a frente em direção ao reconhecimento de Manoel Bomfim? Para responder a essa pergunta, foram aplicados questionários semi-estruturados aos alunos das três turmas de 9º ano da escola, no ano letivo de 2018, conforme será explicado mais adiante.

Antes disso, porém, é necessário frisar que a importância do ensino sobre a história de Manoel Bomfim nessa instituição reside não apenas na necessidade de preservar sua memória e propagar suas conquistas, mas também na necessidade de ensinar a História Local, tanto num aspecto mais amplo, da história do estado de Sergipe, como num aspecto mais próximo, no estudo da história da comunidade na qual estão inseridos.

Segundo Circe Bittencourt, o ensino da História Local é necessário por “possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer -, e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente” (2009, p. 168)⁹. Mas não se trata apenas de que o aluno compreenda o seu entorno. Está envolvida também a própria memória e identidade (ou identidades) do aluno:

A questão da memória impõe-se por ser a base da identidade, e é pela memória que se chega à história local. Além da memória das pessoas, escrita ou recuperada pela oralidade, existem os “lugares de memória”, expressos por monumentos, praças, edifícios públicos ou privados, mas preservados como patrimônio histórico. Os vestígios do passado de todo e qualquer lugar, de pessoas e de coisas, de paisagens naturais ou construídas tornam-se objeto de estudo (BITTENCOURT, 2009, p. 169)

Já Schimidt e Cainelli consideram a História Local também uma estratégia pedagógica. Segundo elas:

Trata-se de uma forma de abordar a aprendizagem, a construção e a compreensão do conhecimento histórico com proposições que podem ser articuladas com o interesse do aluno, suas aproximações cognitivas, suas experiências culturais e com a possibilidade de desenvolver atividades diretamente vinculadas à vida cotidiana. Como estratégia de aprendizagem, a história local pode garantir melhor apropriação do conhecimento histórico baseado em recortes selecionados do conteúdo, os quais serão integrados no conjunto do conhecimento. [...] O trabalho com a história local no ensino de



9 BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009

História facilita, também, a construção de problematizações, a apreensão de várias histórias lidas como base em distintos sujeitos da história, bem como de histórias que foram silenciadas. (2009, p. 139)¹⁰

Ainda, a orientação para o ensino da história local está presente nas propostas curriculares nacionais, como a Base Nacional Comum Curricular (2017), apresentando mais uma contundente razão para o ensino da História Local.

A escola e as respostas dos alunos

A EMEF Manoel Bomfim localiza-se na rua A-4, n 480, no Bairro Bugio, zona norte de Aracaju, Sergipe, e atende alunos do 1º ano 9º ano do ensino fundamental, oriundos do Bugio e de comunidades circunvizinhas, como São Carlos, Maria do Carmo, Anchieta e Jardim Centenário, localizadas no município de Aracaju, e Loteamento Esperança, Nova Liberdade, Parque São José, Parque Nossa Senhora de Fátima e Guajará, em Nossa Senhora do Socorro, a maior parte destas habitadas por famílias de baixa renda.

Fundada no dia 24 de maio de 1981, a essa altura tinha outro nome, Escola da AMAB, por funcionar na Associação de Moradores e Amigos do Bugio (AMAB). A escola foi fundada a partir da visão do professor Manoel de Carvalho Garção, morador da comunidade, e que se havia sensibilizado ao perceber a necessidade de acolher e alfabetizar os jovens e crianças da região. Posteriormente, Garção teria também cedido o terreno onde hoje está construída a escola. Por suas más condições estruturais, o prédio da Escola da AMAB foi demolido em 2002, tendo a escola sido transferida para o prédio da antiga escola “Pequena Fada”, até que recebesse o novo prédio em 2004.

O fato de a escola ter sido criada e mantida a partir dos esforços do professor Manoel Garção, mas acabar recebendo o nome de alguém desconhecido pela comunidade foi, por muito tempo, motivo de descontentamento por parte de familiares e conhecidos do professor, e de parte da comunidade escolar. Por isso, em 2011 a recém inaugurada biblioteca escolar recebeu o nome de Manoel de Carvalho Garção, como homenagem e reconhecimento feitos pela comunidade escolar ao idealizador e primeiro diretor da escola.

10 SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2009

Hoje, a Manoel Bomfim é reconhecida na região como uma escola de boa qualidade, percepção esta confirmada pelo IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, ao alcançar nota 5,4 para os anos iniciais e 5,0 para os anos finais do Ensino Fundamental em 2017. Nos últimos anos, os pais e responsáveis esperavam numa fila durante a madrugada para conseguir uma vaga, até que em 2013 foi implantado o método de sorteio público. A partir de 2018, seguindo o que foi estabelecido pela rede, as matrículas tem sido feitas online. A escola tem pouca distorção idade-série, e não há nenhum desequilíbrio perceptível entre os gêneros. O número de alunos matriculados por turma varia entre 30 e 36 alunos, número máximo permitido pela estrutura física da escola.

Essa escola se apresenta como o espaço ideal para uma pesquisa sobre a preservação da memória de Manoel Bomfim. Para saber se ele é conhecido na escola que leva seu nome, foram aplicados questionários semi-estruturados aos alunos do 9º ano. Foi escolhido esse ano escolar por ser o último ofertado na escola e, conseqüentemente, onde poderiam ser encontrados alunos que frequentassem a instituição há mais tempo. Considerando-se que a escola atende alunos a partir do 1º ano, era de se esperar que os alunos do 9º ano, alguns deles frequentadores da escola desde o início da sua formação, em algum momento tivessem sido ensinados a respeito da história da escola e da pessoa que a nomeia. Assim, esperava-se identificar se em algum momento foi pensado pelos professores e/ou equipe pedagógica da escola tornar conhecidas aos alunos as contribuições desse importante educador, historiador e sociólogo sergipano. Para auxiliar na análise dos dados, foi lido o Projeto Político Pedagógico da escola (2014).

No questionário foram feitas cinco perguntas. As três primeiras visavam identificar se os alunos sabiam quem foi Manoel Bomfim ou se pelo menos se lembravam de, em algum momento, os professores terem falado sobre ele. Já as outras duas perguntas tinham como objetivo perceber a visão dos alunos a respeito do tipo de pessoas que poderiam ser homenageadas ao emprestar o seu nome a uma escola.

O questionário foi aplicado nas três turmas de 9º ano, perfazendo um total de 76 alunos presentes no momento da aplicação. Destes, 10 alunos estudam na escola desde o 1º ou 2º ano do ensino fundamental, 15 alunos chegaram à escola entre o 3º e o 5º ano, 38 foram matriculados no 6º ou 7º ano, e 11 alunos chegaram nos últimos dois anos. Sendo assim, há uma amostra bastante diversa de alunos por tempo de permanência na escola, apesar do número de alunos que estudaram na Manoel por toda a sua vida escolar não ser tão relevante quanto o esperado.

Para a pergunta “Você sabe quem foi Manoel Bomfim”, quase a totalidade dos alunos disse que não. Apenas uma aluna do 9º A, que estuda na escola há 7 anos, respondeu positivamente, dizendo que ele foi “o dono



do prédio e criava animais onde era um sítio e agora é a escola, por isso o nome da escola foi colocado de Manoel Bomfim”. Provavelmente a aluna fazia referência a Manoel Garção, que doou o terreno. De fato, o local por muito tempo foi a um sítio, e o terreno ao redor da escola continuou a ser usado para esse fim mesmo durante o período do funcionamento da AMAB. No local havia uma criação de porcos, fato que gerava ao mesmo tempo constrangimento e piadas entre a comunidade escolar. O único outro aluno a responder positivamente foi um aluno novo na escola, do 9º C, que disse que “um professor ensinou que Manoel Bomfim foi um professor, Deputado Federal e Estadual sergipano”. Ao ouvirem essa resposta alguns colegas o criticaram, dizendo que nenhum professor havia falado sobre o assunto e que se disse, foi em particular para ele. Pode-se imaginar então que algum professor fez um comentário sobre o assunto, mas que não chegou a ministrar uma aula sobre o tema, já que 98,5% dos alunos afirmam que nenhum professor nunca falou sobre o tema, mesmo aqueles que já estudam na escola há 9 anos.

Esse entendimento está de acordo com o que pode ser analisado a partir do Projeto Político Pedagógico. O texto faz sim referência à História do Cotidiano e à História Local, quando diz:

A escola buscará superar a mera função de passar informação sobre as matérias ou de transmitir o conhecimento do livro didático. Será estabelecida uma relação entre a cultura oriunda da experiência que acontece na cidade, na rua, nas praças, nos pontos de encontros, nos meios de comunicação, na família e no trabalho formal caracterizada pelo domínio dos conhecimentos, das habilidades de pensamentos para possibilitar que alunos aprendam a atribuir significados às mensagens e informações recebidas de fora, dos meios de comunicação, da vida cotidiana, das formas de educação proporcionadas pela cidade, pela comunidade. (2014, p. 33)¹¹

No entanto, o Projeto não propõe nenhuma ação ou programa específico para o estudo dessa História do Cotidiano ou História Local, e menos ainda para tornar conhecido Manoel Bomfim.

Quanto perguntados qual seria a cidade de nascimento de Manoel Bomfim, a maior parte dos alunos (49) supôs, corretamente, que ele era sergipano, e 75% destes especificaram a cidade de Aracaju. Essa informação demonstra a necessidade que esses alunos sentem de serem representados quando da nomeação dos espaços públicos, lhes parecendo

11 EMEF MANOEL BOMFIM. *Projeto Político Pedagógico*, 2014



óbvio que, sendo o espaço localizado em Sergipe, receba o nome de alguém de Sergipe.

Quando perguntados a respeito da possível profissão de Manoel Bomfim os alunos foram menos coesos, mas boa parte deles citou profissões relacionadas à atividade escolar ou que estivessem diretamente ligadas à história da própria escola. Vários alunos supuseram que ele tivesse sido professor, fundador, diretor ou construtor da escola, e isto lhe tenha valido a homenagem. Essa percepção ressoa com o problema anteriormente citado da falta de identificação da comunidade escolar com Manoel Bomfim e o ressentimento por a escola não ter recebido o nome de alguém que contribuiu para a sua criação.

A partir dessas informações é possível perceber que, apesar de ter havido um movimento em direção à superação do esquecimento de Manoel Bomfim, por meio da tentativa de estabelecimento de uma política de memória, a partir do seu reconhecimento como personalidade relevante na história do estado de Sergipe ao ser colocado o seu nome em uma escola pública, esse movimento não tem sido levado adiante pela comunidade escolar. Uma explicação pode ser o desconhecimento do legado de Bomfim, ou mesmo o desconhecimento da importância deste tipo de conteúdo para formação integral do aluno.

A nomeação de um espaço público é um passo importante para a memória de Manoel Bomfim, e em especial quando se trata de uma instituição de ensino. Como bem explicou Pierre Nora, há “lugares onde a memória se refugia e se cristaliza” (1993, p. 7)¹², e a escola é um deles, como aponta Ciavatta:

Como elemento aglutinador, gerador de coesão social, a escola deve se tornar um lugar de memória, de resgate das identidades, da compreensão do presente incorporando as dificuldades, as lutas e as conquistas do passado, suas representações na forma de imagens e de documentos, seus símbolos carregados de história e de significados. (2005, p. 1)¹³

No entanto, apenas a ação de nomear não é suficiente quando não há um movimento educativo contínuo que torne conhecido o sujeito ou fato histórico que se quer lembrar. Por isso, no caso desta escola, não se

12 NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC/SP, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em < <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>> Acesso em: 14 abr. 2019

13 CIAVATTA, Maria. A formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *Trabalho Necessário*. Rio de Janeiro: UFF, ano 3, v. 3, 2005. Disponível em < <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>> Acesso em 14 abr. 2019

pode dizer que houve um esquecimento de Manoel Bomfim, já que, como diz Padrós, “não se pode esquecer o que se desconhece” (2001, p. 88).¹⁴ A escolha deste nome se deveu a uma iniciativa do poder público que, apesar de positiva, não envolveu de nenhuma maneira a comunidade, sendo apresentada como uma decisão que deveria ser aceita e acatada. Tampouco houve algum programa ou projeto voltado a apresentar o estudioso para a comunidade e a fazê-la abraçar seu nome e sua memória.

Assim, não é de se estranhar que a escola, por sua parte, não tenha feito nenhum movimento em direção a preservação e propagação das idéias de Bomfim, alguém desconhecido para eles, sem significado nenhum para a comunidade além de um nome em uma placa. Placa onde acreditavam que deveria estar o nome de alguém que teve um papel protagonista na história da escola. Alguém com quem tinham relação de afeto e de pertença. Desse modo, o esquecimento de Bomfim, neste contexto, não foi apenas uma questão de omissão, de negação, ou muito menos de destruição de sua memória¹⁵. Foi uma questão de desconhecimento, mas também um movimento de resistência, resistência à construção de uma história que não fazia sentido para a comunidade. Cabe agora caminhar em busca da construção desses sentidos.

14 PADRÓS, Enrique. Usos da Memória e do Esquecimento na História. *Letras*. Santa Maria: UFSM, n. 22, p. 79-95, 2001.

15 Esquecimento-omissão, esquecimento-negação e esquecimento-destruição são algumas categorias de esquecimento apresentadas por Michel. MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política de esquecimento? *Revista Memória em Rede*. Pelotas: UFPEL, v.2, n.3, ago.-nov. 2010

A natureza da inteligência no tomismo e no empirismo humeano, segundo Luciano Duarte

Edmilson Menezes*

The nature of intelligence in Thomism and in Humean empiricism, according to Luciano Duarte

Resumo

Na história da recepção das ideias filosóficas em Sergipe destaca-se um capítulo importante, que pretendo mostrar a seguir; um marco para a inversão de perspectiva metodológica da produção filosófica em Sergipe encontra-se na tese de doutorado de Luciano Duarte. Sem dúvida, estamos diante de um estudo que se aparta da concepção de filosofia como disciplina livresca, cujo reflexo confunde beletrismo e eruditismo com pensamento filosófico em si – duas tendências presentes no Brasil, desde a Colônia até o século XIX e início do XX. O objetivo, pois, do artigo é mostrar que a pesquisa de Duarte representa uma nova etapa para os estudos em filosofia nas terras sergipanas, quer dizer, ela representa e traduz uma forma técnica de fazer filosofia.

Palavras-chave: Filosofia em Sergipe, Luciano Duarte, Tomismo

Abstract

In the history of the reception of philosophical ideas in Sergipe stands out an important chapter, which I intend to show next; a milestone for the inversion of the methodological perspective of the philosophical production in Sergipe is in the doctoral thesis of Luciano Duarte. Without a doubt, we are dealing with a study that runs away from the conception of philosophy as a book discipline, whose reflection confuses belletrism and erudition with philosophical thought in itself: two tendencies present in Brazil, from Cologne to the nineteenth and early twentieth centuries. The aim, then, of the article is to show that Duarte's research represents a new stage for studies in philosophy in the Sergipe lands, that is, it represents and translates a technical way of doing philosophy.

Keywords: Philosophy in Sergipe, Luciano Duarte, Thomism



* Edmilson Menezes é doutor em Filosofia pela UNICAMP (1998). Professor Titular de Filosofia Moderna do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Sergipe

1. A filosofia e sua especificidade técnica

Que interesse poderia mover a iniciativa de confrontar hermeneuticamente, por exemplo, Tomás de Aquino e David Hume? Qualquer neófito da lide filosófica saberá colocar os dois pensadores em taxionomias diferentes. Então, por que insistir em confrontar essas filosofias? Justamente pelo fato de todo começo sugerir certa sedução pela aparência e pela crença menos refletida. Um dos trabalhos mais importantes do especialista é desfazer essas ilusões. Mas, com isto não ficam afastadas todas as dificuldades. Sabe-se, de fato, que as obras mais incontestavelmente filosóficas, aquelas mesmas que nosso exame se propõe a observar, apresentam muitas vezes conclusões opostas e que, assim sendo, a verdadeira filosofia parece estar nelas mais prometida que contida. Se a filosofia está ainda por ser feita, como a descobriríamos naquilo que já foi feito? Sem embargo, a solução para o questionamento encontra-se somente na própria natureza conceitual e histórica da filosofia. É nesta acepção que podemos afiançar a filosofia como um modo intelectual, ou seja, ela é ao mesmo tempo uma ferramenta de análise e uma interrogação sobre o sentido e o valor da condição humana que, no cultivo de seu saber característico, está calcado numa metodologia estrita: o debruçar-se sobre sua história e a elaboração do conceito.

O saber filosófico nutre-se de sua história: compreender devidamente esta relação, como nos lembra Hegel, permite alcançar como pelo estudo da história deste saber somos introduzidos no conhecimento deste próprio saber.¹ A história da filosofia não ostenta nem a persistência de um conteúdo simples e completo, nem o processo de um pacífico acréscimo de novos sistemas. A história da filosofia, a título de disciplina ela mesma filosófica (e não somente histórica), ambiciona convencer, porque pretende apresentar teses estabelecidas por *demonstrações*. No que ela se distingue tanto desses ensaios sobre tal autor ou sobre tal problema de história das ideias (sem demonstrações nem teses reutilizáveis), quanto dos manuais (teses sem demonstrações) e das *Histórias da Filosofia* estritamente doxográficas de ambição exaustiva (informações, demonstrações mas sem teses claras, por preocupação de neutralidade). As condições de tais demonstrações podem se definir do seguinte modo: o historiador da filosofia deve: a) conhecer o autor exaustivamente, e b) nada avançar que não possa sustentar por *argumentos* – dos textos e sua hermenêutica correta. A primeira exigência, materialmente realizável, demanda somente o tempo e a memória. A segunda, indefinível em termo de materiais, demanda muito mais – a honestidade. O intérprete deve supor de início que o autor estudado tem, até prova em contrário, razão de sustentar o que



1 Cf. HEGEL, G.W. F. Introdução à História da Filosofia. In: *Escritos seletos*. Trad. de Henrique Lima Vaz et alli. São Paulo: Victor Civita, 1974, p. 328 e segs. (Coleção “Os Pensadores”)

ele avança; isso significa que ele permanece em princípio mais inteligente e mais profundo que seu intérprete; o que implica enfim renunciar a toda ideologia, pressuposta ou residual. Em tempo, o intérprete só pode nos instruir sobre um autor ou um problema se ele mesmo aceitar deixar-se instruir pelo seu interlocutor.²

A história da filosofia, enfim, fornece a matéria prima do exercício filosófico: o conhecimento racional. É preciso reconhecer que se pode ter uma visão mais radical do que significa a diversidade dos sistemas filosóficos. O conhecimento filosófico daquilo que é verdade e filosofia faz compreender a diversidade como tal num sentido bem diferente daquele de uma oposição abstrata entre verdade e erro. A explicação disto revelará o significado da história e da filosofia. A multiplicidade de tantas filosofias é absolutamente necessária para a ciência da filosofia, e lhe é essencial. O conflito das filosofias permite a dinâmica que ressalta na história da filosofia, não uma exterioridade cronológica, mas uma interioridade lógica, quer dizer, a história do próprio conteúdo, algo que nos ajuda a resolver problemas.

Se nos dermos ao trabalho de examinar mais atentamente as reflexões expostas, podemos opor-lhes que, por mais diversas que sejam as filosofias, uma coisa têm em comum: o serem filosóficas. Por conseguinte, quem tiver estudado e compreendido uma filosofia, contanto que seja filosofia, por isso mesmo compreendeu a filosofia.³

A história da filosofia é, antes de qualquer coisa, filosofia; mas ela somente possui valor para a filosofia porque permanece intransigente quanto à verdade histórica.⁴

A filosofia é, também, um trabalho do conceito; é um saber técnico que se manifesta como explicitação e discurso. Ela se explicita em movimentos sucessivos, no curso dos quais produz, abandona e ultrapassa teses ligadas umas às outras numa ordem por razões.⁵ O método que daí surge implica uma progressão daqueles movimentos que dá à obra escrita sua estrutura e efetua-se num tempo próprio. A interpretação consistirá em reapreender, conforme a intenção do autor, a ordem por razões e em jamais separar as teses dos movimentos que as produziram. Deste modo,

2 MARION, J-L. Algumas regras em história da filosofia. In: *Educação e Filosofia*, nº 44, jul./dez., 2008, pp. 200-201.

3 HEGEL. G.W.F. Op. cit., p. 339.

4 GUÉROULT, M. Émile Bréhier (1876-1952) In: *Revue de Métaphysique et de Morale*, nº1, jan./mar., 1952, p. 114.

5 Cf. GOLDSCHMIDT, V. *A Religião de Platão*. Trad. de Oswaldo e Ieda Porchat. São Paulo: Difusão Européia, 1970, p.140-142.

A pesquisa, em matéria de filosofia, não procede somente da verdade, mas faz corpo com ela. Assim, para compreender uma doutrina, não é suficiente não separar a *lexis* da crença, a regra, de sua prática; é preciso, após o autor, refazer os movimentos concretos, aplicando as regras e chegando a resultados que, não por causa de seu conteúdo material, mas em razão desses movimentos, se pretendem verdadeiros. Ora, esses movimentos se nos apresentam na *obra escrita*.⁶

Os movimentos do pensamento filosófico estão inscritos na *estrutura* da obra, nada mais sendo essa estrutura que as articulações do método em ato, ou seja, é uma mesma estrutura que se constrói ao longo da progressão metódica e que, uma vez terminada, define a arquitetura da obra. “Ora, falar de movimentos e de progressão é [...] supor um tempo, e um tempo estritamente metodológico ou, guardando para o termo sua etimologia, um *tempo lógico*.”⁷ Isto é possível graças à organização sistemática do discurso filosófico. A filosofia busca organizar-se numa totalidade, num todo orgânico, de tal modo que as partes se justifiquem por sua inserção nessa totalidade.

A filosofia, nesta direção, envolve um trabalho marcado pela “paciência do conceito”.

O filósofo é o amigo do conceito, ele é o conceito em potência. Quer dizer que a filosofia não é uma simples arte de formar, de inventar ou de fabricar conceitos, pois os conceitos não são necessariamente formas, achados ou produtos. A filosofia, mais rigorosamente, é a disciplina que consiste em *criar* conceitos. [...] É porque o conceito deve ser criado que ele remete ao filósofo como àquele que o tem em potência, ou que tem sua potência e sua competência.⁸

À filosofia cabe o labor conceitual; o conjunto dos conhecimentos filosóficos é traduzível em conjunto dos conhecimentos racionais a partir de conceitos. Esses, por seu turno, impedem o pensamento de ser uma mera *opinião*. “O campo conceitual de uma doutrina é formado pela integração da terminologia numa totalidade sistemática.”⁹ Nesse sentido, não

6 Id. *Ibid.*, p. 142.

7 Id. *Ibid.*, p. 143.

8 DELEUZE, G. *O que é a filosofia?* Trad. de Bento Prado Jr. e Alberto A. Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992, p.13.

9 COSSUTTA, F. *Elementos para a leitura dos textos filosóficos*. Trad. de Ângela de N. Begnami et alli. São Paulo: Martins Fontes, 1994, p. 59.



há conceito fora de um processo inteligível que lhe garanta uma área de significação. Ao definir, o exercício do pensamento engendra um procedimento sintético, do qual só o contexto verbal permite fixar os limites. Sem dúvida, o filósofo constrói um universo definido e ordenado de palavras e frases que desnorteia o leitor e provoca um sentimento de incompreensão. Decididamente, há uma linguagem própria à obra filosófica que a impede de circular entre as linguagens de assimilação imediata. A linguagem filosófica identifica-se com o próprio *problema* que busca resolver intelectualmente. Os termos conservam, para aquele não habituado ao vocabulário técnico, uma espécie de resíduos de significação mais ou menos confusos, que é preciso afastar em proveito de uma atribuição precisa do sentido. Para tanto, é indispensável uma aprendizagem técnica: o estudo da filosofia insta-se por meio de uma “pedagogia do conceito”. O leitor deve fazer uma série de retornos ao texto, tentando captar, de modo a constituir uma organização espiritual, o que antes aparecia como vazio de sentido. Assim, revela-se o campo preciso em que o trabalho filosófico se estabelece: o filósofo opera na organização dos signos.

Ele traça a arquitetura explícita da relação entre conceitos, constrói com todas as peças uma estruturação de significados, de uma maneira que não é nem ‘arbitrária’ nem ‘convencional’, mas que se quer necessária e de tal forma que possa, para além da organização mais ou menos contingente efetuada pela língua, transcrever o ser no dizer.¹⁰

De modo ideal, a filosofia pode ser encarada como uma tentativa de construir um campo homogêneo e robustamente coerente, que recubra todo o campo do real.

O conceito não é dado, é criado, está por criar, e, exatamente no exercício da elaboração conceitual, o filósofo descobre a sua “vocação” para a universalidade. O ofício do filósofo não aceita, por conseguinte, improvisações. Ele se refere a uma unidade essencial, uma ideia organizadora que orienta racionalmente a atividade do intelecto. A diversidade de conceitos e a multiplicidade de conclusões não desacreditam o empenho demonstrativo da filosofia. Ao contrário, por meio delas, podemos verificar a dinâmica que envolve a investigação filosófica como atividade capaz de comunicar-se e impor-se aos espíritos atentos. A diversidade e a multiplicidade encontradas na história da filosofia não nos permitem estabelecer, para a filosofia, verdades estabelecidas, mas tão somente o interesse em buscá-las. A ausência de verdades adquiridas faz com que a filosofia não possa ser encerrada, como uma ciência, num corpo constituído por ver-

10 Id. *Ibid.*, p. 66

dades anônimas, aceitáveis sem nenhuma oposição por todas as inteligências, mas faz com que ela possa parecer residir no conjunto das filosofias surgidas no decurso das diferentes épocas.¹¹

2. Luciano Duarte: *La Nature de l'Intelligence dans le Thomisme et dans la Philosophie de Hume*

Na história da recepção das ideias filosóficas em Sergipe destaca-se um capítulo importante, que pretendo mostrar a seguir; um marco para a inversão de perspectiva metodológica da produção filosófica entre nós encontra-se na tese de doutorado de Luciano Duarte.¹² Estamos diante de um trabalho que se aparta da concepção de filosofia como disciplina livresca¹³, cujo reflexo confunde beletrismo e eruditismo com pensamento filosófico em si – duas tendências presentes no Brasil, desde a Colônia até o século XIX e início do XX. A tese de Duarte representa uma nova etapa para os estudos em filosofia nas terras sergipanas, quer dizer, ela representa e traduz uma forma técnica de fazer filosofia, isto é,

consiste em explorar menos a suposta interioridade do autor do que a interioridade de sua obra. Porque se o autor não existe mais, a obra está aqui, diante de nós, nos livros, como um monumento, um objeto, cujo significado é perceptível apenas pelo cenário destacado dos arranjos conceituais que tornam isso possível. Esse método é, portanto, antes de tudo, um método de análise.¹⁴

A forma específica a que me refiro diz da análise *estrutural* em filosofia: as articulações do pensamento filosófico estão arraigadas, como dito acima, na *estrutura* da obra, é uma mesma estrutura que se apresenta ao longo da evolução metódica e que, uma vez completada, decide a arquitetura da produção, do trabalho.¹⁵ Assim sendo, refazer, após o autor, os movimentos de que a estrutura da obra guarda o traçado é repor em movimento a estrutura e, dessa forma, situar-se num tempo que é lógico e não cronológico; um tempo que é metodologicamente anunciado e captado pela história da filosofia em sua expressão conceitual. A leitura dos tex-

11 Ver: MENEZES, E. Algumas observações acerca de metodologia filosófica e ensino de filosofia. In: CRUZ, M. H. S. (org.) *Múltiplos Enfoques e Espaços Plurais da Pesquisa no Campo da Educação*. São Cristóvão: EDUFS, 2008, pp. 21-24.

12 Sobre a recepção do pensamento filosófico em Sergipe, ver: LIMA, J. da S. *Os estudos filosóficos em Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995.

13 A expressão é de CRUZ COSTA, J. *Contribuição à História das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, p. 18.

14 GUÉROULT, M. La méthode en histoire de la philosophie. In: *Philosophiques*, Volume 1, Numéro 1, avril, 1974, p. 12

15 GOLDSCHMIDT, V. Op. cit., p.142.



tos filosóficos cumpre duas tarefas ao mesmo tempo, que jamais devem ser separadas: não há conhecimento filosófico sem iniciação filosófica, não há iniciação sem retomada de pensamentos já advindos. É importante lembrar que, em filosofia, não se pode, não se deve esperar uma apropriação imediata. Os textos dos filósofos são facilmente identificáveis pelo seguinte critério: neles, a forma está inteiramente subordinada à mensagem a comunicar, a própria mensagem sendo inteiramente redutível a um pensamento racionalmente conduzido, que se move exclusivamente no universo conceitual. Toda obra filosófica elabora ou pretende elaborar as condições de sua própria validade, e, portanto, enuncia as próprias regras da leitura que se pode fazer dela.¹⁶

O esforço filosófico de Luciano Duarte exemplifica com bastante propriedade o exposto acima; sem embargo, um dos trabalhos mais importantes em filosofia escrito por um intelectual sergipano é *La Nature de l'Intelligence dans le Thomisme et dans la Philosophie de Hume*. Trata-se de sua tese de doutoramento (transformada em livro em 2003) defendida na Sorbonne, em 1957, sob a orientação de Ferdinand Alquié e cuja banca examinadora contou, além deste, com os professores De Gaudillac e Paul Ricoeur. O elemento mais provocativo ali presente é o inicial espanto quando se veem, lado a lado, duas filosofias antitéticas, e, se Platão e Aristóteles estão corretos, este *thaumas* prenuncia muito bem a leitura. O tomismo e a filosofia humeana são analisados de modo a ressaltar suas distinções e suas aproximações, mas resguardando deste confronto o propriamente filosófico que lhes é atinente, a saber, a formulação conceitual. O conceito de inteligência guia o leitor nesse campo de batalha.

Mas, como justificar um estudo sobre São Tomás e Hume? A vertente escolhida para isso é a teoria do conhecimento. “A questão é pertinente, porque no centro do tomismo está uma teoria da sensibilidade, e, assim como em Hume, não há nada na mente que não tenha antes passado pela sensibilidade.”¹⁷ Com efeito, a teoria da sensibilidade é uma referência que, incontestavelmente, está presente na história da filosofia e, com ela, uma série de questões passa também a nortear a atividade do espírito: quais as fontes de todo o conhecimento? Como predicamos a realidade, isto é, como se efetiva o processo que transforma dados em juízos? Qual o nexó entre sujeito cognoscente e objeto a ser conhecido? Enfim, o que significa o conhecimento verdadeiro? Ora, se a filosofia dos modernos (em seu formato distintivo) se preocupa em responder a esses problemas candentes que envolvem a compreensão da realidade, uma solução para

16 FOLSCHEID, D. e WUNENBURGER, J.-J. *Metodologia Filosófica*. Trad. de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1997, pp. 10-14.

17 SENEDA, M. C. DUARTE, Luciano José Cabral. A natureza da inteligência no tomismo e na filosofia de Hume. In: *Educação e Filosofia*, nº 50, jul./dez., 2011, p. 742. Sigo, de perto, o correto resumo dos principais argumentos da obra feito por Seneda.

eles já havia sido proposta pelo tomismo: a verdade está essencialmente no julgamento e não na simples apreensão; ela consiste na afirmação feita pela inteligência da conformidade de sua ideia com o objeto. A referência à coisa é, portanto, um aspecto essencial da verdade de acordo com o tomismo, e o fundamento mesmo de seu realismo. O que nos leva a crer na possibilidade de juntar analiticamente o empirismo e o tomismo.

Por meio de uma exemplar exposição metodológica, o texto encarrega-se daquela justificativa a partir de uma importante revista à tradição empirista inglesa passando por Roger Bacon, Guilherme de Ockham, Francis Bacon, Locke, Berkeley, tendo em mira uma reconstituição dos princípios norteadores dessa tendência filosófica. Contudo, o resultado a que se chega permanece cerceado pelo antagonismo das posturas dos empiristas e dos tomistas, que não permite avançar para um traço mais nítido que legitime a aproximação pretendida.

O procedimento seguinte será buscar aquela demonstração a partir de outra perspectiva, a kantiana. Por intermédio de Kant, o confronto em tela pode ser legitimado tendo em vista o que foi feito pelo próprio autor da *Crítica da Razão Pura*. Explique-se: teria Kant propiciado o encontro entre o tomismo, via a metafísica wolffianna, e o empirismo humeano? A pista para isso está no prefácio à segunda edição da *Crítica da Razão Pura*, quando Kant estabelece a diferença entre *procedimento dogmático* da razão e *dogmatismo*. O filósofo esclarece que a crítica não se opõe ao primeiro no seu conhecimento puro, enquanto ciência, pois essa é sempre dogmática, quer dizer, precisamente demonstrativa, fundando-se em princípios *a priori* certos. Ao contrário, a crítica opõe-se justamente ao segundo, ou seja, à presunção de seguir adiante apenas com um conhecimento puro por conceitos (conhecimento filosófico), apoiado em princípios, com os quais a razão desde muito aplica, sem se informar como e com que legitimidade os alcançou. Em outras palavras, o dogmatismo é o procedimento dogmático da razão sem uma crítica prévia da sua capacidade. Essa oposição da crítica ao dogmatismo não permite, por conseguinte, de modo algum, a superficialidade palavrosa que toma a despropósito o nome de popularidade, nem ainda menos o ceticismo que condena, de modo sumário, toda a metafísica. Com efeito, é a esta última frase que o leitor deve estar atento. Realmente o ceticismo, e agora em especial o de Hume, alcançou, mesmo que sumariamente, toda a metafísica? E mesmo poderíamos perguntar qual a metafísica que Kant pretende restaurar? É nesta encruzilhada que toca conhecimento e metafísica que a obra do Duarte pretende fixar-se.



De acordo com a excelente síntese feita por Seneda dos principais argumentos contidos no livro¹⁸, Duarte cinge-se a Wolff e Kant; mostra, historicamente, a influência de Wolff sobre Kant por intermédio de Franz Albert Schultz (que foi diretor do Colégio Friedrich, frequentado por Kant) e de Martin Knutzen (professor de Kant na universidade de Königsberg); e traça as relações entre Wolff e o tomismo.¹⁹ Quanto à relação entre o empirismo inglês e o tomismo, conclui o autor que ela se dá por oposição, pois os empiristas nominados sempre recusaram a presença do universal na matéria individual. Quanto à relação entre Wolff e Kant, Duarte pergunta – com todos os difíceis desdobramentos que esta questão exige – se Kant é um discípulo de Wolff, e se Wolff tiver sido tributário de Tomás de Aquino, então o confronto entre o tomismo e o empirismo de Hume já teria ocorrido no pensamento crítico de Kant?²⁰ Para responder essa questão, o autor examina as divergências significativas entre Tomás de Aquino e Wolff acerca de quatro pontos fundamentais: a natureza da inteligência, as noções dos universais, a teoria da ideia e a concepção da verdade.²¹ Conclui Duarte que, se Kant confessa ter sido despertado por Hume de seu sono dogmático, resta então saber de que dogmatismo se versa. Afirma ainda que não se trata do dogmatismo tomista, do qual Wolff diverge em pontos fundamentais, acima referidos, mas que o pensamento de Kant repousava então sobre outro aspecto deste dogmatismo, o racionalismo, recebido de Leibniz por meio de Wolff. Portanto, sustenta, há ainda que ser feito o confronto entre o tomismo e o empirismo de Hume.²²

Ainda aceitando o esquema proposto pelo apanhado de Seneda²³, o livro apresenta um tema central para se compreender o confronto entre o tomismo e o empirismo: o problema das ideias abstratas. Embora pretenda o autor que esse confronto seja um tanto inusitado, se ampliarmos o foco, perceberemos que ele se enquadra bem no debate em tela, a saber, a discussão sobre os universais. Inicialmente, o autor nos apresenta a posição de Tomás de Aquino, mediante dois procedimentos que denomina “abstração horizontal” e “abstração vertical”²⁴. O primeiro procedimento procura o denominador comum que pode ser encontrado no múltiplo material, como vegetal, por exemplo, pode ser dito de ervas, flores e frutos. O segundo procedimento extrai uma forma de uma matéria determinada,

18 Id. *ibid.*

19 DUARTE, L. J. C. *A natureza da inteligência no tomismo e na filosofia de Hume*. Trad. de Antônio Carlos M. Viana. Aracaju: Editora J. Andrade, 2003, pp. 46-54.

20 Id. *ibid.*, p. 67.

21 Id. *ibid.*, pp. 55-65.

22 SENEDA, M. C. Op. cit., p. 742.

23 Id. *ibid.*, p. 743.

24 DUARTE, L. J. C. Op. cit., pp. 80-89.



como racional, por exemplo, pode ser dito de homem. Isso se conjuga com os graus de abstração que conformam as ciências especulativas. Desse modo, temos a Física (“[...] quando a inteligência considera como objeto a ‘*materia sensibilis*’, fazendo abstração somente dos indivíduos em que ela se encontra [...]”), a Matemática (que opera uma dupla abstração: “abstração da ‘*materia sensibilis comunis*’, que era objeto da ‘Física’, e abstração da ‘*materia inteligibilis individualis*’), e a Metafísica, que opera no domínio do ser enquanto ser.²⁵ Após expor esse trajeto, Luciano Duarte nos apresenta alguns tópicos da teoria do conhecimento de Tomás de Aquino (matéria, sensação, intelecção, papel do intelecto agente)²⁶, com o intuito de mostrar a forma tripartite que caracteriza a ideia em seu processo de abstração. O interesse maior aqui é explicitar como a forma, inscrita numa base empírica, migra da coisa para o intelecto sem perder sua identidade. Ou seja, em virtude desse trajeto ontológico, a forma, mesmo estando no intelecto, não perde o seu poder de remissão e não deixa de ser parte da coisa da qual foi abstraída. Em contraposição a este “realismo empirista” de Tomás de Aquino, Duarte expõe o que poderíamos igualmente chamar de “nominalismo empirista” de David Hume. Para caracterizar a posição de Hume, principia pelo debate entre Locke e Berkeley.²⁷ É difícil em poucas linhas traçar o debate entre os três autores, mas podemos circunscrevê-lo afirmando que ele se localiza na fecunda intersecção entre teoria da linguagem e teoria do conhecimento. Se a posição básica do debate é que todas as ideias advêm dos sentidos, sendo, portanto, todas individuais, torna-se então decisivo responder a seguinte questão: como podemos então pensar utilizando termos como veículos de ideias? A posição de Hume²⁸, tributária de Berkeley, é apresentada no Tratado com três argumentos. Primeiro, tudo o que é diferente é separável, ou seja, Hume recusa que hajam conexões ontológicas no empírico que não possam ser rompidas pela operação de composição e decomposição da imaginação. Segundo, nada há na experiência que não contenha graus de quantidade e qualidade. Terceiro, tudo o que existe na natureza é individual (este argumento decorre do segundo), portanto, é impossível que a mente forme qualquer ideia geral a partir das impressões extraídas da experiência. Desse modo, argumenta Hume, quando utilizamos um termo com significado geral, empregamos uma ideia sempre individual, que deve representar uma série de outras ideias particulares subentendidas pelo princípio da semelhança. Essa contraposição leva Duarte a afirmar que, em Tomás de Aquino,

25 Id. *ibid.*, pp. 86-88.

26 Id. *ibid.*, pp. 90-102.

27 Id. *ibid.*, pp. 104-115.

28 Id. *ibid.*, pp. 115-134.

“[...] o universal é uma essência (e uma ideia) abstrata, considerada em relação aos singulares onde ela existe ou pode existir de uma forma individual.”²⁹ Por comparação, comenta: “Em Hume, ao contrário, o nominalismo atinge sua expressão mais pura. O universal não está na idéia, [...], mas] no espírito (*mind*), no sentido em que este, possuindo apenas idéias particulares, classificou todavia essas idéias segundo suas semelhanças e usou uma mesma palavra para servir de título a cada um desses grupos de ideias.”³⁰

O que se segue é conduzido por um problema clássico da teoria do conhecimento: a teoria do juízo. O foco está na contraposição entre assentimento e crença, ou seja, entre o olhar da inteligência que capta uma forma e conduz o espírito ao assentimento, de um lado, e o ato do juízo que é movido por uma afecção, a crença, de outro.

Sempre seguindo Seneda³¹, a posição de Tomás de Aquino nos é apresentada por meio de todos os elementos clássicos da teoria do juízo: a estrutura lógica do juízo, a proposição, o assentimento, a relação entre intelecto e vontade, a relação do juízo com o objeto e com a reflexão.³² Um ponto importante da elucidação está na separação entre proposição e juízo, ou seja, entre estrutura lógica e assentimento psicológico. Duarte comenta: “o assentimento será, então, se posso falar assim, a promoção do verbo ser de uma função simplesmente de ‘cópula’ a uma judicativa.”³³ Como Tomás de Aquino tem uma teoria ontológica da abstração e da obtenção da ideia, podemos então entender que a intelecção ocorra por um ato quase passivo e impessoal, e que o juízo caracterize o momento psicológico, pelo qual a intelecção se torna ato de um indivíduo. Também podemos entender que o juízo possa ser emitido ora pelo intelecto, quando iluminado por uma luz natural que torna sua estrutura compatível com a das coisas, ora pela vontade, que sem a evidência necessária assere a partir de uma crença ou opinião. Isso possibilita que seja feita uma separação clara entre ciência, de um lado, e opinião e crença, de outro. É bastante inusitado confrontar a reflexão de Hume com os elementos tradicionais da teoria do juízo, como expostos em Tomás de Aquino. Mas, ao fazê-lo, percebemos como toda a preocupação de Hume se concentra no momento do assentimento, que é extensamente desenvolvido e comentado a partir do problema da crença. Desse modo, Duarte explica as correlações

29 Id. *ibid.*, p. 129.

30 Id. *ibid.*, pp. 129-130.

31 SENEDA, M.C. *op. cit.*, p.745.

32 DUARTE, L. J. C. *Op. cit.*, pp. 142-160.

33 Id. *ibid.*, p. 148.



da crença com as faculdades, as impressões, as ideias e os princípios de associação.³⁴ A partir de um comentário de Kemp Smith, o autor procura pensar a relação da crença com

“[...] três tipos de juízos, que poderíamos chamar, conservando as expressões da terminologia humeana, juízo experimental, que incide sobre as *‘matters of fact’*, juízo de *knowledge* [relativo ao que Hume denomina relações de ideias], e juízo de crença (*‘of probability or of belief’*)”.³⁵

Outro nível de dificuldade está em determinar o que produz a crença, e são eliminados, como elementos causadores, a razão e a vontade, restando apenas o sentimento. É claro que é preciso examinar a correlação da memória e da imaginação com a crença, o que pode ser feito mediante o elemento que Hume denomina hábito, ou seja, sequências de ideias, cuja repetição marca o modo da mente conceber alguma coisa. Duarte opta pela memória, para resolver o problema desse modo de afecção que está presente na ideia e que conduz aos juízos de probabilidade. A correlação entre imaginação, memória e hábito parece ser bastante intrincada, exigindo extenso desenvolvimento para ser explicitada de forma convincente. Contudo, o êxito do autor, ao confrontar as reflexões de Tomás de Aquino e Hume, se patenteia ao mostrar como Hume introduz um novo elemento do assentimento, o sentimento, em face de dois loci clássicos da teoria tradicional do juízo, a vontade e a inteligência.

Nesse contexto, é preciso examinar um problema metafísico, referente ao “valor do conhecimento”. Embora genérica, essa expressão designa o confronto que o autor estabelece entre o realismo de Tomás de Aquino e o ceticismo de Hume e as respectivas irreduzíveis posições de cada teoria em face do problema da verdade, mais especificamente da teoria da verdade em Tomás de Aquino.³⁶ A apreciação dessa teoria se desdobra-se a partir do nexos entre três elementos: a posição do realismo filosófico, a relação cognitiva entre coisa e objeto e a teoria do erro na reflexão tomista.³⁷ Mediante esse trajeto, o autor procura examinar a correlação entre teoria da abstração e teoria do juízo, e as implicações disso para que possa ser concebido o ser intencional da ideia em Tomás de Aquino. O ciclo então se fecha, ao se examinar, em face do problema da verdade, o problema do erro. O erro apresenta-se como um momento da teoria

34 Id. *ibid.*, pp.161-181.

35 Id. *ibid.* p. 165.

36 Id. *ibid.* pp. 191-201.

37 Id. *ibid.* pp. 201-213.



da verdade, e manifesta-se quando a vontade se antecipa ao intelecto e precipita o assentimento. O erro ocorre então no juízo, mas não por uma falha do intelecto, porque há uma vocação natural do intelecto para executar a operação de adequação que conforma a verdade. Ele é, portanto, um “decaimento”, uma operação que, em virtude de algum grau de desregramento psicológico, ficou incompleta ou foi levada a cabo de modo precipitado.

Resta examinar o valor do conhecimento e o problema da verdade no pensamento de David Hume. Esse passo da análise de Duarte está arremado na Parte IV do Livro I do Tratado da natureza humana, intitulada “Do ceticismo e outros sistemas filosóficos”.³⁸ A análise liga-se, particularmente, aos argumentos apresentados na Seção II, intitulada “Do ceticismo quanto aos sentidos”. O grau de radicalidade do ceticismo humeano pode estabelecer alguns parâmetros para demarcar a crítica da razão e demarcar a posição em relação à existência do mundo externo.³⁹ Para demarcá-la, é imperioso o seguinte trajeto: acolher a crença em relação aos objetos do mundo exterior e examinar a sua fonte, ou seja, quem pode tê-la produzido. São descartados, como fontes, os sentidos e a razão, e a imaginação é acolhida por conter os procedimentos que melhor se coadunam com o modo de sentir que designamos crença.⁴⁰ O autor conclui esse trajeto com um topos clássico do comentário de Hume: a soberania das paixões sobre a razão. Desse modo, toda proposição é resolvida por um assentimento que é acionado por um vívido sentimento e não pela límpida luz do intelecto.⁴¹ Encerra o livro uma pequena conclusão, destituída de qualquer espírito de síntese. O escopo do argumento é a radical separação entre duas teorias que têm aparentemente em comum o mesmo ponto de partida: os dados sensíveis. Se podemos dizer aparentemente, é porque Duarte mostra como Hume parte de uma psicologia das percepções e Tomás de Aquino de uma metafísica da abstração. Essa posição de base situa os dois sistemas como antípodas, quando, num segundo momento, se examina a relação da ideia com o seu referente. Em Tomás de Aquino, o ser da ideia guarda uma conexão ontológica com o ser da coisa acolhida pelo pensamento. Em David Hume, o mundo da percepção permanece como uma cópia, que jamais conserva qualquer vínculo necessário com o dado original.⁴²

38 *Id. ibid.* p. 214.

39 *Id. ibid.* pp. 214-221.

40 *Id. ibid.* p. 221-229.

41 *Id. ibid.* pp. 230-233.

42 SENEDA, M.C. *op. cit.*, p.747.

3. *Notas finais*

A perspectiva metodológica aqui apresentada pela obra de Duarte leva-nos a uma compreensão bem marcada do exercício da pesquisa em filosofia, ela consiste em desvendar a propósito de cada sistema filosófico uma realidade inteligível superior, em criar uma comunhão com ela por meio de suas múltiplas e dilatadas perspectivas. Todavia, esse desvendar não autoriza a investigação filosófica a buscar fora da própria filosofia elementos justificadores de sua pertinência; a filosofia se alimenta continuamente de si mesma e de sua história: com efeito, a filosofia não pode pôr-se em seu livre exercício sem determinar-se em relação ao que a precedeu (como filosofia ou não-filosofia) segundo um processo de repulsão e de acomodação. Essa necessidade de antagonismo e de comparação une indissolavelmente, desde a origem, em toda a filosofia, o presente ao passado; numa palavra: confere-lhe um aspecto histórico. O traço característico desta abordagem técnica reside no fato de que ela arranca toda filosofia à obra filosófica; e ela a arranca de seu tempo. E esse duplo movimento só é possível porque a doutrina subtrai à obra, de algum modo, sua regra intencional, ou seja, o problema que ela pretendia resolver. Resolver um problema é o que distingue a filosofia da pura e simples visão, o que dá a uma obra seu significado e se valor.⁴³

Já se afirmou que uma interpretação vale pelo que ela suscita; se a sentença é correta, a tese de Luciano Duarte coloca o leitor diante de um material interpretativo valioso e rico em seu esforço hermenêutico e técnico; tais qualidades conduzem à desistência de querer reduzir o empirismo, como insistem os mais afoitos leitores de manuais, a uma superação definitiva de tudo que lhe precedeu, justamente pela *inovação* que essa filosofia traz consigo. Com a obra em alvo ficamos sabendo das dificuldades que a palavra *inovação* comporta, quando aplicada à filosofia. Resta-nos, então, o contato rigoroso com os conceitos a fim de fugirmos, se não queremos ser alvo de justificadas suspeitas intelectuais, da leitura mitigada (tão em voga em nosso meio) que nos faz crer em rupturas drásticas e inapeláveis, lá onde somente há continuidade arguta e responsável.



43 Ver: GUÉROULT, M. Le problème de la légitimité de l'histoire de la philosophie. In : *La Philosophie de l'Histoire de la Philosophie*. Paris : Vrin, 1956 ; GUÉROULT, M. Leçon inaugurale: faite le 4 décembre 1951, Collège de France. Paris : Collège de France, 1952.

“Dois mais dois, quatro!
três veis seis, dezoito!”:
Representações da escola
em *História da minha
infância*

Luiz Eduardo Oliveira *
Kate Constantino Oliveira**

“Two plus two, four! Three times
six, eighteen!”: Representations
of schooling in *História da
minha infância*

Resumo

Algumas representações da escola e da escolarização, bem como de alguns aspectos da história da educação em Sergipe, podem ser vislumbrados em *História da minha infância* (1954), de Gilberto Amado (1887-1969). Escrito em Paris (1952) e no Rio de Janeiro (1953), o livro tem a sua gênese contada em seu último capítulo, “Adolescência”, em meio a reflexões do autor quanto à sua produção ensaística, realizada, como seus romances, memórias e poesias, nos intervalos de sua atribulada carreira de jornalista, político e diplomata. Este artigo busca investigar os modos pelos quais a educação era vista e concebida pelo intelectual sergipano, tanto a partir de suas referências históricas quanto em sua própria estrutura textual.

Palavras-chave: Escolarização. Gilberto Amado. História da educação.

Abstract

Some representations of school and schooling, as well as of some aspects of the history of education in Sergipe, can be grasped in *História da minha infância* (1954), by Gilberto Amado (1887-1969). Written in Paris (1952) and in Rio de Janeiro (1953), the book has its genesis narrated in its last chapter, “Adolescência”, in the middle of reflections of the author on his essays, produced, like his novels, memoirs and poetry, in the intervals of his troubled career of journalist, politician and diplomat. This article searches to investigate the ways through which education was seen and conceived by the intellectual from Sergipe, from his historical references, as well as from the textual structure itself.

Keywords: Schooling. Gilberto Amado. History of education.

* Professor Titular do Departamento de Letras Estrangeiras e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe.

** Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Bolsista CAPES.



Introdução

Gilberto de Lima Azevedo Sousa Ferreira Amado de Faria (1887-1969) foi advogado, diplomata, jurista, escritor, jornalista e político, tendo sido também membro da Academia Brasileira de Letras a partir de 1963. Irmão do também imortal da ABL Genolino Amado (1902-1989) e primo do célebre escritor baiano Jorge Amado (1912-2001), podemos dizer que pertence a uma família de escritores. Após conclusão do bacharelado em direito em 1909, tornou-se catedrático de Direito Penal (1911-1930). Em 1910 transferiu-se para o Rio de Janeiro, iniciando a sua colaboração no *Jornal do Commercio*. Depois passou a assinar uma coluna semanal n' *O País*. Em 1912, realizou sua primeira viagem à Europa, tema de um de seus livros de memórias, e em 1923 foi feito Oficial da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada de Portugal. Já em 1915, elegeu-se Deputado Federal por Sergipe. Nos últimos anos da República Velha, exerceu mandato no Senado, encerrando sua carreira política com o golpe, ou “revolução”, de 1930. Sintomaticamente, dois anos depois publicou *Eleição e representação*. Nesse período, voltou a exercer o magistério superior na Faculdade de Direito do Distrito Federal, iniciando um período fértil de estudos e publicações – publicou um total de 17 livros, entre memórias, crônicas, ensaios e poesias.

Um episódio controverso de sua biografia diz respeito ao assassinato de Aníbal Teófilo, em 19 de junho de 1915, na cidade do Rio de Janeiro. No final da cerimônia de inauguração da Sociedade Brasileira dos Homens de Letras, criada por Olavo Bilac e sediada no prédio do *Jornal do Commercio*, os conferencistas Gilberto Amado e o poeta Aníbal Teófilo (1873-1915), autor de *Rimas* (1911), se desentenderam por causa de algumas críticas jornalísticas de Gilberto a amigos escritores de Aníbal. O portal de notícias online *O Povo*, publicou na edição de 17 de junho de 2015 uma matéria assinada por Sânzio de Azevedo¹ em homenagem ao centenário do assassinato de Aníbal Teófilo. No texto, o autor relembra que, a 20 de junho de 1915, o jornal *A Época*, do Rio de Janeiro, informava que “À saída de uma festa literária, o deputado Gilberto Amado mata, a tiros de pistola, o poeta Aníbal Teófilo”. O fato havia ocorrido no dia anterior. À época, Gilberto era deputado por Sergipe e já havia publicado seu primeiro livro, *A Chave de Salomão* (1914), enquanto Aníbal, membro da chamada “roda de Bilac”, era o famoso autor do soneto *A Cegonha*, que figurou nos *Sonetos Brasileiros* (1904), de Laudelino Freire, também incluído em *Rimas* (1911), sua única obra. Aníbal Teófilo de Ladislau y Silva de Figueiredo de Girón de Torres y



1 O artigo se encontra disponível na internet no seguinte endereço: <<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/vidaarte/2015/06/17/noticiasjornalvidaarte,3454972/cem-anos-de-um-crime.shtml>> Acessado em 03/11/2018, às 10h. Cf. AZEVEDO, Sânzio. “Cem anos de um crime”. In *O Povo online - Jornal de Hoje*, em 17/06/2015. <<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/vidaarte/2015/06/17/noticiasjornalvidaarte,3454972/cem-anos-de-um-crime.shtml>> Acessado em 03/11/2018, às 10h.

Espinosa era natural de Fortaleza de Humaitá, Paraguai, tendo nascido na época em que seu pai estava em campanha, e foi aluno da Escola Militar do Ceará.

Conta-se que Aníbal Teófilo tornou-se inimigo de Gilberto Amado por causa de uma crítica do intelectual sergipano a um livro de Coelho Neto, e passou a hostilizá-lo onde quer que o encontrasse: “Tipo atlético e dado a lutas, era temido por Gilberto, franzino e míope”. Em *Presença na Política* (1960), Gilberto narra o episódio do seu ponto de vista: “Afigura-se incompreensível, e só explicável pela fatalidade, o erro de julgamento que levou o atleta, homem de alta estatura [...], a imaginar que eu, por ser deputado, pai de família, ansioso de subir, me deixasse lanhar a cara de bofetadas [...] e ter as orelhas puxadas, como ameaçou fazer no primeiro encontro em que me estarreceu.[...] Noites sem dormir!”²

Segundo o testemunho de várias pessoas, Gilberto, que estava acompanhado de sua esposa, ia se retirar, mas seu amigo Paulo Hasslocher queria que ele reagisse. Não havendo reação, esse amigo engalfinhou-se com Aníbal. Gilberto, vendo os dois lutando, atirou no poeta pelas costas. O autor do texto considera inadmissível que o intelectual sergipano, depois de assassinar covardemente o seu desafeto, tente desqualificar Aníbal para a posteridade, ao dizer que o defunto “não escrevia nos jornais, nem trabalhava em redação, não militava propriamente nas letras”. O poeta, à época, era secretário do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. “Nas muitas cópias de jornais de 1915 que me enviou o pesquisador Jorge Brito, de Brasília, há inúmeros poemas de Aníbal Teófilo, poeta consagrado na época”³. O julgamento do caso foi presidido pelo juiz Manuel da Costa Ribeiro, que também julgou Dilermando de Assis, que matara Euclides da Cunha. Gilberto foi absolvido na justiça, mas não pela opinião pública, pelo menos enquanto durou a memória do acontecido.

De qualquer forma, em 1934 ele deu início ao que foi, desde então, a sua atividade permanente: a diplomacia. Foi consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores (1934), em substituição ao célebre jurista Clóvis Beviláqua, sendo também embaixador em Santiago (1936), Helsinque (1938-1939), Roma (1939-1942) e Berna (1942-1943). Ao longo de sua carreira, desempenhou vários outros cargos diplomáticos, como o de representante brasileiro na VII Conferência Internacional Americana (Montevideu, 1923), na Conferência Pan-americana de Buenos Aires (1935) e em várias sessões ordinárias e extraordinárias da Assembleia Geral da ONU a partir de 1947. Em 1948 passou a ser membro da Comissão do Direito Internacional da ONU.

2 Apud AZEVEDO, Op. Cit.

3 Ibid.

Escrito em Paris (1952) e no Rio de Janeiro (1953), *História da minha infância* (1954) tem a sua gênese contada no último capítulo, “Adolescência”, em meio a reflexões do autor quanto à sua produção ensaística, com romances, memórias e poesias, nos intervalos de sua atribulada carreira de jornalista, político e diplomata. Segundo o narrador/autor, a passagem da infância à adolescência representou uma perda sem ganhos, como se ele tivesse dobrado o Cabo da Boa Esperança sem ter encontrado a Índia. Um “mundo unânime, coordenado e sincrônico” foi substituído pelas “incertezas de um caos”. Dominado então pela sensação de contraste com o meio em que se encontrava, sentiu-se no dever de fidelidade consigo mesmo: “este livro é antes de tudo minha história para mim... sou eu no meu próprio espelho”, situação diametralmente oposta a uma vida que não lhe atraía, “a da política, da ação, a de um ‘papel’ a representar”.⁴

Contudo, o cuidado estilístico com que a história de sua infância é narrada, numa linguagem fluente e entrecortada por períodos curtos e às vezes densamente poéticos, depõe contra qualquer ilusão de espontaneidade e fidelidade consigo mesmo, uma vez que o caráter literário de sua obra, assim como a seletividade de sua memória, aponta para uma recriação constante, por parte do escritor adulto, de cenas e episódios de sua infância. Um exemplo de sua preocupação com a linguagem pode ser ilustrado com uma breve digressão lexicológica que o autor faz a propósito do nome de uma banda de música da cidade de Itaporanga, “Mão por baixo”, expressão que era falada no ambiente familiar sem o menor constrangimento, correspondendo a uma realidade em que se suprimiam o sentido literal e o gesto que o traduzia.

A escola

O livro divide-se em duas partes: “Estância”, composta de quatro capítulos – “Os Azevedos”; “Os Amados”; “Padre Aires, Francisquito e Mariazinha” e “A morte do velho Manuel Luís” –, e “Itaporanga”, de dezessete capítulos – “Nova cicatriz e milagre”; “O mar”; “O Vaza-Barris”; “A Escola de Sá Limpa”; “O sítio”; “Mês de Maria”; “Natal”; “O Engenho São Carlos”; “A loja”; “A cavalo e de trem”; “Meu avô José Amado”; “O teatro”; “A bica”; “A Santa Missão”; “O colégio”; “Fim da infância” e o já referido “Adolescência”. A história, por sua vez, se passa em Estância, Itaporanga e Aracaju, a partir do capítulo XV da segunda parte, “O colégio”, o que não impede o narrador de fazer alusões a outros períodos de sua vida adolescente ou adulta, bem como às circunstâncias sob as quais escreveu o livro, como se vê no capítulo XVII da segunda parte (“Adolescência”).

4 AMADO, Gilberto. *História da minha infância*. São Cristóvão: Editora da UFS / Fundação Oviêdo Teixeira, 1999, p. 203.



O primeiro contato com a educação, segundo o autor, se dá no ambiente familiar. Antes de narrar o seu poético encontro com o Rio Vaza-Barris, em Itaporanga, Amado relembra os momentos em que sua mãe, sentada a coser, retinha-lhe ao seu lado, de livro na mão, explicando a pronúncia correta da palavra “estômago”, que o jovem aprendiz insistia em pronunciar “estomágo”. Tal passagem fornece o mote para o narrador fazer mais uma de suas digressões linguísticas, observando que a criança, assim como o povo, repele os proparoxítonos.⁵

Mas o seu primeiro contato com a escola foi com a professora Dona Olímpia, “Sá Limpa para toda Itaporanga”, na sala atijolada com três bancos encostados às paredes. A professora é descrita fisicamente como uma “hidrópica, um baú”, de faces como “chagas” e dentes separados uns dos outros, por onde passavam o *Tesouro de Leitura*, a *Gramática* do Dr. Abílio⁶, as quatro operações da aritmética e o bafo do cachimbo de cano comprido: “Sá Limpa entrava no domínio dos seres fantásticos que me povoavam a imaginação infantil, como uma das visagens que me crepusculavam nos olhos na primeira sonolência noturna”.⁷

Aqui, a representação da escola em *História da minha infância* alinha-se a uma tradição da literatura brasileira do século XIX. Em narrativas como *Memórias de um Sargento de Milícias* (1854-1855), de Manuel Antônio de Almeida (1831-1861), “Conto de Escola” (1896), de Machado de Assis (1839-1908), e *O Atheneu* (1888), de Raul Pompéia (1863-1895), o que se nota é o desgosto dos meninos, todos com mais ou menos dez anos de idade, com relação à escola, lugar de perda de suas liberdades e brincadeiras, do que havia de mais precioso em suas existências. Nessas três representações, a escola aparece como uma prisão, um lugar de coação e repressão pelo qual teriam de sacrificar suas vidas. Ademais, é visível nos três exemplos o aspecto precário das escolas, isto é, das casas dos professores e professoras de primeiras letras.⁸

A situação não é muito diversa na narrativa de Gilberto Amado aqui em tela. Suas aproximações intertextuais justificam-se inclusive pela sua

5 AMADO, Op. Cit., p. 50.

6 Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas (1824-1891), foi Diretor da Instrução Pública na Província da Bahia em 1856, fundando no ano seguinte o Ginásio Baiano, estabelecimento que propunha “métodos renovados para o estudo das línguas vivas”, além da supressão dos castigos corporais. Anos depois, fundou na Corte o Colégio Abílio, onde estudou o romancista Raul Pompéia. Ao que parece, a personagem do Dr. Aristarco Argolo de Ramos, diretor do estabelecimento que dá nome ao seu romance – *O atheneu* –, foi inspirada na figura de Macaúbas. Cf. HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no império brasileiro*. São Paulo: EDUSP / Grijalbo, 1972, p. 176.

7 AMADO, Op. Cit., p. 57.

8 Cf. ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. 21. ed. São Paulo: Ática, 1993; ASSIS, Machado de. *Contos*. 26. ed. São Paulo: Ática, 2000; e POMPÉIA, Raul. *O Atheneu*. São Paulo: FTD, 1991.

proximidade cronológica com relação àquelas obras e seus autores, à época de sua infância, em fins do século XIX. Ao referir-se à idade dos meninos que frequentavam a escola, Amado dá uma média entre seis e dez anos, havendo também marmanjos de quinze e até um de dezoito anos, “moleques de engenho mandados tarde à escola”.⁹

Como o barbeiro e seu afilhado Leonardo, em *Memórias de um Sargento de Milícias*, que tinham ido à escola na hora da tabuada cantada, “uma espécie de ladainha de números que se usava então nos colégios”, a qual se praticava todos os sábados, o garoto Gilberto, como os outros meninos, decorava a tabuada cantando: “dois mais dois, quatro! Três veis seis, dezoito!”.¹⁰

Quanto aos castigos, bem visíveis em “Conto de escola”, no qual Pilar, o narrador, ao terminar sua atividade, sente-se arrependido de ter ido à escola, principalmente ao olhar pela janela – sobre cujo portal a palmatória estava pendurada “com seus cinco olhos do diabo” –, pela qual podia ver no céu azul, por cima do morro, um papagaio de papel¹¹, a *História da minha infância* traz elementos semelhantes. Como Sá Limpa, a professora do garoto Gilberto que dizia não gostar de dar bolos para punir os meninos, ocupando-se do cargo sua “irmã de olhos arroxeados”. A molecada aproveitava as ocasiões para apostar, sendo a aposta paga em cocada, “em alcamonia de D. Quitéria, ou em “capuco famanão”¹². Era o caso de João Alfredo, irmão de João Peixoto, cuja oficina funcionava ao lado da escola. Ele apostava com os outros garotos de que aguentaria uma dúzia de bolos de João Peixoto sem chorar.¹³

O narrador faz questão de frisar que, no seu caso, seu pai havia combinado com Sá Limpa que ele não levaria bolos. Os que levavam, porém, utilizavam-se de artimanhas para diminuir a dor do castigo. Uma delas era socar piolho dentro do buraquinho que eles furavam na palmatória, o que teria o efeito de lascá-la. O garoto Amado havia assistido várias vezes a tal operação, antes de a professora entrar na aula, mas quando saiu da escola a palmatória continuava lá, intacta.

O aspecto precário e anti-higiênico da escola, também evidente em outras representações literárias, é descrito com detalhes por Gilberto Amado. Nas *Memórias de um Sargento de Milícias*, a sala de aula era mo-

9 AMADO, Op. Cit., p. 58.

10 Ibid.

11 ASSIS, Op. Cit.

12 Conforme a definição do autor, “capuco é a espiga de milho depois de tirados os caroços. Os meninos iam buscá-los nos quintais, no monturo, no chiqueiro, arrancando-os dos dentes e da lama dos porcos. A briga de capucos era como jogar pião, empinar papagaio, botar sal e pimenta em cima de sapo, dos maiores divertimentos da criançada” (AMADO, Op. Cit., p. 59-60).

13 Ibid.



biliada por quatro ou cinco bancos de pinho sujos já pelo uso, e no teto havia pendurada uma porção enorme de gaiolas de todos os tamanhos e feitios. N’O *Atheneu* os bancos, “lustrosos do contato da malandragem de não sei quantas gerações de pequenos”, eram carcomidos, de pinho e usados. No “Conto de escola”, a escola era “um sobradinho de grade de pau”, algo que se harmonizava com o aspecto modesto e quase humilde da indumentária do mestre, com seu “andar manso”. Em *História da minha infância*, por sua vez, alguns meninos iam para a escola com sezões, tendo acesso durante a aula, que também era povoada por banguelas, zarolhos e tátaros, sem falar nos garotos com umbigos grandes, perebas e até “doença feia”. Quando precisavam satisfazer suas necessidades, apanhavam na mesa uma pedra e iam “lá fora”:

“Lá fora” era nas coiranas, numa aberta de terra frouxa, en-sopada de lama, ao lado de um rego. Só um ou outro menino usava sapatos; a maioria, de tamancos ou descalça. Era um trabalho quando se ia lá fora para não enlamear os pés nos excrementos que, em todas as modalidades e formas que podem assumir, da pirâmide da saúde perfeita até o lagamar da opilação, da disenteria e da ameiba, por ali se.¹⁴

O narrador ainda se refere às recitações em voz alta, pela professora, do *D. Jaime*, de Tomás Ribeiro, livro de leitura dos adiantados, e ao hino da escola, com o qual as aulas começavam. Há também uma comparação entre as figuras da professora particular e a professora pública. É no capítulo sobre o “Mês de Maria”, em Itaporanga, que o nome de Maria Cândida, professora pública que acompanhava as meninas, todas de branco, em procissão, aparece. Solteira, magra e “sempre de enxaqueca com rubores súbitos”, Maria Cândida, segundo o narrador, não é tão ilustrada quanto Sá Limpá, professora pública que “puxava” pelos meninos.

Aqui aparece também outra representação, do autor e do senso comum de sua época, a respeito da educação feminina: “Mulher não precisa saber”. Com a sua irmã laiá, ocorreu diferente, pois ela havia tido aula com uma professora de São Cristóvão, “grandalhona, muito recomendada”. Quando esta abriu aula na praça do Mercado, as meninas das melhores famílias da cidade deixaram a escola pública para se matricular na sua. Sua má preparação, porém, fora logo descoberta quando, ensaiando as meninas para um recital, pronunciou “albátros”, em vez de “albatrós”, no poema “Navio Negreiro”, de Castro Alves, algo notado e criticado por Baltasar Góis, literato e professor de liceu em Aracaju, que estava em Itaporanga por essa época. O fim da professora foi voltar

para São Cristóvão, “onde talvez não fizessem questão da pronúncia do nome da ave”.¹⁵

Convém observar que a estrutura da escola narrada em *História da minha infância*, que se situa entre o final do século XIX e início do século XX, é a mesma que foi estabelecida em 1827. Com efeito, a Lei de 15 de outubro daquele ano, mandou criar “Escolas de Primeiras Letras” em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Esta Lei, que foi a única de âmbito nacional a tratar especialmente do ensino das Primeiras Letras, no Brasil, durante todo o Império e parte da República, regulamentou, além das matérias e do método de ensino, a profissão docente, estabelecendo as condições necessárias, o modo de admissão, remuneração e um plano de carreira que serviriam como modelo para o provimento de outras Cadeiras, tais como as de Latim e Línguas Vivas.¹⁶

160



O Colégio

No capítulo XV, “O Colégio”, o que se sobressai são as impressões do narrador a respeito de Aracaju, onde, antes de entrar no colégio, já havia passado tempos na casa de seu padrinho. Em Aracaju, ele havia encontrado o “espécimen” com que iria se haver no decurso de toda sua existência: “o inimigo gratuito”, traduzido na figura de Irineu Calazãs, “sujeito ruim!”, a esbanjar sua bazófia e antipatia inclusive para crianças como o narrador.¹⁷

Foi nesse território estranho, longe dos seus, que Gilberto Amado entrou no colégio do professor Oliveira, de cuja filha Irineu Calazãs, para seu azar, era noivo. Semelhante à reação de Sérgio, protagonista de *O Atheneu*, que findou por “encontrar o mundo”, tal como havia dito seu pai, à porta do estabelecimento, no seu primeiro dia de aula, o narrador de *História da minha infância* encontrou-se, no colégio, “face a face com uma realidade diferente”. O Colégio Oliveira, único internato do estado, é descrito como uma casa chata cheia de janelas, junto do quartel, numa esquina no fim da Rua da Frente, onde, sob a sombra de um tamarineiro e de uma barriguda, “alunos externos e internos fervilhavam soltos com as moscas e mosquitos, em torno dos vendedores de frutas e dos tabuleiros de doces”.¹⁸

O diretor, Oliveira, conservava uma marca eclesiástica e usava camisa de peito duro sem gravata. O narrador o considera um homem fraco,

15 Op. Cit., p. 75.

16 BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

17 AMADO, Op. Cit., p. 159-160.

18 Op. Cit., p. 162.

chorão e mandado pela mulher e pelas filhas, não se interessando pela educação e instrução dos seus alunos a sério. Ensinava português, francês, geografia, aritmética e latim, apesar de ninguém estudar latim, uma vez que não havia livros. Amado tomava lições particulares de inglês com Alfredo Montes¹⁹ e de matemáticas com Teixeira de Faria, o que lhe haveria servido no curso da Faculdade de Medicina da Bahia.

Quanto ao colégio da narrativa de Gilberto Amado, ele tinha, ainda, por lei, a estrutura do Colégio de Pedro II, que teve seu nome temporariamente alterado para Ginásio Nacional durante a Primeira República. O estabelecimento que se tornou modelo para todas as instituições de instrução secundária do país foi fundado pelo Decreto de 2 de dezembro de 1837, que converteu o Seminário de S. Joaquim do Rio de Janeiro em “collegio de instrucção secundaria”. Para Gasparello²⁰, o legislador oitocentista parecia fazer uma opção por este termo específico, em contraposição a Liceu ou Ateneu, pois no ano anterior o ministro do Império, em seu relatório apresentado à Assembleia Legislativa, propunha a criação de um “Liceu” na corte, onde fossem “reunidas as Escolas, e fixados os Compendios, assim como a disciplina economica, e tudo debaixo das vistas de hum Director”, no intuito de preparar a mocidade para as “Escolas Maiores”.

Segundo Gasparello²¹, o Governo teria optado pelo termo “Colégio” porque “Liceu”, conforme o Dicionário da língua portuguesa de Antonio Moraes e Silva, cuja primeira edição é de 1789, tinha o sentido de “aula de ensino científico”, o que associava o estabelecimento a uma concepção moderna e republicana, diferentemente de “Colégio”, que designava uma cultura clássica e “desinteressada”. Tal distinção, no entanto, não se aplica ao caso brasileiro, se considerarmos as aulas de “ensino científico” dos colégios militares criados durante os períodos pombalino e joanino, cujo modelo era o Colégio Real dos Nobres de Lisboa e a *École Militaire de Paris*. Por outro lado, a autora tem razão ao caracterizar os Colégios como estabelecimentos de instrução e educação, no sentido de “formação moral”, uma vez que sua clientela era composta de alunos meio-pensionistas ou internos, sob o rígido controle do reitor, professores e inspetores, ao contrário dos liceus ou externatos, nos quais os alunos permaneciam apenas durante o tempo das lições.

Com efeito, era isso que Bernardo Pereira de Vasconcelos queria dizer, em discurso pronunciado na inauguração do Imperial Colégio de Pedro II, quando afirmava que “a educação colegial é preferível à educação priva-

19 Cf. AMORIM, Simone Silveira. *A Trajetória de Alfredo Montes 1848-1906*. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

20 Cf. GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004, p. 49-50.

21 Op. Cit, p. 50-52.

da”, cujos “especuladores astutos” enganavam a credulidade dos pais de família com promessas fáceis de “rápidos progressos na educação de seus filhos”²². O modelo do novo estabelecimento, como o próprio Vasconcelos admitia, era francês, fato que lhe serviu até de defesa, em sessão de 19 de maio de 1838, na Câmara dos Deputados, perante as acusações de Manuel do Nascimento de que o seu discurso havia sido “fradesco”, no que o ministro argumentava que o regulamento francês, tendo sido concebido ou restaurado por Napoleão Bonaparte, tinha como objetivo criar Militares, e não Frades. Em 1846, quando os deputados brasileiros voltaram a discutir a respeito da necessidade da criação de um Liceu Nacional, separado do Colégio de Pedro II e destinado aos alunos externos, a origem francesa do novo estabelecimento voltou a ser referida no discurso de D. Manoel de Assis Mascarenhas, representante da província de Goiás, em sessão de 28 de julho daquele ano.²³

162



Os preparatórios

Ao fim das aventuras e peripécias de sua vida estudantil no internato, onde tinha até chamado o diretor de covarde, depois de uma confusão em que tinha se metido, o narrador vai para a Bahia a passeio e volta depois de um ano para fazer os exames de preparatórios no Atheneu: português, francês, aritmética e álgebra, geografia, inglês, física e química e história natural. O examinador de português era Brício Cardoso, “o velho Brício, pai de Graco Cardoso”, sobre quem é narrado um episódio bastante esclarecedor a respeito das práticas dos preparatórios em Sergipe.

Sorrindo para o narrador “como um bom avô”, o velho professor, ao invés de fazer-lhe uma pergunta, pediu-lhe para que lesse e analisasse gramatical e logicamente uma oitava de Camões. Ao ler outra oitava – “*De Fomião filósofo elegante / Vereis como Anibal escarnecia...*” –, o examinando pronunciou errado o nome de “Aníbal”, trocando o acento da palavra por “Anibál”. O professor de geografia, que estava ao lado do velho Brício, na ocasião, coçou-se e pediu para que ele o pronunciasse de novo. Com a reincidência do erro, Brício Cardoso disse: “Ele sabe... Está certo. Trata-se de liberdade poética, aí... tem que acentuar a sílaba”.²⁴

No corredor, Brício Cardoso, amigo de seu pai, passou-lhe a mão na cabeça e perguntou: “Você já está fazendo versos e estudou metrifica-

22 Apud HAIDAR, Op. Cit., p. 99.

23 BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Terceiro anno da sexta legislatura. Sessão de 1846. Tomo Primeiro. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983, p. 342-343.

24 AMADO, Op. Cit., p. 169.

ção?”, ao que o narrador respondeu que não, tendo acertado o acento na sorte. Qualquer que seja a interpretação dessa atitude do professor, pode-se perceber por esse episódio que, nos preparatórios, como notou Haidar (1972), a troca de favores e as relações político-familiares contavam muito:

Os estudantes passavam diante dos examinadores aglomerados, chocando-se uns aos outros como gado saindo em redemoinho da porta do curral. Havia exames que consistiam num mexer de cabeça do professor. “Passe...” E outro cascalho sucedia atropelando o que passava.²⁵

Os Exames Gerais de Preparatórios foram instituídos pelo Decreto n. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, assinado pelo Ministro Couto Ferraz, que no seu artigo 112 determinou que os discípulos das aulas e estabelecimentos particulares de instrução secundária fossem admitidos todos os anos, no mês de novembro, a exames públicos por escrito das matérias requeridas como preparatórios para a admissão nos cursos de estudos superiores.

Uma série de medidas foram tomadas durante o Império para efetivar as reformas nas Faculdades e nas Províncias. Em 19 de novembro de 1886, por exemplo, pela Decisão n. 121, foram restabelecidos os Exames de Preparatórios em Sergipe e no Rio Grande do Norte, na esperança, segundo o legislador, de que o Decreto n. 9.647, de 2 de outubro do mesmo ano, fosse cumprido²⁶. No ano seguinte, o ministro do Império Barão de Mamoré enumerava suas medidas, fazendo ver que o governo procurava moralizar tais Exames, encarregando do serviço o pessoal docente do Colégio de Pedro II e dos Liceus Provinciais e determinando que houvesse somente uma época para sua realização. Antes de fornecer os dados estatísticos dos Exames da Corte e de cada Província, clamando para que as Mesas fossem remuneradas pelo Estado, o ministro criticava severamente os Programas de Pontos de Exame, defendendo a ideia de que fossem adotados os do Colégio de Pedro II.²⁷

Os Exames Gerais de Preparatórios, mesmo no início da República, continuaram a ser motivo de constante preocupação entre aqueles que eram obrigados a lidar com a questão. É o que nos mostra o relatório de 1891, assinado pelo ministro João Barbalho Uchôa Cavalcanti, substitu-

25 Op. Cit., p. 193.

26 BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1886*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

27 BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1887*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, p. 39.



to de Benjamin Constant na pasta da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, criticando os pais que, levados pela vaidade de verem seus filhos ainda imberbes já portadores de diploma “de sciencias que ignoravam”, contribuíam para um falso estado de coisas, entregando-os a professores, que, “sem consciencia”, anunciavam nos jornais que podiam prepará-los dentro de dois ou três meses.²⁸

Para remediar tais males, Benjamin Constant havia expedido, em 11 de outubro daquele mesmo ano de 1890, Instruções pelas quais deveriam regular-se os Exames Gerais de Preparatórios da Capital Federal e nos Estados, bem como os Exames Finais do Instituto Nacional de Instrução Secundária – nome que teve o Imperial Colégio antes de se chamar Ginásio Nacional. Conforme o artigo terceiro, as provas seriam escritas e orais para todas as matérias e prática para os Exames de Física, Química e História Natural. As de Francês, Inglês e Alemão, de acordo com o artigo quinto, constariam de versão de um pequeno trecho português “em prosa corrente” e tradução de um trecho poético tirado à sorte, “nunca menor de 20 linhas”. As orais consistiriam em leitura, tradução sem auxílio de dicionário e análise de um “trecho facil de prosador”.²⁹

Como uma lei havia reduzido para seis o número de preparatórios necessários para o curso de Farmácia, o narrador foi para a Bahia matricular-se na Faculdade de Medicina. Na república, os rapazes arranjaram facilmente a sua matrícula, aumentando-lhe a idade, e, para suprir a deficiência da mesada, começou a dar lições de preparatórios, e mesmo do curso, para outros colegas. Sua experiência na Bahia o fez ver que os estudantes de Medicina tinham todos os direitos, valendo-se do seu prestígio social e político-familiar. Presenciou cenas de desaforo e estripulias de estudantes que desafiavam caixeiros, comerciantes e até a polícia e a cavalaria. Mesmo assim, o narrador considera a Faculdade de Medicina da Bahia uma instituição séria.

A faculdade

Os dois anos que Gilberto Amado passa na Bahia são tidos como fundamentais em sua formação, pois, ao lado da disciplina e da pesquisa científica, conheceu também as “francesas” e a boêmia estudantil, apesar de sua pouca idade em relação a seus companheiros de república. Antes de iniciar o curso de Direito na Faculdade de Recife, o narrador volta a Itaporanga,

28 BRASIL. *Relatorio ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil* pelo Ministro de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos Dr. João Barbalho Uchôa Cavalcanti. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 17.

29 BRASIL. *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

onde era tratado com o respeito de doutor com seus quatorze anos de idade, “a quem uma legislação absurda permitia a aquisição de um título científico, implicador de habilitações técnicas e responsabilidade profissional.”³⁰

A valorização dos cursos jurídicos e a consequente mistificação do bacharel e da cultura bacharelesca, com efeito, encontrava firmes raízes na classe senhorial do Império, deixando seus desdobramentos nas famílias abastadas da primeira república, cujos filhos tinham acesso aos cursos superiores. Tal classe senhorial se expandia e fortificava por meio de poderosos laços criados pelos casamentos entre famílias proprietárias, rompendo limites provinciais, na medida em que se transformava num único bloco por onde se espalhavam os cafezais fluminenses, paulistas, mineiros, bem como das províncias e depois estados do Norte. Contudo, ela atraía para sua órbita jovens oriundos de famílias não-proprietárias, em sua maioria, bacharéis em direito, que, tendo uma porta de entrada nas dinastias cafeeiras – ou açucareiras, no caso do Norte do país –, obtinham, por uma eficaz política de casamentos, ingresso na alta burocracia e no parlamento, tornando-se seus representantes políticos.

Assim, os bacharéis e doutores constituíam uma nova nobreza no Brasil, bem mais valorizada que a dos negociantes e industriais, como mostra sua rápida ascensão no meio político e social durante o reinado de D. Pedro II, principalmente durante as décadas de trinta e quarenta, posteriores à fundação dos Cursos de Olinda e São Paulo, quando floresceu o que Gilberto Freyre chamou de “romantismo jurídico”, referindo-se aos poetas da segunda geração romântica, formada por estudantes de direito que, vindos de várias províncias, aprendiam naquelas Academias, além da doutrina jurídica, “as últimas ideias inglesas e as últimas modas francesas”, como o paulista Álvares de Azevedo (1831-1852), também Bacharel em Letras pelo Colégio de Pedro II, o sergipano Tobias Barreto (1839-1889), o carioca Fagundes Varela (1841-1875) e o baiano Castro Alves (1847-1871). O ingresso de Gilberto Amado no direito parece ainda corresponder a esta estrutura, pois possibilitou e deu lastro a sua ascensão política no Rio de Janeiro.³¹

Algumas considerações

Esse breve esboço biográfico de Gilberto Amado, a partir de *História da minha infância*, teve a intenção de contribuir com a história da instrução pública no Brasil, de modo geral, e de Sergipe, em particular. A representação da escola, por Gilberto Amado apresentada, alinha-se a uma tradição da literatura brasileira do século XIX, em narrativas como

30 AMADO, Op. Cit., p. 188.

31 Cf. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 3. v., 1951.

Memórias de um Sargento de Milícias (1854-1855), de Manuel Antônio de Almeida (1831-1861), “Conto de Escola” (1896), de Machado de Assis (1839-1908), e *O Atheneu* (1888), de Raul Pompéia (1863-1895). O que se nota, em todas elas, é o desgosto dos meninos, todos com mais ou menos dez anos de idade, com relação à escola, lugar de perda de suas liberdades e brincadeiras. Nessas três representações literárias, a escola aparece como uma prisão, um lugar de coação e repressão pelo qual teriam de sacrificar suas vidas. É preciso enfatizar, aqui, que tais narrativas mapeiam a história de um tipo humano representado pelos homens, brancos, ou quase brancos, no caso de Machado, e testemunham, necessariamente, as condições culturais e materiais que marcaram seus períodos formativos. A situação não é muito diversa na narrativa de Gilberto Amado aqui em tela.

Da mesma forma, a representação do colégio na narrativa de Gilberto Amado, tinha, ainda, a estrutura do Colégio de Pedro II, que teve seu nome temporariamente alterado para Ginásio Nacional durante a Primeira República. Sua passagem por essa fase de escolarização corresponde à sua iniciação à vida adulta, que passa a ter aos 17 anos, como a maioria dos filhos de famílias abastadas da época, graças à permissividade da legislação e dos Exames de Preparatórios, que isentavam a maioria dos meninos de frequentar todos os anos correspondentes à instrução secundária, tal como era preconizada pelo Colégio Pedro II, que servia de modelo aos colégios das demais províncias e depois estados.

Fazem parte do seleto clube dos bacharéis, que já na faculdade tinham ares de donos do mundo, ainda mais quando eram filhos de políticos importantes, o que no Nordeste significa coronéis descendentes da classe senhorial do Império, Gilberto Amado teve certa facilidade em seu trânsito pela metrópole. No Rio de Janeiro, à época Distrito Federal e capital cultural Gilberto Amado vivia em uma rede de relações político-familiares que o possibilitou ter uma carreira de ascensão política e intelectual, ocupando cargos importantes e obtendo títulos honoríficos significativos.

Mesmo depois do conturbado episódio do assassinato que cometeu, foi absolvido sem dificuldade e ascendeu em sua carreira diplomática, embora nunca tenha abandonado de todo o magistério, a leitura, o estudo e as publicações em jornais, além de poesias ocasionais. A serenidade que demonstra no cuidado com as frases de *História da minha infância* e na sutileza de observações, quando confrontada com o ritmo acelerado e conturbado de sua vida de jornalista, professor, político, escritor e diplomata, nos afigura como resultante de um excessivo trabalho não só formal ou estrutural, na arquitetura de sua escrita, mas também, e sobretudo, de um filtro de todas as sensações e sentimentos pelos quais teve que passar, algo que fazia com maestria, como comprova sua já consagrada produção de memórias, o que o coloca como um dos principais representantes do gênero na literatura brasileira.

